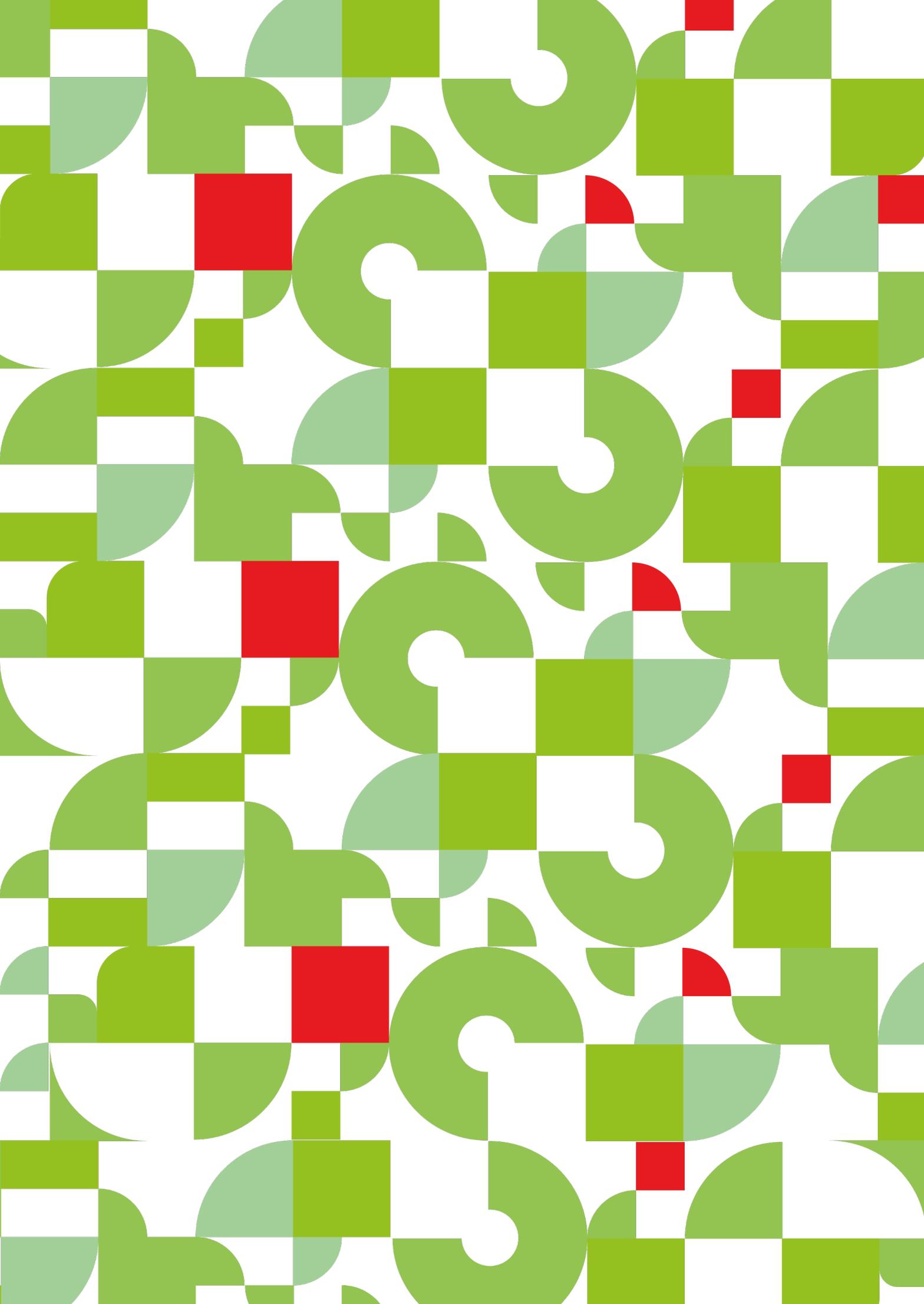




RELATÓRIO
DE GESTÃO
INSTITUCIONAL
2024





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
O que é o Ministério Público?	10
Quando se deve procurar o Ministério Público?.....	10
Quem fiscaliza o Ministério Público de Santa Catarina?.....	12
Definições estratégicas do Ministério Público de Santa Catarina.....	12
Alcance do Ministério Público de Santa Catarina	13
Como atua o Ministério Público de Santa Catarina?.....	14
FRBL: fundo que ressarce e beneficia a sociedade.....	15
1. PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE E MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	17
NAVIT alcança cinco cidades de Santa Catarina.....	18
Projeto do MPSC destina mais de R\$ 3 milhões para órgãos de segurança catarinenses	22
Projeto “Visual Law” auxilia Promotores de Justiça a transmitir provas para o Tribunal do Júri.....	25
GAECO intensifica combate ao crime organizado com 82 operações em 2024.....	26
Operação Mensageiro: Quinta fase resulta em novas prisões e condenações.....	27
CyberGAECO intensifica combate ao crime virtual em 2024 com 14 operações	28
Seminário debateu desafios da investigação criminal digital.....	29
Fraiburgo implementa protocolo de atendimento à vítima de violência doméstica.....	30
Projeto "Meu Lar Protetivo" divulga informações sobre a Lei Maria da Penha e prevenção da violência contra a mulher nas escolas de Criciúma	31

Projeto "Monitoramento Eletrônico Modernizado" coloca a segurança pública em foco no Município de Fraiburgo.....	32
2. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	33
MPSC promove série de Seminários Regionais para as Eleições de 2024	34
3. COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS	37
COT contabilizou mais de 1.700 ações penais contra a sonegação fiscal.....	38
Programa Saúde Fiscal intensifica atuação no combate à sonegação.....	42
4. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA.....	45
Iniciativa Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde melhora as condições de atendimento no SUS catarinense.....	46
Atuação resolutiva no tratamento de doenças raras é foco do grupo de trabalho do CSP.....	48
Mais de 150 procedimentos foram instaurados para combater a dengue em Santa Catarina.....	49
CSP realiza vistorias e acompanha internações por meio do programa Saúde Mental em Rede.....	50
MPSC atua para reduzir o tempo de espera em atendimentos médicos especializados.....	53
5. DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	55
7ª Operação Mata Atlântica em Pé protege o bioma em Santa Catarina	56
Projeto "Saneamento de Maravilha" estabelece novo modelo de prestação de serviço de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto	59

SISMUMA age para adequar órgãos ambientais de cada município	60
MPSC une instituições em torno da criação do GEDCLIMA.....	63
Projeto Semeando Saúde Única nas Crianças promove sustentabilidade e preservação do meio ambiente	65
6. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO PRECONCEITO	67
Qualificar para humanizar: programa organiza Residências Inclusivas no estado	68
CDH atua para fortalecer Fundos Municipais da Pessoa Idosa.....	70
Projeto faz parceria com a universidade para realização de vistorias de acessibilidade em Laguna	71
Projeto da 4ª Promotoria de Justiça de Xanxerê fornece espaço de cultura e lazer para a população.....	72
Projeto desenvolvido em Florianópolis promove a criação e implementação do Núcleo Intersetorial em Defesa da Inclusão.....	73
Força-tarefa Estruturas garante preservação, reforma e recuperação do patrimônio público em Florianópolis	74
20ª Promotoria de Justiça de Joinville desenvolve projeto que propõe a revisão geral dos estatutos de fundações privadas.....	76
7. DEFESA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DIREITO À EDUCAÇÃO	77
Programa CAMOV impulsiona melhorias na proteção à infância e juventude	78
CIJE lança painel BI com dados inéditos sobre acolhimento familiar em Santa Catarina.....	80
Programa TEAR é implementado em 12 novas Promotorias de Justiça	81
MPSC impulsiona avanços na proteção de crianças e adolescentes em SC	82

Alfabetização e inclusão: vencedores do Prêmio Lume mostram a força da educação	84
Projeto Aprender a Empreender capacita adolescentes no mercado de trabalho.....	86
Quiz antibullying promove conscientização sobre o tema em escolas catarinenses	87
Projeto “Construindo Minha Voz” conscientiza e acolhe crianças e adolescentes em Urubici.....	88
Projeto Trabalhando Juntos leva oportunidades para adolescentes e jovens de Fraiburgo	89
Projeto Acolhimento familiar em Morro da Fumaça garante assistência a crianças e adolescentes em situação de risco	90
Projeto de Balneário Camboriú explica a importância da constituição para estudantes.....	91
Apadrinhamento Familiar chega até cidades do Vale do Itajaí.....	92

8. DEFESA DO CONSUMIDOR..... 93

Programa de Apoio ao Superendividado é lançado em 2024.....	94
Não clica que é golpe: campanha do MPSC alerta sobre práticas criminosas na internet	96
Programa Combustível Legal monitora qualidade dos combustíveis em Santa Catarina	98
Programa do CCO oferece proteção jurídico-sanitária para consumidores de mercadorias do gênero.....	100
Programa Alimento Sem Risco monitora resíduos de agrotóxicos na produção alimentícia.....	102
Projeto na área do consumidor alerta sobre golpes de pirâmide financeira	104

9. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS..... 105

CECCON faz controle de decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade	106
--	-----

CECCON realiza controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais.....	107
--	-----

10. OUTRAS INICIATIVAS COM IMPACTO AO CIDADÃO 109

CAT elaborou estudo sobre campos de altitude da Serra Catarinense	110
---	-----

CAT elaborou Estudo Técnico Socioambiental para efeitos da Lei n. 14.285/2021	112
---	-----

SIMBA Análise: ferramenta tecnológica proporciona autonomia aos Membros do MPSC para realização de investigações eficientes.....	113
--	-----

Por Dentro do MPSC promove cidadania e aproxima instituições de ensino	114
--	-----

MPSC recebe premiações nacionais na área da inovação	115
--	-----

Promotores de Justiça levam o programa Cultivando Atitudes para escolas de todas as regiões do estado.....	116
--	-----

Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira: especialização e acesso ao Direito	119
--	-----

CEAF ofertou mais de 140 cursos de capacitação em 2024	120
--	-----

Com dois novos Postos, MPSC amplia canais de atendimento ao cidadão em Balneário Camboriú e Brusque.....	121
--	-----

Atendimento ao cidadão: SEAC registra mais de 9,5 mil solicitações em 2024.....	122
---	-----

SEAC 2024: Avanços no Atendimento ao Cidadão.....	123
---	-----

Projeto Escola Restaurativa transforma comunidades escolares.....	124
---	-----

NUPIA alcança resultados expressivos na resolução de conflitos em 2024	126
--	-----

SubAdm promove expansão da estrutura física do MPSC.....	128
--	-----

Resultados alcançados com o Cartório Virtual	130
--	-----

MPSC cria primeira câmara de revisão criminal e infracional do Brasil.....	131
--	-----

SubInst lança projeto “Diálogos institucionais internos”	132
--	-----

Nova sistemática para criação de Promotorias de Justiça é implementada no MPSC.....	133
MPSC consolida Estratégia Digital para otimizar serviços.....	134
Prêmio José Daura valoriza iniciativas resolutivas do Ministério Público de Santa Catarina.....	135
11. PESSOAS NO MPSC.....	137
CORH lançou guia “Liderança no MPSC” em 2024.....	138
Saúde e qualidade de vida: MOVA-SE+ com o MPSC.....	140
Central de Ideias & Sugestões: a ferramenta que incentiva a apresentação de propostas.....	142
Estrutura Organizacional.....	143



APRESENTAÇÃO



O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público é uma instituição independente — que não integra os Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo — e desempenha função fundamental na defesa dos direitos dos cidadãos e da sociedade, com atuação em diversas áreas.

Na área criminal, além de poder conduzir investigações, de forma conjunta ou não com as polícias, o Ministério Público é responsável pela acusação formal, perante o Poder Judiciário, de pessoas que tenham praticado crimes, garantindo a aplicação da lei e a promoção da justiça.

O Ministério Público atua, ainda, no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção da saúde, do meio

ambiente, do consumidor e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e os adultos incapazes, na área da família, nos casos de falência e recuperação judicial

Cabe ao Ministério Público zelar, ademais, pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde – chamados ‘direitos individuais indisponíveis’. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às normas eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a do Estado.

QUANDO SE DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?

Como visto, o Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos em que o cidadão pode procurar as Promotorias de Justiça.

Saúde: quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo poder público.

Educação: quando o acesso ao ensino infantil e básico obrigatório de qualidade é negado ou deixa de ser oferecido.

Consumidor: quando o consumidor é prejudicado por má qualidade ou nocividade de bens e serviços (incluindo serviços públicos); em casos de publicidade enganosa; de abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; de utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

Meio ambiente: quando se verifica dano ou ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo o meio ambiente natural, os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético, além da ordem urbanística.

Direitos humanos: quando os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de pessoas com deficiência são ameaçados ou lesados.

Infância e juventude: em caso de maus-tratos físicos ou morais, de abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), de abandono intelectual (negação do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou de abandono cívico.

co (negação do registro civil e da cidadania). O Ministério Público está presente, ainda, nos processos de separação e de divórcio, de guarda e de adoção, de inventários e de divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes, bem como nos procedimentos referentes à prática de atos infracionais por adolescentes.

Moralidade administrativa: em casos de fraudes e de irregularidades na administração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou de serviços públicos, de licitações ou de concursos públicos fraudulentos.

Controle da constitucionalidade: quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição da República ou a do Estado.

Ordem tributária: quando há evidência de sonegação de tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas. Atua também na fiscalização e no incentivo à justa tributação.

Processo eleitoral: quando ocorre registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

Terceiro setor: atua na fiscalização e no acompanhamento de fundações. Atua também quando há fraude no registro e desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou de entidades de interesse público e social.

Criminal: na área criminal, o Ministério Público é responsável pela iniciativa da ação penal para processar os autores de crimes, desde os mais simples até os mais graves, como homicídio, estupro, latrocínio, roubo, sequestro, tráfico de drogas, corrupção e estelionato. O Ministério Público também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor potencial ofensivo, pode oferecer ao autor da infração proposta de transação – uma espécie de acordo em que ele se compromete a cumprir penas e medidas alternativas à prisão. Em determinados crimes, pode oferecer ao investigado acordo de não persecução penal, a fim de evitar o processo criminal. Além disso, exerce o controle externo da atividade policial, trabalha contra a violência doméstica e fiscaliza o sistema prisional.

Segurança pública: o Ministério Público atua na segurança pública através de promotorias regionais especializadas, que focam a tutela difusa, mediante o uso de tecnologias para coleta e interpretação de dados e planos de ação integrados com a sociedade civil e órgãos de segurança pública para garantir a efetividade das ações de segurança. Atua, também, no controle externo da atividade policial, verificando o regular trabalho das forças de segurança, realizando inspeções nas delegacias e batalhões, e recomendando melhorias que possam ser implementadas em prol do atendimento ao cidadão.

QUEM FISCALIZA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA?

Internamente, a instituição possui três órgãos de fiscalização: a Corregedoria-Geral, o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é responsável pela orientação e pela fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e dos Promotores de Justiça. O Conselho Superior do Ministério Público avalia a decisão do Promotor de Justiça quando ele resolve arquivar ou não dar continuidade a uma investigação feita por meio de inquéritos civis, de procedimentos preparatórios ou de notícias de fato. O Colégio de Procuradores

de Justiça, por fim, fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) é fiscalizado de duas formas: pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas despesas, incluindo as de pessoal, e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e à criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas.

VALORES

Resolutividade
Transparência
Produtividade
Inovação
Cooperação

ALCANCE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

O MPSC atua em diversas áreas para proteger os direitos dos cidadãos. Por meio de parcerias e projetos, o MPSC amplia seu alcance e efetividade, contribuindo para uma sociedade mais justa. Veja abaixo alguns números do nosso alcance:

95.7 mil km²

área territorial

8 milhões

de pessoas

420

Promotorias de Justiça

77

Procuradorias de Justiça

112

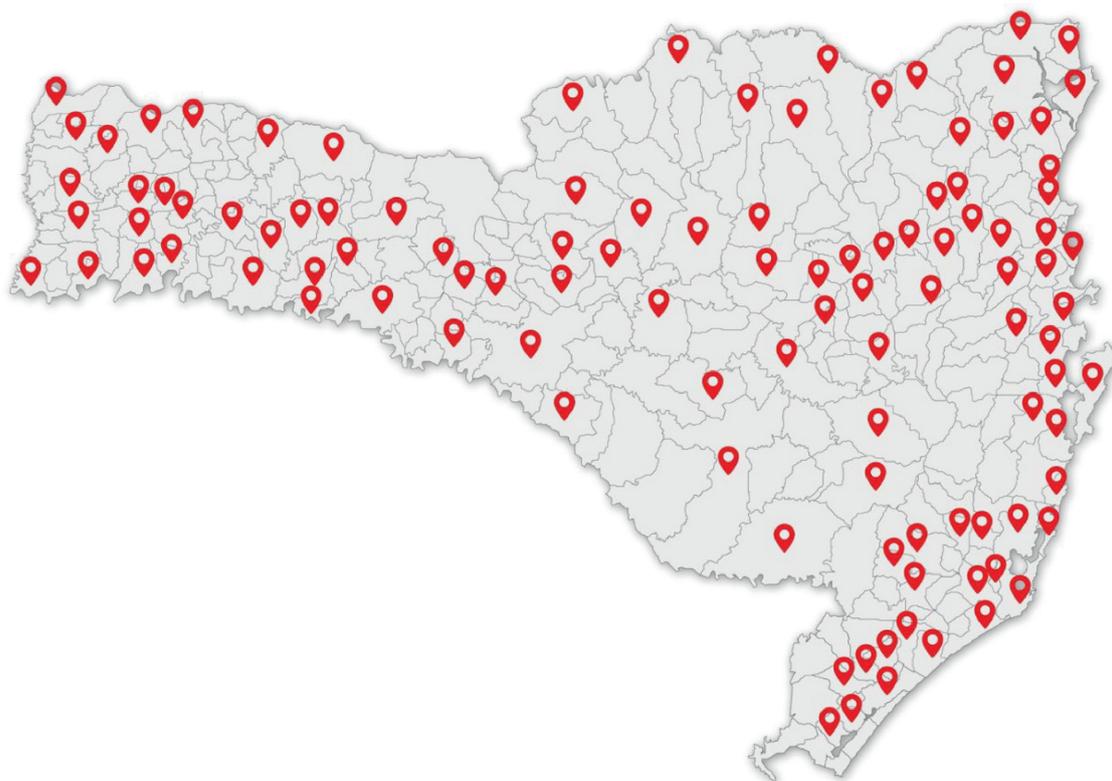
Comarcas

295

municípios

5.459

colaboradores



COMO ATUA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA?

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros trabalham nas comarcas, junto aos Juizes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça, por sua vez, exercem a sua atividade perante o Tribunal de Justiça. Atuam em processos propostos em primeiro grau quando a decisão do Juiz é questionada ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas por outros meios que não a ação judicial – promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomendações ou celebrando

ajustamentos de conduta, por exemplo. Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando a determinação das medidas necessárias, o que poderá ou não ser acolhido.

Os dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a ação civil pública e a ação penal pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada para fazer com que um município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos, ou, ainda, para obrigar a devolução de dinheiro que tenha sido desviado dos cofres públicos. A ação penal pública, por sua vez, serve para buscar a punição de criminosos, como autores de delitos de homicídio, tráfico de drogas, roubo, estupro, estelionato e corrupção.



FRBL: FUNDO QUE RESSARCE E BENEFICIA A SOCIEDADE



FRBL

Fundo para Reconstituição de Bens Lesados

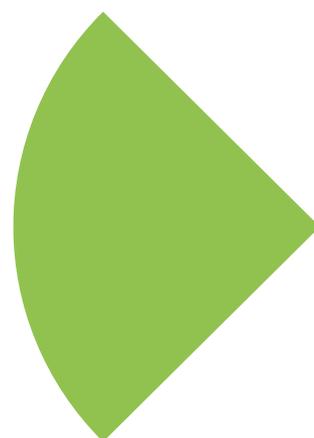
Gestão MPSC

Em Santa Catarina, o dinheiro proveniente de condenações, multas e acordos judiciais e extrajudiciais por danos causados à coletividade em áreas como meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico é revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), o qual financia projetos que atendem a interesses da sociedade.

O objetivo principal do FRBL é custear projetos que previnam ou recuperem danos sofridos pela coletividade.

O FRBL é administrado por um Conselho Gestor composto por representantes de órgãos públicos estaduais e entidades civis. Os representantes de órgãos públicos são permanentes e os de entidades civis são renováveis a cada dois anos, mediante sorteio público.





1. PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE E MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Na área criminal, o MPSC atua na investigação e no combate ao crime. Membros do MPSC trabalham para apurar crimes, oferecer acusações formais perante o Poder Judiciário e acompanhar processos judiciais, buscando a promoção da justiça. Dedicam-se, portanto, à repressão de diversos crimes, como os praticados por organizações criminosas, os de tráfico de drogas, os de violência doméstica, entre outros. Além disso, promovem ações preventivas e educativas para reduzir a criminalidade e proteger a sociedade.

Em 2023, foram oferecidas 13.105 denúncias de crimes contra a pessoa. Os Promotores e as Promotoras de Justiça realizaram, ainda, 890 sessões do Tribunal do Júri em todo o Estado. As acusações por crime de tráfico de drogas chegaram a 7.204, e as de violência doméstica somaram 2.159.

A woman with long blonde hair, wearing a white blazer and a white collared shirt, stands at a clear acrylic podium. She is looking to her right and speaking into a microphone. The background is a large, stylized portrait of a woman with dark hair, set against a dark purple backdrop with white floral and butterfly patterns.

NAVIT ALCANÇA CINCO CIDADES DE SANTA CATARINA

Núcleo oferece atendimento adequado para vítimas de crimes no estado. No local, as pessoas recebem apoio humanizado, em razão da situação de vulnerabilidade que sofreram, com acesso a informações, orientação jurídica, proteção, reparação, atendimento psicológico, social e de saúde.



O Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAVIT) é uma iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), coordenada pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR). O NAVIT oferece atendimento adequado para vítimas de crimes no estado. No local, as pessoas recebem apoio humanizado, em razão da situação de vulnerabilidade que sofreram, com acesso a informações, orientação jurídica, proteção, reparação, atendimento psicológico, social e de saúde. Ao todo, oito cidades já contam com o Núcleo: Lages, Criciúma, Itajaí, Joinville, Rio do Sul, Brusque e Florianópolis. Outros cinco municípios estão na fase de implementação da iniciativa: Chapecó, São Miguel do Oeste, Tubarão, Joaçaba e Blumenau estão em processo de implantação.

O NAVIT foi criado em 2020, a partir do trabalho desenvolvido pelo NEAVIT (Núcleo Especial de Atendimento às Vítimas de Crimes), que tinha como foco o acolhimento de vítimas de crimes e o encaminhamento delas para os serviços da rede de proteção à vítima

de violência. Três anos depois, a reestruturação e regionalização do NAVIT foram viabilizadas por meio de um ato assinado pelo Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano.

O Núcleo conta com a parceria de diversas instituições: Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC); Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC); Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC); Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC); Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI); Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família; Defensoria Pública de Santa Catarina; Rede



de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual (RAIVS), que reúne várias instituições, como: Conselhos Tutelares da região, Hospital Infantil, Hospital Nereu Ramos, Maternidade Carmela Dutra; Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Ministério Público do Trabalho; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Câmara Municipal de Florianópolis e Núcleo de Proteção e Combate ao Racismo da Câmara Municipal de São José.

Atendimentos 2024

No ano passado, o NAVIT Capital realizou um total de 397 atendimentos, dos quais 226 foram vítimas de violência doméstica, 26 de racismo, 19 de estupro de vulnerável, 11 de transfobia, 9 de homofobia e 106 de outros crimes. Inclusive, a iniciativa atuou no carnaval florianopolitano de 2024, tanto no desfile do dia 10 de fevereiro quanto no bloco do Berbigão do Boca. A ação foi possível por meio de uma parceria firmada com a Liga das Escolas de Samba de Florianópolis.

Na região serrana, o NAVIT Lages realizou 461 atendimentos. Já no norte cata-

rinense, o NAVIT Joinville realizou 67 atendimentos e, no sul, o NAVIT Criciúma, 37 atendimentos. No total, foram 962 atendimentos promovidos pelos quatro Núcleos Regionais no ano de 2024.



NAVIT Esporte

Em outubro de 2024, também foi criado o NAVIT Esporte, que oferece atendimento para atletas e paratletas vítimas de violência sexual. A criação foi efetivada a partir da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o MPSC, a Fundação Catarinense de Esportes, o Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, a Associação das Federações Desportivas de Santa Catarina e a Federação Catarinense de Handebol.

O NAVIT Esporte promove a conjugação de esforços pelos órgãos envolvidos, visando implementar ações e procedimentos integrados para o acolhimento e atendimento a atletas e paratletas catarinenses em situação de violência sexual e a seus familiares. Além disso, projetos estratégicos que promovam cidadania, direitos e valores de prevenção de crimes e atendimento humanizado aos atletas e paratletas estão entre as atribuições comuns previstas aos órgãos envolvidos.



CIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE - WHATSAPP	EMAIL
FLORIANÓPOLIS	Rua Júlio Moura, n. 30, Centro, edifício Vintage Executive Center	(48) 3330-9534	navitcapital@mpsc.mp.br
LAGES	Rua James Roberto Amós, 280, Centro	(49) 3289-5620	navitlages@mpsc.mp.br
CRICIÚMA	Av. Santos Dumont, Fórum de Criciúma, 2º andar	(48) 3462-5820	navitcriciuma@mpsc.mp.br
ITAJAÍ	Av. Joca Brandão, 655, Centro (Fórum Universitário)	(47) 3158-3520	navititajai@mpsc.mp.br
JOINVILLE	Av. Hermann August Lepper, 980, sala 301-C, Bairro Saguazu	(47) 3130-6147	navitjoinville@mpsc.mp.br
RIO DO SUL	Rua XV de Novembro, n. 1255 – Bloco D, Bairro Laranjeiras	(47) 3520-0220	navitriodosul@mpsc.mp.br
BRUSQUE	Rua João Bauer, n. 444, 13º andar, Centro	(47) 3255-8520	navitbrusque@mpsc.mp.br



**PROJETO DO MPSC DESTINA
MAIS DE R\$ 3 MILHÕES PARA ÓRGÃOS
DE SEGURANÇA CATARINENSES**

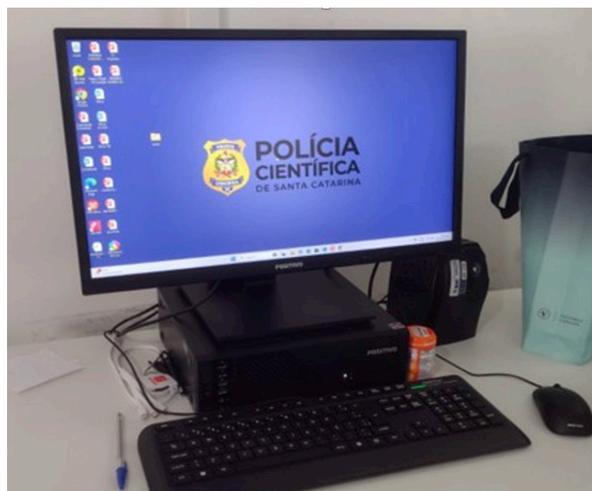
Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros estaduais foram beneficiados pelo Projeto Fundo de Penas Alternativas.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) está ajudando a equipar os órgãos de segurança do estado por meio do Fundo de Penas Alternativas, criado pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública. Em 2024, a iniciativa destinou mais de R\$ 3 milhões para as Polícias Militar, Civil, Científica e para o Corpo de Bombeiros catarinenses. O recurso provém de prestações pecuniárias e de valores pagos por meio de acordos firmados para o encerramento de procedimentos criminais de menor e médio potencial ofensivo. Confira abaixo quais foram as aquisições:

O **Corpo de Bombeiros Militar de Criciúma**, que atua em 25 municípios da região, comprou 48 equipamentos de proteção individual (EPIs) de combate a incêndios. Dessa forma, os profissionais podem atuar com mais eficiência e segurança, protegendo a vida, o patrimônio e o meio ambiente. Os batalhões de Correia Pinto e Otacílio Costa também foram beneficiados com os equipamentos.



Em nível estadual, a **Polícia Científica** foi beneficiada com 25 novas estações de trabalho e equipamentos diversos para uso pelas Divisões de Medicina Legal e de Criminalística. Além disso, diversas delegacias do estado receberam um total de 18 kits de arrombamento, que foram distribuídos pela Polícia Civil.



Também no sul do estado, a **Polícia Militar de Tubarão** adquiriu uma nova viatura para ser utilizada pela Rede Catarinense. O programa é direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, atuando tanto na prevenção, com atendimentos e visitas às vítimas, quanto na repressão, quando acionada por meio do “botão pânico” no aplicativo PMSC-Cidadão.



No Alto Vale do Itajaí, o **policimento tático de Rio do Sul**, que atua em 29 municípios da região, recebeu 13 jaquetas impermeáveis do tipo anoraque. O material deve ser utilizado nas ocorrências de maior dificuldade e em condições adversas de clima.



São parceiros da iniciativa: Polícia Civil de Santa Catarina, Polícia Militar de Santa Catarina, Polícia Científica de Santa Catarina, Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

O Fundo de Penas Alternativas integra um banco de boas práticas vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público, podendo ser replicado em outras unidades do Ministério Público brasileiro. O projeto permite que os valores provenientes de prestações pecuniárias decorrentes de acordos de não persecução penal, suspensões condicionais do processo e transações penais sejam revertidos para os órgãos de segurança.

Valores destinados para cada órgão em 2024

PMSC

R\$ 1.160.212,83

PCSC

R\$ 778.723,30

PCISC

R\$ 503.786,71

CBMSC

R\$ 648.159,66

Total

R\$ 3.090.882,50

PROJETO “VISUAL LAW” AUXILIA PROMOTORES DE JUSTIÇA A TRANSMITIR PROVAS PARA O TRIBUNAL DO JÚRI

Iniciativa promove a criação de imagens e vídeos que ajudam os membros do Ministério Público de Santa Catarina a sustentar argumentação durante julgamentos.

Criar apresentações com narrativas que facilitem a compreensão e melhorem a comunicação com os jurados é a proposta do projeto “Visual Law”, capitaneado pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR). Além disso, a iniciativa auxilia os membros do Ministério Público de Santa Catarina a transmitir fatos e provas de forma clara no Tribunal do Júri, facilitando a compreensão de juízes e jurados para a tomada de decisão. Em 2024, o projeto atendeu 13 solicitações.

Promotores e promotoras de Justiça podem solicitar apoio ao CCR na construção das apresentações mais dinâmicas e informativas. O serviço consiste na elaboração de apresentações a partir dos princípios do Visual Law, uma série de técnicas que transformam as informações jurídicas em conteúdos



acessíveis e didáticos. Além da construção das apresentações, o recurso oferecido pelo CCR contempla a criação e edição de vídeos, gráficos, infográficos, entre outros elementos.

O projeto, que inicialmente realizava atendimentos apenas para os integrantes do Grupo Especial de Atuação no Tribunal do Júri (GEJURI), atualmente está disponível para todos os membros do MPSC.

Após desentendimento, Felipe sacou uma arma e **desferiu tiros contra Leonardo.**

Direção dos disparos.

LEGENDA

Bancos da frente

F Felipe

D Diomar

Bancos traseiros

L Leonardo

G Guilherme

P Patrick

GAECO INTENSIFICA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO COM 82 OPERAÇÕES EM 2024

Grupo especializado instaurou 339 procedimentos e executou operações em diversas regiões, com foco no combate a facções criminosas e corrupção.

No último ano, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) instaurou 339 procedimentos de apoio operacional e realizou 82 operações em diversas regiões do Estado e em outras unidades da Federação. As principais operações foram Maserati IV, Sodalitas Finis (fases II e III), Fundraising (fase II), Caronte e Mensageiro (fase V).

Só em 2024, as ações resultaram na emissão de 171 mandados de prisão, 948 mandados de busca e apreensão, além de 47 autos de prisão em flagrante. Foram também registrados 11 termos circunstanciados. No total, 23 armas de fogo e 732 munições foram apreendidas, juntamente com 678 celulares, 636 computadores e mídias eletrônicas, 43 veículos e mais de 3,5 kg de drogas. Além disso, foram confiscadas 2.986 caixas de medicamentos controlados.

No que se refere a recursos financeiros, foram apreendidos mais de R\$ 988 mil em espécie, além de cheques que somam aproximadamente R\$ 7,8 milhões. Também foram encontrados US\$ 10,4 mil em moeda estrangeira.

As ações do GAECO têm como foco o combate a facções criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, reforçando o compromisso com a segurança pública e a transparência na administração pública.



OPERAÇÃO MENSAGEIRO: QUINTA FASE RESULTA EM NOVAS PRISÕES E CONDENAÇÕES

Investigação apura esquema de fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro nos setores de coleta e destinação de lixo, de abastecimento de água e de iluminação pública em diversas regiões de Santa Catarina.

A quinta fase da Operação Mensageiro foi deflagrada no dia 29 de abril de 2024, resultando no cumprimento de quatro mandados de prisão e 19 mandados de busca e apreensão em 11 alvos. A operação faz parte de um esforço contínuo do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para combater crimes contra a administração pública.

Em 2024, a Operação Mensageiro também resultou na apresentação de três denúncias, três ações cautelares e três medidas assecuratórias. Além disso, duas ações foram julgadas, culminando em diversas condenações.

Na cidade de Corupá, foram condenadas sete pessoas, resultando em um total de 98 anos e 5 dias de penas privativas de liberdade por 37 crimes.

Já em Pescaria Brava, foram condenadas oito pessoas, totalizando 450 anos e 4 meses de penas privativas de liberdade por 77 crimes.

Com as sentenças proferidas em Corupá e Pescaria Brava, os condenados já acumulam um total de **114 crimes cometidos e mais de 548 anos de penas a serem cumpridas.**

CYBERGAECO INTENSIFICA COMBATE AO CRIME VIRTUAL EM 2024 COM 14 OPERAÇÕES

O grupo especializado realizou 45 procedimentos de apoio operacional e executou 14 operações para reprimir crimes cibernéticos e desarticular organizações criminosas.

Em 2024, o CyberGAECO, unidade especializada no combate a crimes cometidos em meios virtuais, instaurou 45 procedimentos de apoio operacional e realizou 14 operações. Entre as principais estão as operações Takedown, Vigilância Virtual III, Stalker, Mão Fantasma, Anúncio Fake fase II, Cabala, Griffin e Overlord.

As ações resultaram na emissão de 57 mandados de prisão, 118 mandados de busca e apreensão e um mandado de internação de adolescente. Além disso, foram lavrados 12 autos de prisão em flagrante. No total, 98 celulares, 100 computadores e mídias eletrônicas, sete veículos, quatro armas de fogo e 24 munições foram apreendidos. O volume de drogas confiscadas chegou a 1.450 kg. Também foram bloqueados ou apreendidos bens e valores que ultrapassam R\$ 4 milhões.

Dentre as operações de maior destaque, a Mão Fantasma visou desarticular organizações criminosas envolvidas em fraudes virtuais. Deflagrada em 10 de julho de 2024, a operação cumpriu 34 mandados de prisão preventiva e 73 mandados de busca e apreensão em sete estados: Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Ceará. Como medida cautelar, foram bloqueados bens, valores e criptoativos de 44 pessoas físicas e jurídicas, além da apreensão de veículos de luxo.

Outra ação relevante foi a Operação Griffin, que combateu o armazenamento de material de abuso sexual infantil. A operação resultou na prisão em flagrante de seis pessoas e na execução de oito mandados de busca e apreensão em diversas cidades catarinenses, incluindo Florianópolis, Balneário Camboriú, Navegantes e Lages.

GOLPE DA MÃO FANTASMA



ACESSO À LISTA DE CORRENTISTAS

Criminosos obtêm acesso a uma lista de correntistas de uma instituição financeira específica. Esta é a primeira etapa para o início do golpe.



DISPARO DE SMSs

Os criminosos enviam mensagens SMS para os correntistas, indicando uma compra fictícia e fornecendo um número de telefone 0800 para contato.



SIMULAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO

Quando os correntistas ligam para o número 0800, os criminosos simulam estar em uma central de atendimento da instituição financeira. Eles induzem os correntistas a realizar transferências ilícitas ou a instalar softwares de controle remoto em seus dispositivos.



CONTROLE REMOTO DOS DISPOSITIVOS

Com acesso remoto aos dispositivos das vítimas, os criminosos inventam histórias sobre a necessidade de um escaneamento e solicitam que as vítimas virem a tela do smartphone para baixo. Enquanto isso, eles realizam transferências das contas das vítimas.

SEMINÁRIO DEBATEU DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIGITAL

Evento foi realizado no ano passado e reuniu profissionais e especialistas de investigação e inteligência em torno dos desafios atuais no combate à criminalidade no ambiente virtual.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do CyberGAECO e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o Seminário de Investigação Criminal Digital. O objetivo da iniciativa foi de integrar os profissionais de investigação e inteligência dos diversos órgãos que atuam no processo de persecução penal, além de apresentar-lhes novas ferramentas e técnicas atualmente utilizadas no combate aos crimes cibernéticos.

O evento teve a palestra "Investigação criminal digital", conduzida pelo Coordenador do CyberGAECO, Promotor de Justiça Diego Roberto Barbiero, e pelos Agentes de Polícia Civil Carlos Henrique Pires, Marcos Paulo Peron e Nelson Testoni Neto.

O Delegado de Polícia e Coordenador do Laboratório de Operações Cibernéticas na Secretaria Nacional de Segurança Pública, Alessandro Gonçalves Barreto, falou sobre "Investigação criminal e recursos tecnológicos". "O processo de requisição de dados à Microsoft" foi tema da palestra do Gerente de Relacionamento com Autoridades de Investigação da Microsoft, Aristides Moura.

A programação teve, ainda, o Diretor Global de Relações Governamentais da Kodex, Nick Pailthorpe, que falou sobre "Verificação de agentes e relações governamentais - uma introdução à empresa Kodex e em-

presas representadas (Binance e Discord)". O tema "Por dentro do Google - solicitações oficiais de dados de usuários para investigações criminais" foi apresentado pelo Especialista em Comunicação Jurídica do Google no Brasil, Antônio Trigueiro.

O tema "Requisições de dados na plataforma OLX" foi tratado pelo Head Legal Law Enforcement Paulo Nascimento. Além disso, o Law Enforcement Expert of Fraud Intelligence no Mercado Livre, Jones Oliveira, ministrou a palestra "Conhecendo o ecossistema Mercado Livre e Mercado Pago, estrutura organizacional e principais fraudes".

A palestra "Metodologias aplicáveis às investigações complexas" foi conduzida pelos seguintes integrantes do CyberGAECO: Major da Polícia Militar Rodrigo Augusto Schmidt, Escrivão de Polícia Civil Jean Winn Packer, Cabo do Corpo de Bombeiros Militar Jorge Luiz Amorim Dias, Policial Penal Júlio Cesar Farias Junior e Cabo da Polícia Militar Samuel Almir Campos.



FRAIBURGO IMPLEMENTA PROTOCOLO DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O “Protocolo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica no Município de Fraiburgo” oferece suporte qualificado às vítimas.



O projeto "Protocolo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica no Município de Fraiburgo", criado pela Promotora de Justiça Andréia Tonin, tem como principal objetivo oferecer suporte qualificado e conscientizar a população sobre os direitos das vítimas, garantindo um atendimento mais eficaz e humanizado. A iniciativa foi premiada com a segunda colocação na 3ª edição do Prêmio José Daura, em dezembro de 2024.

Diante do aumento dos processos criminais relacionados à Lei Maria da Penha, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Fraiburgo lançaram o Protocolo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica. Para isso, foram estabelecidas parcerias estratégicas com diversas instituições, incluindo o Poder Judiciário, as Polícias Civil e

Militar e as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação. A unificação das informações de atendimento busca evitar a revitimização das vítimas, proporcionando um suporte mais integrado e eficaz.

Desde a aplicação do protocolo, 16 órgãos aderiram à iniciativa, promovendo um atendimento coordenado e abrangente às vítimas de violência. Além disso, foram capacitados pelo menos dois representantes de cada instituição envolvida, bem como a maioria dos agentes das áreas de saúde e assistência social. O projeto agora entra em uma segunda fase com a divulgação do Protocolo para a comunidade, através de palestras e entrega de panfletos em diferentes círculos sociais como escolas, clube de mães, grupos da assistência social, empresas e igrejas.

PROJETO "MEU LAR PROTETIVO" DIVULGA INFORMAÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS ESCOLAS DE CRICIÚMA

Promovendo palestras para estudantes de 13 a 15 anos em escolas municipais de Criciúma, projeto abordou "Lei Maria da Penha e a Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher".

O projeto "Meu Lar Protetivo" realiza, desde o final de 2022, palestras para os estudantes de 13 a 15 anos das escolas municipais de Criciúma, sobre o tema "Lei Maria da Penha e a Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher". A iniciativa, promovida pela 12ª Promotoria de Justiça de Criciúma, contou com a parceria das Secretarias da Educação e Assistência Social do Município de Criciúma e Polícia Militar de Santa Catarina. O Promotor de Justiça Samuel Dal-Farra Naspolini foi o responsável pelo projeto.

O objetivo das palestras foi de fomentar a discussão a respeito do fenômeno da violência doméstica e as formas de prevenção e combate. Nos encontros, os estudantes tiveram a oportunidade de entender o que é violência contra a mulher em suas várias formas de manifestação como por exemplo: física, psicológica e patrimonial. Além disso, eles compreenderam como as autoridades e órgãos integrantes da rede de proteção agem diante dos casos concretos de violência contra a mulher, desde a investigação até as medi-

das de apoio às vítimas e seus familiares. Os palestrantes também divulgaram os canais para denunciar os ilícitos.

De 2022 a 2024 foram realizadas mais de 40 palestras e 2.372 alunos foram sensibilizados sobre o tema da violência doméstica. O projeto contribuiu para que os alunos reinterpretassem a sua própria realidade, contribuindo, assim, para que situações concretas presentes de violência doméstica fossem interrompidas. Inclusive, houve registros de casos em que os alunos buscaram auxílio do Promotor de Justiça e dos policiais após as palestras.

O projeto Meu Lar Protetivo foi elaborado a partir da campanha "Oi, meu nome é Maria", organizada pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar e contra a Mulher em Razão de Gênero (NEAVID) em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha (n. 11.340), que foi promulgada em 7 de agosto de 2006. A campanha foi lançada pelo Ministério Público de Santa Catarina em 2022.

PROJETO "MONITORAMENTO ELETRÔNICO MODERNIZADO" COLOCA A SEGURANÇA PÚBLICA EM FOCO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Através da iniciativa foram instaladas 62 câmeras de monitoramento na cidade.

Cinquenta e quatro câmeras de vigilância em dez bairros no município de Fraiburgo. Esse é um dos resultados do Projeto Monitoramento Eletrônico Modernizado, idealizado pela 1ª Promotoria de Justiça de Fraiburgo.

Este projeto busca por meio de termos de cooperação entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o Poder Executivo de Fraiburgo e as Polícias Civil e Militar de Santa Catarina, renovar o sistema de segurança da cidade. Além das 54 câmeras, foi possível também adquirir 8 câmeras de OCR, nas en-

tradas e saídas da cidade, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Com esse investimento pretende-se ter maior efetividade na segurança e na ordem pública do município.

O projeto, criado pelo Promotor de Justiça Eliatar Silva Júnior busca o aperfeiçoamento das ações de prevenção e repressão a infrações penais, pelos órgãos da segurança pública, já que os equipamentos existentes já estavam ultrapassados e dificultavam em alguns casos a investigação de delitos.



2. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desempenha um papel crucial no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público. Promotores de Justiça investigam irregularidades, fiscalizam a aplicação de recursos públicos e atuam em processos judiciais para responsabilizar gestores e obter o ressarcimento ao erário. Além disso, o MPSC realiza ações preventivas e educativas, promovendo a transparência e a ética na administração pública. Com essas iniciativas, o MP catarinense busca garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma correta e em benefício da sociedade.





MPSC PROMOVE SÉRIE DE SEMINÁRIOS REGIONAIS PARA AS ELEIÇÕES DE 2024

A iniciativa surgiu no Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, e abordou em diversas cidades as principais informações sobre o processo eleitoral.



Durante dois meses, todas as regiões do estado foram percorridas pelo ciclo de Seminários Regionais Eleitorais, promovido pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e por órgãos parceiros. Os eventos iniciaram em maio, com o objetivo de preparar a sociedade catarinense para as eleições municipais, que ocorreram em outubro de 2024.

o combate à violência política contra a mulher, cota de gênero, convenções partidárias, regras para propagandas eleitorais, prestação de contas, inteligência artificial e outros.

Ao total, 13 cidades catarinenses foram visitadas, das as cinco regiões do estado: Florianópolis, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Itajaí, Joinville, Mafra, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul e Blumenau.

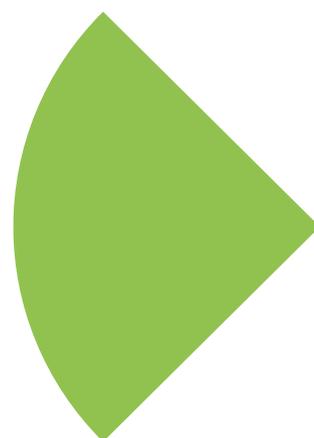
Servidores e membros do MPSC, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), da Procuradoria Regional Eleitoral e os seis palestrantes - especialistas em Direito Eleitoral - percorreram 2.800 quilômetros, completando 102 horas de palestras para preparar a sociedade catarinense para a escolha dos candidatos ao pleito municipal.



O ciclo de seminários foi aberto a todos, mas o público central foram os atores do processo eleitoral: Promotores de Justiça, Juízes, chefes de cartório, presidentes de partidos políticos e futuros candidatos. O MPSC buscou instrumentalizar os atores com as informações necessárias para o desenvolvimento do processo eleitoral.

Ao longo dos seminários, foram tratados assuntos como





3. COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

Para a atuação no combate à sonegação de impostos, o MPSC conta com sete Promotorias Regionais, especializadas na área da ordem tributária, além de Promotorias de Justiça locais em cada Comarca.

O trabalho do Ministério Público tem por objetivo investigar fraudes fiscais, em parceria com outros órgãos, para identificar, sancionar os responsáveis e obter, ainda, a restituição dos valores sonegados aos cofres públicos, de modo que esses recursos possam ser aplicados na saúde, na educação e em outras políticas públicas.

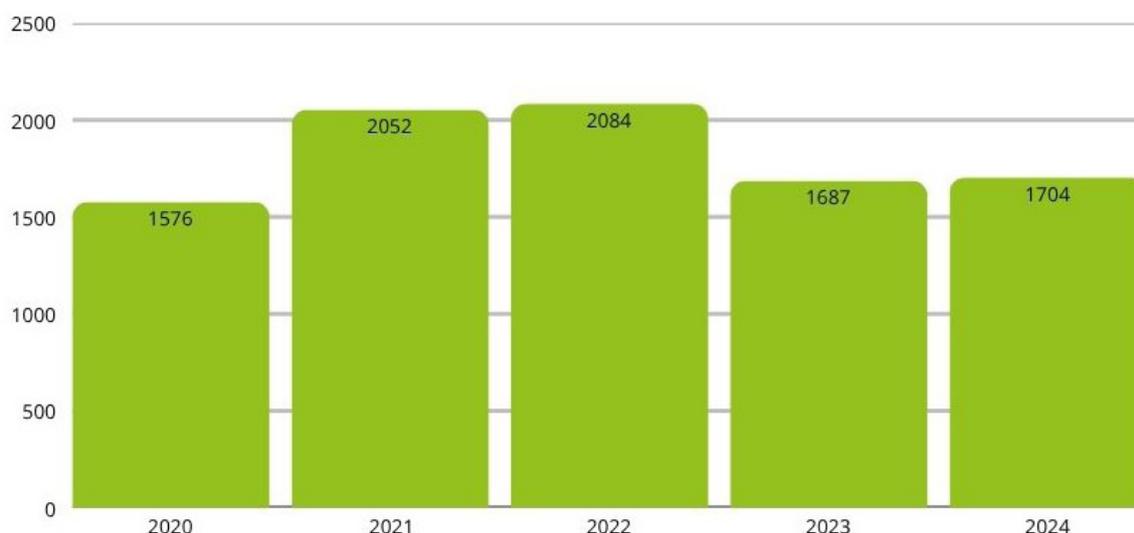


COT CONTABILIZOU MAIS DE 1.700 AÇÕES PENAIS CONTRA A SONEGAÇÃO FISCAL

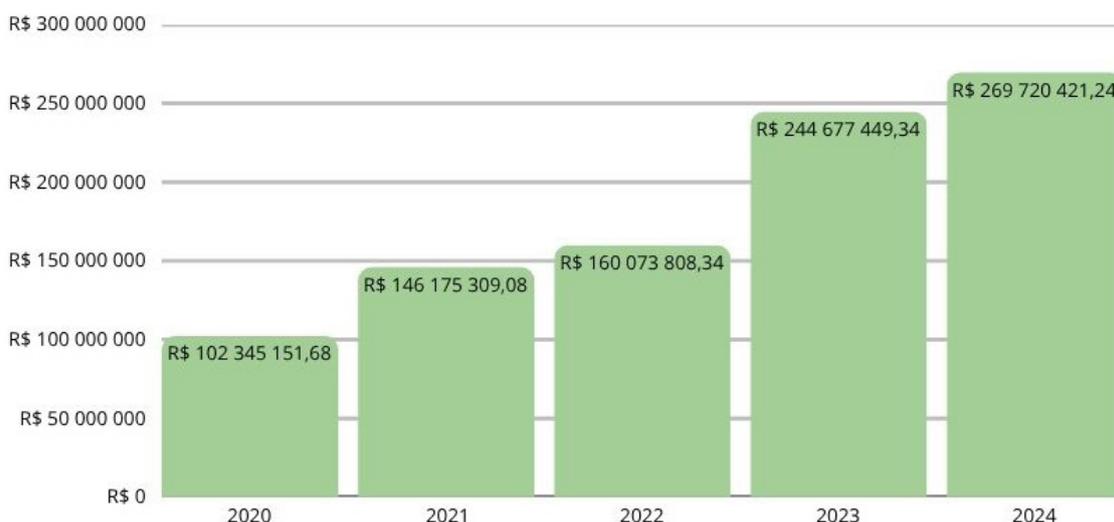
Em 2024, o Programa de Combate à Sonegação Fiscal focou na responsabilização criminal de sonegadores.

O Programa de Combate à Sonegação Fiscal, realizado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT), tem como objetivo interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária. Esse projeto busca a responsabilização criminal dos infratores e viabiliza a recuperação dos tributos sonegados ou apropriados do Estado de Santa Catarina e aos seus municípios.

A repressão à sonegação fiscal foi intensa: o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) propôs. Em 2024, 1.704 ações penais, especificamente pelas Promotorias Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau, Itajaí e de Florianópolis. O valor do montante sonegado denunciado se aproxima a R\$1.205.173.000,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões, cento e setenta e três mil reais).

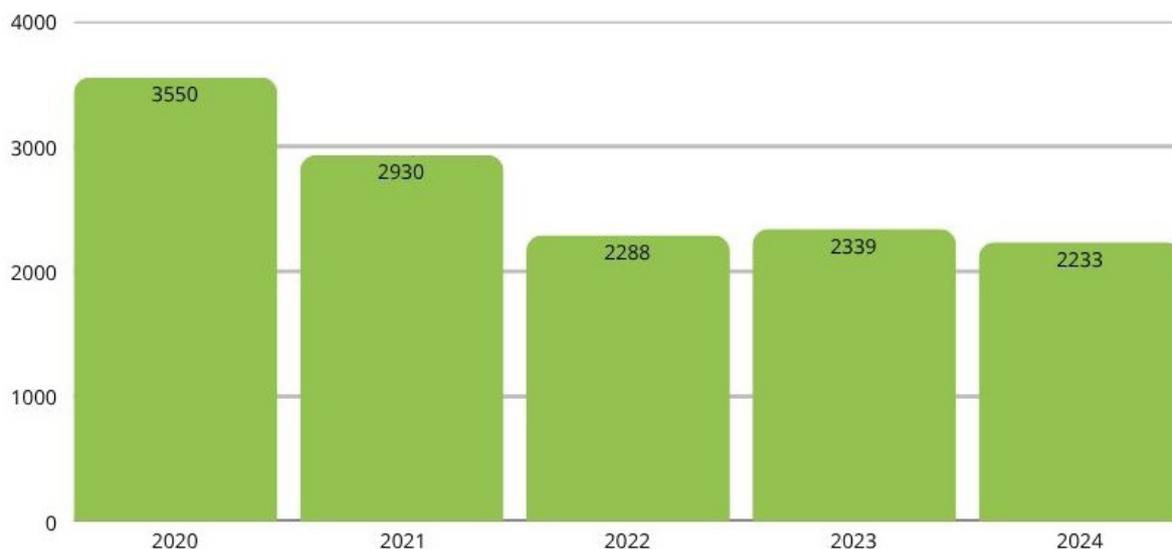


Enquanto isso, foi recuperado, em valores sonegados ou apropriados indevidamente, R\$ 269.720.421,24 (duzentos e sessenta e nove milhões, setecentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos). O valor foi diretamente recolhido pelos cofres públicos.



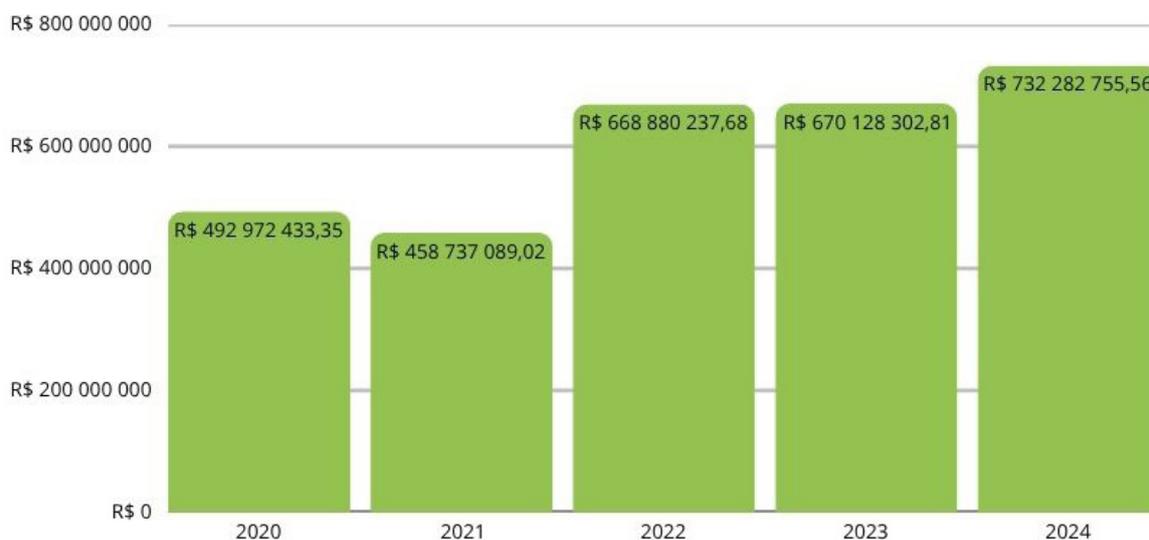
Em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, parceiro oficial do Programa, foi implementado o Módulo de Representação Fiscal para Fins Penais no ambiente do Sistema de Administração Tributária, proporcionando maior agilidade no enfrentamento dos crimes contra a ordem tributária. O COT promoveu uma capacitação para o ensinamento do novo módulo, que contou com membros e servidores de todo o Estado.

Foram iniciadas 2.233 investigações para apurar a prática de crimes contra a ordem tributária. Com isso, o centro de apoio busca reprimir práticas sonegatórias que causam significativos prejuízos à sociedade catarinense, tanto financeiros quanto.



Um destaque importante deste ano foi a criação do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Recuperação de Ativos (GAESF), mediante a celebração de um acordo de cooperação técnica (n. 82/2024) entre o MPSC e o Governo do Estado. O Grupo

tem o objetivo de atuar, prioritariamente, na prevenção, identificação e repressão de ilícitos cíveis, administrativos e criminais contra a ordem tributária praticados mediante fraudes estruturadas de alta complexidade e com elevado potencial lesivo aos cofres públicos. Trata-se do núcleo operacional do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), indicados por cada instituição, além de servidores públicos auxiliares em número compatível com o trabalho a ser realizado.





PROGRAMA SAÚDE FISCAL INTENSIFICA ATUAÇÃO NO COMBATE À SONEGAÇÃO

Apenas em 2024, foram mais de 170 procedimentos realizados para este fim.



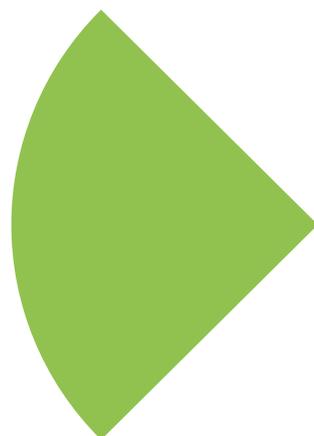
O programa Saúde Fiscal, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT), tem por objetivo “incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais”, visando ao combate aos crimes contra a ordem tributária, de acordo com os pressupostos da Lei n. 8.137/90. O programa foi criado em 2012 para atuar de maneira preventiva e pedagógica, buscando a conscientização dos agentes públicos sobre a importância da devida cobrança e fiscalização.

Por meio da melhoria da estrutura administrativa fiscal para conferência dos tributos próprios, o Centro de Apoio intensificou o combate à sonegação fiscal em 2024. No mesmo ano, foram assinados os Acordos de Cooperação Técnica n. 005/2024, 056/2023 e 062/2024 entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), representado por Promotorias de Justiça com atribuição na Ordem Tributária, e as Secretarias Municipais da Fazenda de Lages, Chapecó e Itajaí, respectivamente. Os acordos regulamentam o intercâmbio de informações e representações fiscais para fins penais por parte dos municípios ao MPSC. Como resultado, 179 procedimentos foram instaurados no ano. Isso significou mais de 12 milhões de reais recuperados aos cofres públicos, por valores recolhidos e parcelados junto com os municípios parceiros.



Um seminário virtual também marcou a atuação do Saúde Fiscal deste ano. Foram 270 pessoas que participaram do webinar “Programa Fiscal dos Municípios: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e Gestão de Processos para a Administração Tributária”, promovido pelo COT, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

O evento on-line reuniu auditores fiscais de municípios de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rondônia. O seminário reitera a postura institucional colaborativa, ao proporcionar a capacitação dos agentes públicos envolvidos e na proposição de melhorias das estruturas administrativas tributárias locais.



4. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) trabalha ativamente na defesa da saúde pública, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade. O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também promove ações para assegurar a oferta de medicamentos e de tratamentos, além de buscar a observância dos direitos dos pacientes. Por meio dessas iniciativas, o trabalho dos Promotores de Justiça contribui diretamente para um sistema de saúde mais eficiente e, por consequência, para a melhoria das condições de saúde da população catarinense. Em 2023, na área da saúde, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ajuizou 458 ações civis públicas.



INICIATIVA FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MELHORA AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO NO SUS CATARINENSE

O Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública do MPSC desenvolveu um conjunto de materiais que orientam no diagnóstico de problemas das UBS.



FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

A Atenção Primária resolutiva é capaz de solucionar até 85% dos problemas de saúde da população, de acordo com o Ministério da Saúde. Visando intensificar a atuação nessa área, o Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desenvolveu o programa “Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde”.

O CSP desenvolveu um conjunto de materiais que orientam a atuação das Promotorias de Justiça do estado no diagnóstico dos problemas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), adotando medidas efetivas para saná-los. Aumentando a efetividade desse cuidado inicial, a tendência é reduzir a sobrecarga sobre os demais níveis de atenção à saúde.

Em 2024, a iniciativa foi realizada em fase de teste dos modelos de formulários, vi-

sitando 13 Unidades Básicas de Saúde. Além de verificar presencialmente a estrutura física, a equipe, as condições e os processos de trabalho, as visitas também são uma oportunidade de aproximar as Promotorias de Justiça do serviço de saúde. A ação pode facilitar os diálogos necessários para a efetivação das políticas públicas na área da saúde.

Espera-se alcançar, no ano de 2025, o total de pelo menos 100 UBS visitadas com a aplicação do Formulário pelas Promotorias de Justiça em todo o Estado.

O Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde do CSP é realizado em parceria com o Departamento de Atenção Primária da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (DAPS/SES/SC) e com o Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (DSP/CCS/UFSC).

ATUAÇÃO RESOLUTIVA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS RARAS É FOCO DO GRUPO DE TRABALHO DO CSP

A iniciativa do Centro de Apoio do MPSC contribuiu, inclusive, para a ampliação do Teste do Pezinho.

O tratamento de doenças raras é a prioridade do Grupo de Trabalho gerido pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP). Seu foco é contribuir para a atuação resolutiva dos atendimentos, bem como a atenção integral e humanizada das pessoas com doenças raras. Em 2024, o Centro de Apoio do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) avançou em muitos aspectos, inclusive na fomentação da ampliação do Teste do Pezinho por todo o estado.

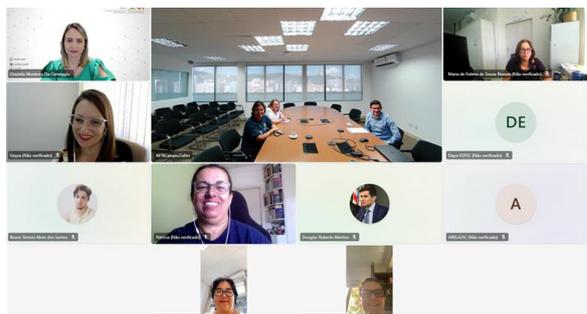
A Triagem Neonatal, nome oficial do “Teste do Pezinho”, passou a detectar mais uma doença em bebês recém-nascidos: a toxoplasmose congênita. O exame é fundamental para a identificação precoce de diversas patologias e é feito com a coleta de sangue nos primeiros dias de vida dos bebês. Nos casos positivos, o exame viabiliza o tratamento ágil e reduz a chance de sequelas.

O Grupo de Trabalho também atuou na aprovação, na Comissão Intergestores Bipartite, da Nota Técnica que trata do Atendimento aos pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) nos Serviços de Urgência e Emergência. No mesmo tema, o seminário “Precisamos falar sobre ELA” foi promovido pela Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica de Santa Catarina (ARELA/SC), com apoio da Associação Catarinense do Ministério Público, e por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPSC. O evento contou com palestras de médicos, fisioterapeutas e demais profissionais envolvidos na rede de apoio ao paciente.

Outra iniciativa foi a ampliação de habilitações para Serviço de Atenção Especializada em Doença Rara no atendimento de Epidermólise Bolhosa, na FURB/Blumenau, e no Serviço de Referência em Doenças Ra-

ras para atendimento adulto e infantil, no Hospital Imigrantes/Brusque.

Para além disso, o CSP promoveu a inclusão de Centrais de Infusão no Programa de Valorização de Hospitais, do Governo do Estado.



Início do Grupo de Trabalho

Resultado de uma união de forças entre o MPSC, entidades representativas e demais órgãos ligados ao amparo a pacientes com doenças raras, esclerose lateral amiotrófica e esclerose múltipla, o grupo de trabalho vem articulando estratégias desde outubro de 2021, quando ocorreu sua primeira reunião.

Na época, foi encaminhado a todas as secretarias municipais de saúde um formulário com diversas questões atinentes à saúde que servirá de base para subsidiar o trabalho junto ao Poder Público e demonstrar as deficiências que precisam ser superadas a fim de se avançar na qualidade e no alcance dos serviços de saúde dos municípios catarinenses. Também foi discutida a necessidade de se criarem materiais informativos, a partir de políticas públicas, voltados para profissionais de saúde, comunidade em geral, pacientes e Promotorias de Justiça. Além disso, observou-se a importância da implantação de uma unidade de referência para adultos e da priorização do atendimento dessas pessoas.

MAIS DE 150 PROCEDIMENTOS FORAM INSTAURADOS PARA COMBATER A DENGUE EM SANTA CATARINA

O Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública do MPSC participou da campanha estadual de combate à doença.

Em menos de um ano, Santa Catarina atingiu a marca de 57.103 focos do mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão de doenças como dengue, chikungunya e zika, de acordo com o Informe Epidemiológico da Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina. A Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), a Defesa Civil, o Tribunal de Contas do Estado e o COSEMC, promoveu uma grande ação em 2024 voltada aos municípios prioritários, visando controlar as possíveis doenças.

69 Procedimentos Administrativos, 33 Notícias de Fato, 36 Inquéritos Cíveis e 18 Ações Cíveis Públicas.

Durante 2024, o MPSC monitorou e fiscalizou a implementação das políticas públicas de combate à dengue, garantindo a efetividade das ações municipais. A Instituição, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP), instaurou

157 procedimentos, sendo 69 Procedimentos Administrativos, 33 Notícias de Fato, 36 Inquéritos Cíveis e 18 Ações Cíveis Públicas.

Em uma atuação conjunta com as Secretarias Municipais de Saúde, no acompanhamento da política pública por meio de Procedimento Administrativo, o Ministério Público pode colher elementos e atuar de forma resolutiva. O objetivo é o atendimento das ações previstas nas Diretrizes Estaduais para a Vigilância Epidemiológica e Controle das Arboviroses.

O CSP também faz o acompanhamento das políticas públicas de saúde, realizando interlocução com os órgãos públicos e entidades da área e prestando apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça de todo o Estado, promovendo uma atuação abrangente.

“Prevenção e consciência fazem a diferença”

Com o objetivo de incentivar o combate à doença, disseminar orientações para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e auxiliar a população a reconhecer os sintomas das doenças transmitidas, o Centro de Apoio do MPSC lançou a campanha “Prevenção e consciência fazem a diferença”.

Na página de campanhas na área da saúde está disponível um folder com dicas – acesse aqui. O documento educativo está pronto para impressão e pode ser distribuído em comunidades, escolas, ruas e condomínios.



CSP REALIZA VISTORIAS E ACOMPANHA INTERNAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA SAÚDE MENTAL EM REDE

*O programa promove o cuidado com dignidade,
além de proteger os direitos humanos.*

O programa Saúde Mental em Rede, do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) possui diversas frentes, que promovem o cuidado com dignidade. Em uma das ações de 2024, o Centro de Apoio realizou vistorias em Comunidades Terapêuticas do estado, fazendo seis reuniões, que resultaram na capacitação de mais de 300 profissionais.



Esse programa é desenvolvido em conjunto com o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE) e objetiva fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Santa Catarina. O Saúde Mental em Rede busca reforçar a política pública de saúde mental e garantir que os atendimentos aconteçam em momentos oportunos e que sejam eficientes.

Quarenta e quatro Comunidades Terapêuticas foram inspecionadas através do projeto, onde todas as pessoas acolhidas foram entrevistadas, assegurando a proteção de seus direitos e bem-estar.

Quarenta e quatro Comunidades Terapêuticas foram inspecionadas através do projeto, onde todas as pessoas acolhidas foram entrevistadas, assegurando a proteção de seus direitos e bem-estar.

Com foco na melhoria dos serviços municipais de saúde mental, o CSP realizou diagnósticos na Rede de Atenção Psicossocial de 28 municípios catarinenses. Os documentos produzidos apoiaram as ações das Promotorias de Justiça de todo o estado.

Ainda neste ano, o Centro de Apoio publicou a “Proposta de Atuação em Saúde Mental”, com orientações jurídicas atualizadas sobre o tema, visando embasar melhor a atuação ministerial.

O Saúde Mental em Rede também está desenvolvendo instrumentos para o acompanhamento e a fiscalização de Centros

de Atenção Psicossocial (CAPS), otimizando a produção de dados sobre seu funcionamento e contribuindo para os processos de avaliação de políticas públicas. No âmbito da fiscalização das internações psiquiátricas, foram comunicadas, em 2024, 2.896 internações involuntárias por meio do Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias (CIPI).

A partir dessas iniciativas e da atuação das Promotorias de Justiça de todo o estado, foram impulsionados mais de 400 procedimentos extrajudiciais pelo Ministério Público, objetivando garantir o atendimento adequado à população pela política pública de saúde mental.





O programa conta como parceiros diversos órgãos estaduais: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC); Vigilância Sanitária de Santa Catarina (DIVS/SC); Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC); Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC); Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (CONEN/SC); Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região (CRP/SC); Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/SC); Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT/SC).



MPSC ATUA PARA REDUZIR O TEMPO DE ESPERA EM ATENDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

Em 2024, o MPSC ajuizou nove ações civis públicas para reduzir a espera para crianças e adolescentes no Planalto Norte.

Mais de 300 crianças e adolescentes já foram beneficiados pela redução no tempo de espera em atendimentos médicos especializados. Uma Promotoria de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), através do Centro de Apoio Operacional de Saúde Pública (CSP), ajuizou uma série de ações civis públicas (ACPs) para buscar solucionar a demanda, assegurando um atendimento rápido no estado.

Apenas em 2024, foram ajuizadas nove ações civis públicas para garantir que nenhuma criança ou adolescente aguarde mais de 100 dias por uma consulta ou exame nos municípios de Porto União e Irineópolis. Destas, sete já têm decisão judicial, enquanto duas aguardam análise do Juízo da Vara da Infância e Juventude.

A iniciativa surgiu na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto União, em resposta a frequentes reclamações sobre longas filas de espera no Sistema Único de Saúde (SUS) para exames e consultas em diversas especialidades para crianças e adolescentes, como psicologia, fonoaudio-

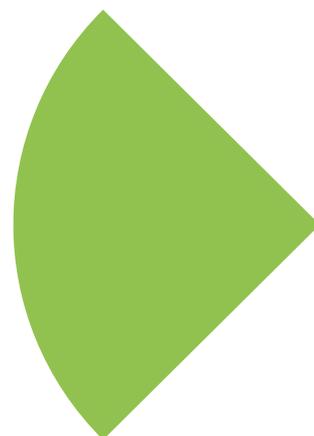
logia, neurologia e terapia ocupacional. A atuação do MPSC assegura o direito à saúde e atendimento prioritário a essa população.

A atuação do MPSC assegura o direito à saúde e atendimento prioritário a essa população.

Uma das sentenças proferidas em 2024 pela Justiça atendeu a uma ação civil pública movida pelo MPSC em favor de crianças autistas da cidade. A decisão

confirmou uma medida liminar já concedida e determinou que o Município forneça sessões de psicoterapia pelo método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes diagnosticados com transtorno do espectro autista (TEA).

A 1ª Promotoria de Justiça ajuizou a ação devido à interrupção do tratamento de uma criança e pela falta de atendimento adequado a outra, todos necessitando da terapia ABA, reconhecida pelo SUS desde 2016. O MPSC solicitou esclarecimentos à Secretaria de Saúde de Porto União sobre a continuidade do tratamento e a capacitação de profissionais para oferecer a terapia. A resposta foi considerada inadequada, pois apenas encaminhou as crianças para psicoterapia convencional, não atendendo às necessidades específicas do método de tratamento.



5. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Uma das atuações do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) se dá na defesa do meio ambiente para a proteção dos recursos naturais, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e estético, além da ordem urbanística.

Na área ambiental, os Promotores de Justiça promovem ações civis públicas para a reparação dos danos e ações penais com vista à responsabilização de autores de crimes como desmatamento ilegal e poluição. Por meio da atuação das Promotorias de Justiça, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) busca o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, protegendo a biodiversidade e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.



The image shows three people standing in a large, open green field under a cloudy sky. On the left, a man with a beard and glasses, wearing a black hoodie, is looking towards the right. In the center and right, two men in military police uniforms are seen from behind. They are wearing camouflage jackets and pants. The man in the center has a patch on his back that reads "POLÍCIA MILITAR". The man on the right also has a patch that reads "POLÍCIA MILITAR". They appear to be in conversation with the man in the hoodie. The background consists of a vast green field leading to a line of trees and distant hills under a grey, overcast sky.

7ª OPERAÇÃO MATA ATLÂNTICA EM PÉ PROTEGE O BIOMA EM SANTA CATARINA

Foram 118 municípios catarinenses fiscalizados, visando investigar os 253 alertas de possível desmatamento.

A Operação nacional Mata Atlântica em Pé visa combater o desmatamento e recuperar áreas degradadas do bioma. Em sua sétima edição, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) participou ativamente na proteção da flora local, além do combate ao desmatamento ilegal no estado.

Apenas em 2024, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), em conjunto com a Polícia Militar Ambiental (PMA), fiscalizaram 118 municípios catarinenses, investigando os 253 alertas de possível desmatamento que foram registrados no mês de setembro. As fiscalizações identificaram um total de 285 hectares desmatados irregularmente. Como consequência, foram aplicadas multas de mais de R\$ 2 milhões aos infratores.

Comparando os números com a 6ª Operação, realizada em 2023, o relatório aponta uma redução na área desmatada ilegalmente. No ano anterior, foram identificados 644 hectares de desmatamento, mais que o dobro deste ano. Além dos desmatamentos ilegais, as equipes de fiscalização fizeram outras constatações nos locais indicados nos alertas.

Esta é a maior operação de preservação do bioma Mata Atlântica, sendo realizado desde 2017. Neste ano, o Ministério Público do Paraná (MPPR) coordenou a operação em âmbito nacional. Lo-





calmente, as ações foram realizadas pelos Ministérios Públicos de cada estado da Federação, com a participação dos respectivos órgãos ambientais. Em todo o país, foram realizadas 1.248 fiscalizações, com a identificação de 17.124 hectares de supressão ilegal de vegetação nativa.

As fiscalizações aconteceram em áreas previamente identificadas como possíveis locais com desmatamento ilegal. Os pontos são mapeados principalmente por meio de tecnologia do projeto MapBiomas, que permite a obtenção de imagens de satélite em alta resolução para a constatação de desmatamentos. Dessa forma, a supressão da vegetação em áreas pode ser identificada a partir de nove metros quadrados em um curto período.

PROJETO “SANEAMENTO DE MARAVILHA” ESTABELECE NOVO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Iniciativa tem colaborado para a eficiente prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotamento sanitário na localidade.

Desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça de Maravilha, o projeto “Saneamento de Maravilha” trabalha para estabelecer um novo modelo de prestação de serviço de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto pelo município, diante do término do convênio com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

Por meio da iniciativa, em 2022 foi realizada uma audiência pública para apurar os problemas relacionados ao saneamento básico de Maravilha. No ano seguinte, aconteceu a apresentação da revisão e atualização do plano de saneamento básico e foram discutidos os passos futuros em relação aos serviços

de água e esgoto. O projeto realiza a fiscalização da atualização do PMSB, das etapas do estudo de viabilidade, do processo licitatório e da transição para o novo modelo de prestação de serviços de saneamento na cidade.

Como resultado, o projeto tem colaborado para a eficiente prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotamento sanitário na localidade.

O projeto “Saneamento de Maravilha” foi idealizado pelo Promotor de Justiça Marcos Schlickmann Alberton, e seguiu, em 2024, em execução pelo Promotor de Justiça Bruno Poerschke Vieira.



SISMUMA AGE PARA ADEQUAR ÓRGÃOS AMBIENTAIS DE CADA MUNICÍPIO

Apenas com a atuação deste ano, a iniciativa do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente resultou na melhora dos órgãos.

O programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade: Sistema Municipal de Meio Ambiente (Sismuma) é executado pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), que promove visitas aos órgãos de licenciamento ambiental nos municípios catarinenses. A iniciativa integra o Plano Geral de Atuação (PGA) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e visa identificar as inadequações dos órgãos ambientais em relação às exigências legais, técnicas e estruturais para o desenvolvimento de licenciamento e de fiscalização ambiental de atividades com impacto local.

Por meio do programa, são realizadas constatações in loco das condições de funcionamento de cada órgão ambiental municipal, bem como dos respectivos Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente mediante a emissão de diagnósticos individualizados que buscam subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça. Desde 2018, já foram feitas

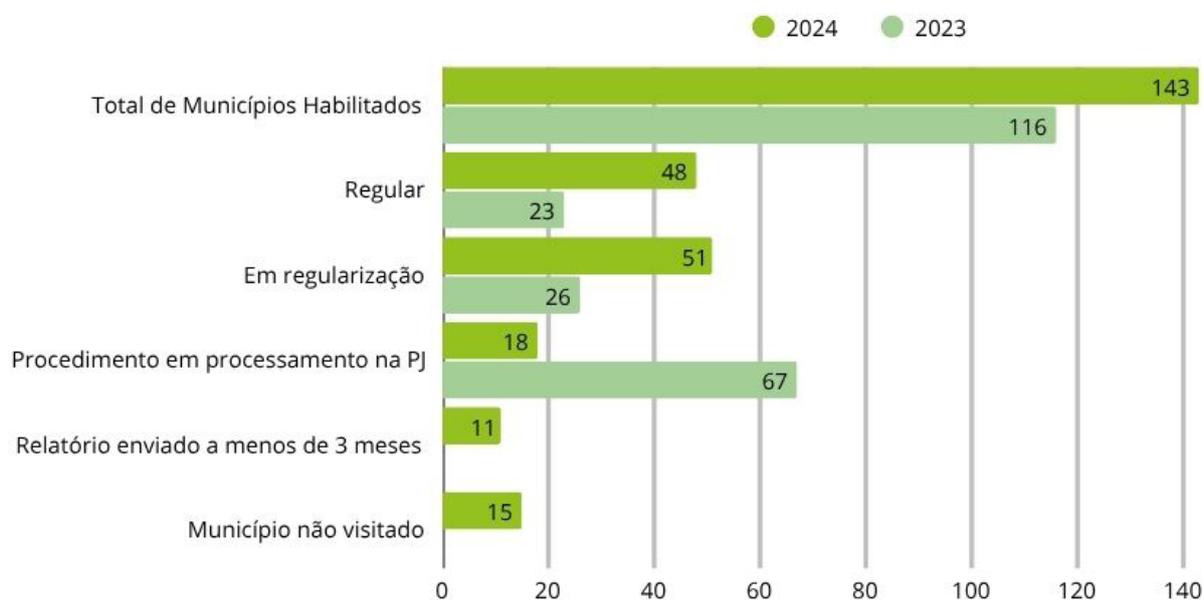
mais de 140 visitas pelo CME e pelos respectivos Promotores de Justiça locais.

O acompanhamento da adequação dos municípios habilitados para o exercício do licenciamento ambiental de atividades geradoras de impacto local é realizado frente às exigências básicas apresentadas pelo CONSEMA no art. 2º, I a III, de sua Resolução n. 117/2017.

Em apenas um ano, foi constatado um aumento significativo de municípios habilitados pelo diagnóstico. Enquanto em 2023 havia 116, neste ano chegou à marca de 143 municípios habilitados em parâmetros ambientais.

Em apenas um ano, foi constatado um aumento significativo de municípios habilitados pelo diagnóstico. Enquanto em 2023 havia 116, neste ano chegou à marca de 143 municípios habilitados em parâmetros ambientais.

No final de novembro, o programa do Centro de Apoio conquistou o “Selo de Excelência Ambiental: reconhecimento de excelência em atuações ambientais do Ministério Público”, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A iniciativa foi homenageada e reconhecida na



categoria “Desastres socioambientais: iniciativas para prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução”, por sua atuação na gestão e fiscalização ambiental.

Ainda neste ano, a cartilha “[SISMUMA: Perguntas e Respostas](#)” foi revista e atualizada, buscando esclarecer as dúvidas mais recorrentes na atuação dos Promotores de Justiça em relação à gestão ambiental municipal e, também, em licenciamentos ambientais.



MPSC UNE INSTITUIÇÕES EM TORNO DA CRIAÇÃO DO GEDCLIMA

Em 2024, o Ministério Público de Santa Catarina ampliou o enfrentamento aos desastres climáticos ao criar o Grupo Especial de Defesa dos Direitos Relacionados a Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas (GEDCLIMA).

O Grupo Especial de Defesa dos Direitos Relacionados a Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas (GEDCLIMA) foi criado no âmbito da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, com o apoio e colaboração do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) e do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC). A iniciativa tem a finalidade de subsidiar a definição de estratégias de atuação e de complementar, quando necessário, a prestação de apoio técnico e jurídico aos Órgãos de Execução para a efetiva defesa dos direitos relacionados a desastres socioambientais e mudanças climáticas no Estado de Santa Catarina.

O grupo, multisetorial e interdisciplinar, presidido pelo MPSC, é composto por Promotores de Justiça e representantes do Ministério Público Federal; Federação das Indústrias de Santa Catarina; Defesa Civil Estadual; Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Tribunal de Contas do Estado; Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Militar Ambiental; Instituto do Meio Ambiente; Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; Secretaria de Estado da Assistência Social; Procuradoria-Geral do Estado; Ordem dos Advogados do Brasil; Ministério Público do Trabalho; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Economia Verde; Instituto Federal Catarinense; e Defensoria Pública de Santa Catarina.

O GEDCLIMA se divide em três grupos temáticos: Ciência e Tecnologia, Políticas Públicas e Assistência Social. Dentro das atividades desenvolvidas ao longo de 2024 foram consolidadas as seguintes ações:

- Assinatura interinstitucional e divulgação da Carta do Seminário Mudanças Climáticas: Ciência, Lei e Ação para um futuro sustentável;
- Formalização, por meio de acordo de cooperação técnica, com 18 instituições e órgãos atuantes na área ambiental no Estado de Santa Catarina;
- Realizadas 6 Reuniões Gerais com todos os membros do MPSC e representantes de instituições integrantes do GEDCLIMA, possibilitando o aprofundamento dos diálogos interinstitucionais e apresentações informativas.
- Encaminhamento e aprovação do Projeto Kit de Equipagem Defesa Civil Municipal - 50 Kits, valor total: R\$ 9.981.171,81 (nove milhões, novecentos e oitenta e um mil, cento e setenta e um reais e oitenta e um centavos).
- Elaboração de ofício de informações e recomendação para atuação dos Promotores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.
- Publicação de Nota para: 1) Corroborar a Nota de Solidariedade da PGJ-SC em relação às fortes chuvas no RS; 2) Incentivar às doações ao estado do RS com a indicação de

contas seguras para depósitos; 3) Incentivar a continuidade de doativos, envio de equipes especializadas, manutenção de apoio logístico pelo governo catarinense; 4) Incentivar a viabilização do oferecimento de apoio psicológico às vítimas e seus familiares; e 5) Informar acerca da solicitação a todas as Promotorias de Justiça a destinação de recursos financeiros oriundos da atuação finalística do MPSC conforme a Recomendação Conjunta PRESI-CNMP n. 1, de 3 de maio de 2024.

- Criação de 3 Grupos Temáticos coordenados por membros do MPSC para o encaminhamento de projetos.
- Encaminhamento de Manual de Atuação em Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas do CNMP às Promotorias de Justiça do MPSC;
- Incentivo às práticas sustentáveis nas instituições que os integrantes do GEDCLIMA integram;
- Compartilhamento de material do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT-MPSC) sobre áreas úmidas com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC para colaboração na elaboração de PL sobre Proteção das áreas úmidas;
- Lançamento do Edital de artigos para composição do 1º E-book do GEDCLIMA;
- Disponibilização da página GEDCLIMA aos usuários externos, facilitando acesso e divulgação do material produzido pelo grupo;

- Manifestação e Enunciado GEDCLIMA em conjunto com FECAM para que os(as) candidatos(as) a prefeitos(as) e vereadores(as) prevejam políticas públicas concretas voltadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos e desastres socioambientais em seus planos de governo e de ações.

Criação do grupo é resultado de termo de cooperação entre MPSC e MPRS

A criação do GEDCLIMA é um dos frutos de um termo de cooperação assinado pelo MP catarinense com o MP do Rio Grande do Sul em novembro de 2023. As duas instituições se uniram para definir estratégias e ações de enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas que vêm causando desastres cada vez mais comuns na região Sul do país.

Desde então, o MPSC criou um grupo de trabalho transdisciplinar para o enfrentamento dos desastres socioambientais e mudanças climáticas, incluindo oficialmente na agenda institucional a prevenção, a mitigação e o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas em SC.

Outro resultado do termo de cooperação foi consolidado em março de 2024, com a realização de um evento sobre as mudanças climáticas e os desastres socioambientais. O seminário foi promovido em parceria com a Defesa Civil de SC e tratou, principalmente, de ações de prevenção e enfrentamento dos desastres socioambientais.

PROJETO SEMEANDO SAÚDE ÚNICA NAS CRIANÇAS PROMOVE SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A iniciativa busca promover a atitude responsável nas crianças em relação ao meio ambiente e a saúde em geral.

O projeto “Semeando Saúde Única nas Crianças”, da 2ª Promotoria de Justiça de São Lourenço do Oeste, foi criado pelo Promotor de Justiça Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes. A iniciativa busca promover a atitude responsável nas crianças em relação ao meio ambiente e a saúde em geral. O projeto foi premiado com a quinta colocação na 3ª edição do Prêmio José Daura.

A ideia surgiu a partir das inúmeras denúncias, recebidas todos os meses pela 2ª Promotoria de Justiça, de crimes de maus-tratos a animais, assim como de casos graves envol-

vendo a degradação do meio ambiente e que, muitas vezes, afetam a saúde humana, como por exemplo a poluição hídrica. Disso, lembrou-se do conceito de saúde única - a ligação entre cuidados ao meio ambiente, aos animais, e ao próprio ser humano - como um meio de atacar o problema em todas as suas frentes.

Pensando em buscar um trabalho preventivo por meio da conscientização das crianças, convocaram-se representantes da Polícia Militar e de entidades de proteção aos animais para falar de maus tratos a animais, além de médicas veterinárias para abordar



a saúde humana e animal e de engenheiras ambientais para tratar de cuidados ao meio ambiente. Os conteúdos foram abordados em atividades interativas com alunos da rede municipal de ensino. Após a implementação do projeto com foco em crianças em idade escolar foi possível introduzir o conceito de saúde única no ensino fundamental.

Durante a atividade, o Promotor de Justiça, acompanhado dos parceiros (Polícia Militar, entidades de defesa animal, médicos veterinários, engenheiros ambientais, além de representantes da Secretaria de Educação) e da equipe da Promotoria, vai até as escolas do município para conversar com as crianças. Os tópicos tratados são práticas de higiene; cuidados com os animais; e preservação ambiental para prevenir doenças zoonóticas e outras enfermidades. Cada assunto é discutido em três espaços distintos e com atividades interativas para cada um dos temas. Além disso, os estudantes também par-

ticipam de atividades práticas como plantio de árvores no jardim da escola. Com o projeto, as crianças conseguem aprender sobre a importância de cuidar do meio ambiente, dos animais e de si mesmas, entendendo como essas áreas estão conectadas.

A iniciativa trouxe resultados positivos para a cidade, como a criação da lei Municipal n. 2.819 que incluiu o tema Saúde Única ao currículo escolar. Além disso, foi criado o Concurso Artístico de Saúde Única no ensino fundamental. A iniciativa premia os alunos que desenvolvem os melhores trabalhos relacionados à proteção humana, animal e ambiental.

Por fim, o projeto também foi apresentado no VII Fórum de Defesa Animal, realizado em Brasília, e replicado, por entidades de proteção animal, em escola do Município de Pato Branco, no Paraná. Desde a implantação, mais de 300 alunos do município já foram sensibilizados.





6. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO PRECONCEITO

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) dedica-se à defesa da cidadania e dos direitos humanos, zelando pela política de assistência social, pelos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência e pelo enfrentamento ao preconceito e pela promoção da equidade.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também promove campanhas educativas e projetos sociais que visam à inclusão e à igualdade de oportunidades.





QUALIFICAR PARA HUMANIZAR

Programa de Fortalecimento de Residências Inclusivas no Estado de Santa Catarina



QUALIFICAR PARA HUMANIZAR: PROGRAMA ORGANIZA RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS NO ESTADO

A iniciativa do CDH é acolher, com qualidade, pessoas com deficiência em Santa Catarina.

Prestar suporte às Promotorias de Justiça para reordenar e fortalecer os serviços de acolhimento a pessoas com deficiência. Com esse foco, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) lançou, em novembro de 2024, o “Qualificar para humanizar: programa de fortalecimento de residências inclusivas no Estado de Santa Catarina”.

O objetivo é prestar apoio no diagnóstico, estruturação, organização e fortalecimento das Residências Inclusivas existentes no estado, bem como para o impulsionamento da criação de novos serviços em Santa Catarina. Essas Residências são os espaços de acolhimento institucional especial de alta complexidade às pessoas com deficiência.

Para iniciar as atividades do programa, foi realizado um levantamento de Residências Inclusivas em funcionamento no estado. O CDH produziu um material de apoio completo para a realização das vistorias nesses ambientes, e ofertou um suporte técnico para suas execuções pelas Promotorias de Justiça, visando avaliar cada situação e oferecer um suporte de qualidade às pessoas que necessitam.

A iniciativa foi lançada no evento de capacitação “Estratégias de atuação na área da cidadania”, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e pelo CDH, na sede do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em Florianópolis. Durante o evento, o Centro de Apoio também proporcionou troca de experiências e boas práticas a respeito do tratamento de pessoas idosas.



QUALIFICAR PARA HUMANIZAR

Programa de Fortalecimento de Residências Inclusivas no Estado de Santa Catarina

CDH ATUA PARA FORTALECER FUNDOS MUNICIPAIS DA PESSOA IDOSA

Doze Fundos foram habilitados no ano de 2024. Somados, eles têm potencial de arrecadação de 2,5 milhões de reais.

O fortalecimento dos Fundos Municipais da Pessoa Idosa no estado é uma das prioridades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). A iniciativa busca reforçar as políticas públicas dos direitos das pessoas idosas por meio do fomento à criação ou regulamentação de Fundos Municipais destinados a esse segmento.

Para isso, o CDH realizou o levantamento de todos os Fundos da Pessoa Idosa existentes em Santa Catarina, a fim de identificar quais municípios ainda não o instituíram e, naqueles em que o fundo existe, quantos estão corretamente cadastrados na Receita Federal para o recebimento de valores via doação no Imposto de Renda.

As Promotorias de Justiça, em conjunto com o Centro de Apoio, fiscalizaram diretamente 29 municípios catarinenses. Das fiscalizações instauradas, 12 Fundos foram habilitados no ano de 2024, os quais, soma-

dos, têm potencial de arrecadação de 2,5 milhões de reais.

Outros sete procedimentos extrajudiciais instaurados pelas Promotorias de Justiça tratam da criação de Fundos Municipais da Pessoa Idosa, com potencial de arrecadação de cerca de 800 mil reais.

Outra ação que conta com apoio do CDH é a destinação de parte do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) diretamente para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. O MPSC promoveu, inclusive, conteúdos explicando como realizar essa destinação.

A iniciativa também tem o apoio do Grupo de Fundos Especiais Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM). O CDH espera continuar o monitoramento da criação de fundos e manter o suporte às Promotorias de Justiça para aumentar a arrecadação nos municípios.

PROJETO FAZ PARCERIA COM A UNIVERSIDADE PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIAS DE ACESSIBILIDADE EM LAGUNA

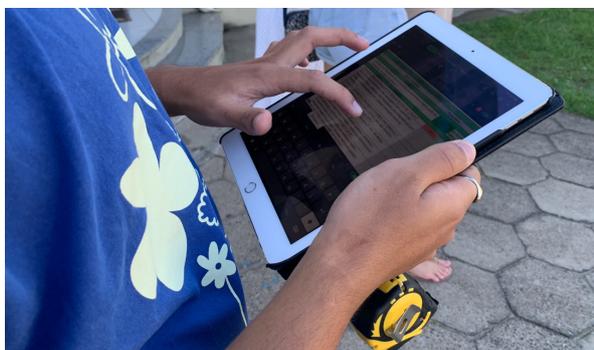
“Parceria com a universidade para realização de vistorias de acessibilidade” produz diagnósticos de acessibilidade dos prédios públicos em Laguna.

O projeto “Parceria com a universidade para realização de vistorias de acessibilidade” tem como principal objetivo produzir diagnósticos de acessibilidade dos prédios públicos no Município de Laguna, por meio de parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A falta de adequação às normas de acessibilidade pelos prédios foi o que levou a 3ª Promotoria de Justiça de Laguna a promover dois Inquéritos Cíveis na cidade. Para se adequar a estas normas, planilhas foram preenchidas pelos profissionais do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Os docentes técnicos e seus alunos do cam-

pus da UDESC participaram das vistorias e elaboração de diagnósticos.

A iniciativa, criada pelas Promotoras de Justiça Bruna Gonçalves Gomes e Fabiana Mara Silva Wagner, promove o acesso das pessoas com deficiência nos prédios públicos do município de Laguna, além de estimular o ensino prático dos estudantes de arquitetura. Desde que foi posto em prática, o projeto também conseguiu firmar dois Termos de Ajustamento de Conduta com o município, e realizou vistorias em oito Unidades Básicas de Saúde.



PROJETO DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XANXERÊ FORNECE ESPAÇO DE CULTURA E LAZER PARA A POPULAÇÃO

Espaço “MP Cultural” estimular a produção cultural do município e aproximar o Ministério Público da sociedade.

Uma das salas da sede do Ministério Público em Xanxerê ganhou uma nova finalidade. O projeto “MP Cultural”, idealizado pela 4ª Promotoria de Justiça de Xanxerê, promoveu a criação de um espaço pensado para estimular a produção cultural do município e aproximar o Ministério Público da sociedade.

A partir da reforma de um dos espaços da instituição e da elaboração de um calendário de atividades, a Promotoria de Justiça forneceu a entidades e instituições municipais de Xanxerê a possibilidade de fomentar a cultura local, estimular o interesse pelo tema e aproximar o Ministério Público da sociedade.

Exposições, oficinas e visitas institucionais fazem parte da programação pensada para o local, que contemplou mais de 400 pessoas, de diversas idades, no primeiro evento desenvolvido. Um Protocolo de Intenção de Políticas Públicas também foi firmado entre o MPSC e entidades públicas e privadas do Município.

O projeto, criado pelo Promotor de Justiça Marcos Augusto Brandalise, estreita o relacionamento do MP com a sociedade e oferece um importante espaço de lazer e aprendizado para a população.

PROJETO DESENVOLVIDO EM FLORIANÓPOLIS PROMOVE A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO INTERSETORIAL EM DEFESA DA INCLUSÃO

Iniciativa da 30ª Promotoria de Justiça da Capital fomenta a articulação interinstitucional e a atuação integrada para acompanhamento e resolução de problemas cotidianos enfrentados pelas pessoas com deficiência.

Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), indicam que cerca de 23,9% da população brasileira apresenta alguma deficiência auditiva, visual, motora ou intelectual. É pensando nisso que a 30ª Promotoria de Justiça da Capital desenvolveu o projeto “Criação e Implantação do Núcleo Intersectorial em Defesa da Inclusão - NIDI”.

A proposta de criação do NIDI tem como objetivo desenvolver práticas institucionais estruturantes, eficazes e proativas, capazes de assegurar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, promovendo a sua inclusão, o acompanhamento e a resolução de problemas enfrentados no seu cotidiano.

Até então, o projeto já promoveu articulação interinstitucional e atuação integrada com 60 órgãos parceiros, além da criação

de um grupo de mensagens que funciona como um canal direto de comunicação entre a Promotoria de Justiça e as pessoas com deficiência. Também foram realizadas visitas em diversos espaços públicos de Florianópolis, como a Avenida das Rendeiras, o Mercado Público, o Largo da Ponte Hercílio Luz e o Terminal de Integração do Centro.

Visitas nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do município, parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina para a realização de um curso de extensão em Libras para membros e servidores do MPSC e realização do “Café às Cegas”, evento que reproduziu a experiência do cotidiano de pessoas cegas para promover a inclusão, foram outras ações desenvolvidas pelo projeto.

FORÇA-TAREFA ESTRUTURAS GARANTE PRESERVAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO EM FLORIANÓPOLIS

Projeto promove revitalização de equipamentos e estruturas públicas em situação de abandono ou má conservação na capital catarinense.

O projeto “Força-tarefa Estruturas”, realizado pela 30ª Promotoria de Justiça de Florianópolis, promoveu a revitalização de equipamentos e estruturas públicas, das esferas municipal e estadual, em situação de abandono ou má conservação. O intuito do projeto foi atingir o objetivo por meio da atuação coordenada e da cooperação entre órgãos e entidades de diversas esferas do poder público e da sociedade civil. A iniciativa foi responsabilidade do então Promotor de Justiça Daniel Paladino.

Foram mapeados e priorizados 15 equipamentos e estruturas na cidade de Florianópolis com necessidade de recuperação. Desse total, 7 já tiveram as melhorias implantadas. Também foi realizado um diagnóstico social dos problemas relacionados ao patrimônio público de Florianópolis, a partir de uma atuação padronizada e subsidiada em dados técnicos. Dessa forma, o diagnóstico possibilita o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e direcionadas às necessidades reais da população.

A Força-tarefa, caracterizada como um grupo de trabalho, contou com a parceria da prefeitura de Florianópolis, do Governo do Estado, da Câmara de Vereadores da Capital, Polícia Militar de Santa Catarina, Entidades da Sociedade Civil, Associações e Organizações Não-Governamentais Culturais e Históricas.

Por meio da Força-tarefa, a 30ª PJ realizou inspeções e propôs acordos



para a correção de problemas, fiscalizou e monitorou a existência e utilização de estruturas e também de equipamentos públicos que pudessem ser alvo de vistorias. Além disso, foi realizada a identificação e acompanhamento relativo à preservação, reforma, recuperação ou demolição do patrimônio público.

O projeto fomenta a cultura da manutenção, do zelo e conservação das estruturas, por meio da atuação preventiva, para garantir a segurança da população. Promover conforto, acessibilidade, segurança e mobilidade também é um objetivo da Força-tarefa.



20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOINVILLE DESENVOLVE PROJETO QUE PROPÕE A REVISÃO GERAL DOS ESTATUTOS DE FUNDAÇÕES PRIVADAS

Projeto corrige impropriedades jurídicas e alinha normas às boas práticas do Ministério Público.

Depois da publicação do Ato 642/2015/CPJ, a atribuição da área da Curadoria do Terceiro Setor coube à 20ª Promotoria de Justiça de Joinville, que, desde então, passou a efetuar o saneamento dos procedimentos administrativos relativos às fundações sob seu velamento. Isso porque, em se tratando de procedimentos administrativos permanentes, muitos desses feitos foram instaurados há décadas, quando sequer havia regulamentação interna disciplinando o trâmite procedimental da matéria. Nesse contexto, foi verificada a necessidade de uma revisão completa dos estatutos das fundações veladas pelo Ministério Público.

A partir da análise do caso específico da Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville (FUNADEJ), foi consignado pelo Centro de Apoio Técnico do Ministério Público o alerta de que o Estatuto da Fundação possui “expressões inadequadas para a natureza jurídica fundacional, como “sócios” e “associados”. Outro caso

trata da Fundação Softville, que aprovou em 2017 uma alteração estatutária que também previa a inclusão da figura de “sócios” na estrutura da fundação, porém, com o suporte do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos verificou-se a impropriedade da alteração, a qual foi posteriormente reprovada pela 20ª Promotoria de Justiça de Joinville.

No caso da FUNADEJ, foi expedida recomendação à entidade visando a alteração do estatuto vigente, de modo que sejam excluídos os artigos que contenham previsão da figura do “sócio”. A experiência concreta da 20ª Promotoria de Justiça de Joinville apontou para a necessidade de revisão dos estatutos das fundações privadas veladas por aquele órgão de execução, visando sanar eventuais impropriedades existentes nos estatutos e buscando adequar referidos textos normativos às melhores práticas desenvolvidas pelo Ministério Público Brasileiro no velamento das fundações privadas.

7. DEFESA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DIREITO À EDUCAÇÃO

Os Promotores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) atuam na defesa da criança, do adolescente e do direito à educação, buscando assegurar um futuro melhor para as novas gerações. Isso, na prática, significa que, quando a família, o Estado ou a sociedade ameaçam ou lesionam o direito de criança ou de adolescente, com violência ou abuso, por exemplo, deve o Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude intervir, fazendo cessar a ameaça ou a lesão.

Do mesmo modo, o Ministério Público tem legitimidade para adotar as medidas legais em razão da conduta do adolescente, sempre que, em razão do seu comportamento, estiver em situação de risco ou de vulnerabilidade.

O Ministério Público fiscaliza, ainda, instituições de ensino e programas sociais, garantindo que direitos fundamentais sejam respeitados.



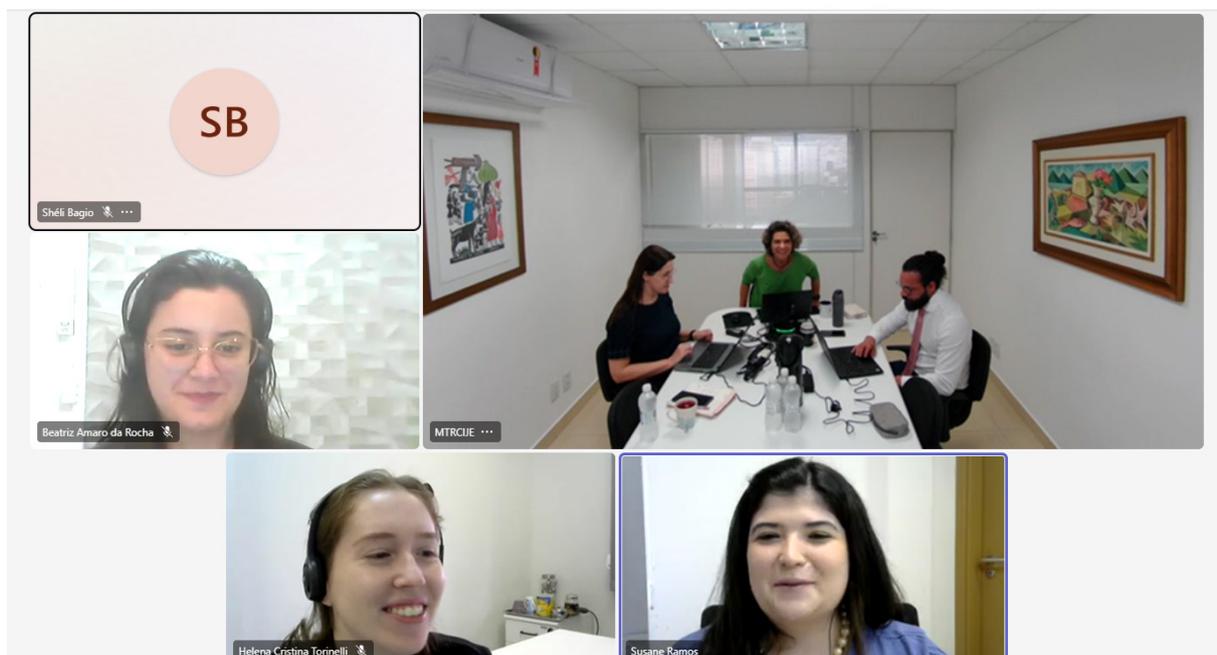
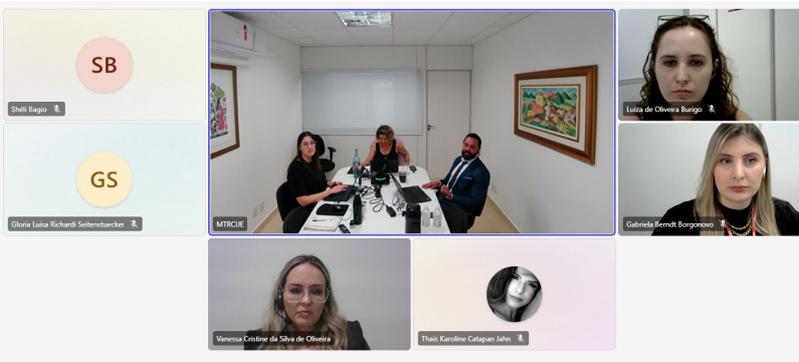
PROGRAMA CAMOV IMPULSIONA MELHORIAS NA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE

*Com encontros on-line e presenciais, programa fomenta diagnósticos
e políticas públicas eficientes.*

Aproximando os Centros de Apoio Operacional (CAO) das Promotorias de Justiça de Santa Catarina, o programa Centros de Apoio em Movimento (CAMOV) realizou 22 reuniões voltadas para a área da infância e juventude.

Em cada edição do CAMOV, o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE) repassa instruções às equipes dos órgãos de execução sobre programas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), fornecendo ferramentas para a atuação das Promotorias de Justiça nessas áreas.

Com 17 encontros on-line e 5 presenciais, as reuniões proporcionaram diagnósticos detalhados e orientações práticas, resultando em melhorias significativas no atendimento e na implementação de políticas públicas voltadas à infância e juventude.



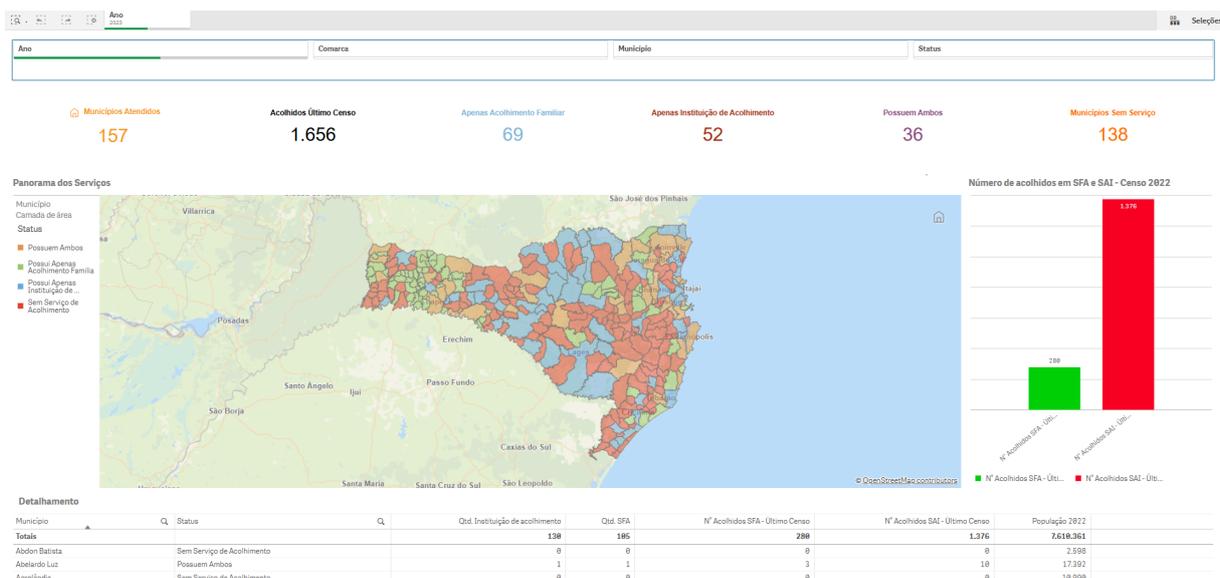
CIJE LANÇA PAINEL BI COM DADOS INÉDITOS SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM SANTA CATARINA

Ferramenta lançada em 2024 reúne dados extraídos do Censo Suas e apoia a atuação integrada entre órgãos que compõem o Programa Familiar de Acolhimento e Convivência.

Ampliando a oferta de serviços de acolhimento familiar em Santa Catarina, o Centro de Apoio da Infância, Juventude e Educação (CIJE) disponibilizou ao público externo, em 2024, o painel de *business intelligence* (BI) com dados sobre os serviços do Programa Familiar de Acolhimento e Convivência. Os números foram extraídos do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), disponível no site da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Além do levantamento, ao longo de 2024 também foram realizadas reuniões mensais com os membros do Grupo de Trabalho (GT). Dessa maneira, os integrantes buscaram formas de fortalecer a política de convivência familiar e comunitária, promovendo a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em medida de proteção por acolhimento familiar ou institucional.

O Programa Familiar de Acolhimento e Convivência conta ainda com a participação da Federação Catarinense de Associações de Municípios (FECAM), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC), da Associação Catarinense de Conselhos Tutelares (ACCT), da Comissão Estadual da Infância e Juventude (CEIJ/TJSC), do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC), da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/SC), do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, da Coalizão pelo Acolhimento Familiar, do Colegiado de Assistência Social das Associações dos Municípios Catarinenses (COAS/SC), do Serviço Regionalizado da Comarca de Ascurra, Rodeio e Apiúna, da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), da Semudes – Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar de Blumenau – e da União dos Vereadores de Santa Catarina (UVESC).



PROGRAMA TEAR É IMPLEMENTADO EM 12 NOVAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Programa do CIJE fortalece a integração entre instituições para proteger crianças, adolescentes e grupos vulneráveis.

Fortalecendo a rede de proteção de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de violência, o programa Técnicas e Estratégias de Articulação em Rede (TEAR) foi implementado em 2024 em 12 novas Promotorias de Justiça, alcançando 27 municípios.

Foram realizadas capacitações para os municípios que implementaram o programa, que visa organizar o sistema de garantias locais e adotar medidas de trabalho interdisciplinar, indispensáveis no âmbito da infância, juventude e direitos humanos.

Realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Infância, Juventude e Educação (CIJE), em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CDH), o

TEAR busca promover a articulação entre diferentes setores e instituições, como educação, saúde e assistência social, para garantir um atendimento integrado e eficaz a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Além disso, a metodologia do programa inclui a implementação de uma abordagem específica nos territórios, promovendo uma articulação mais efetiva das redes de proteção.

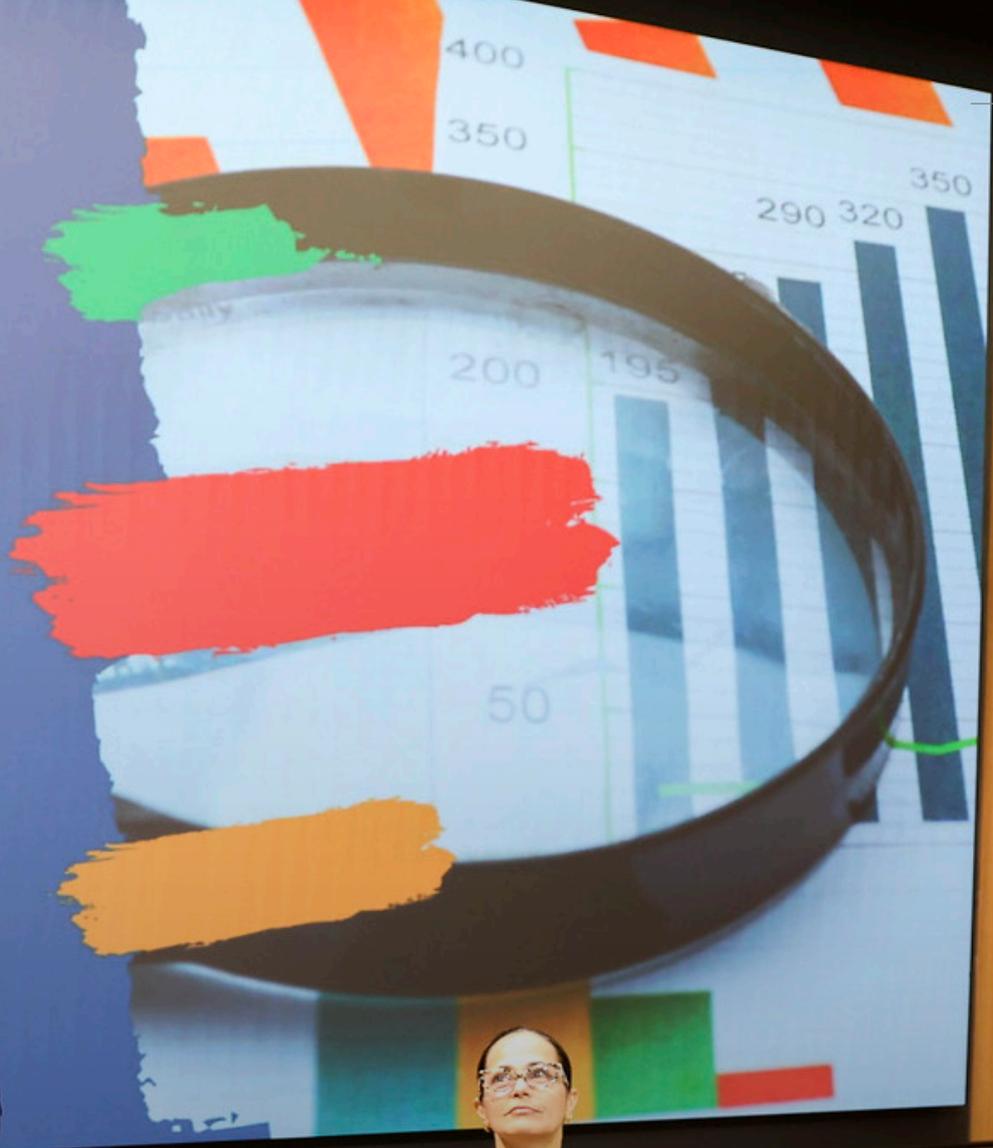
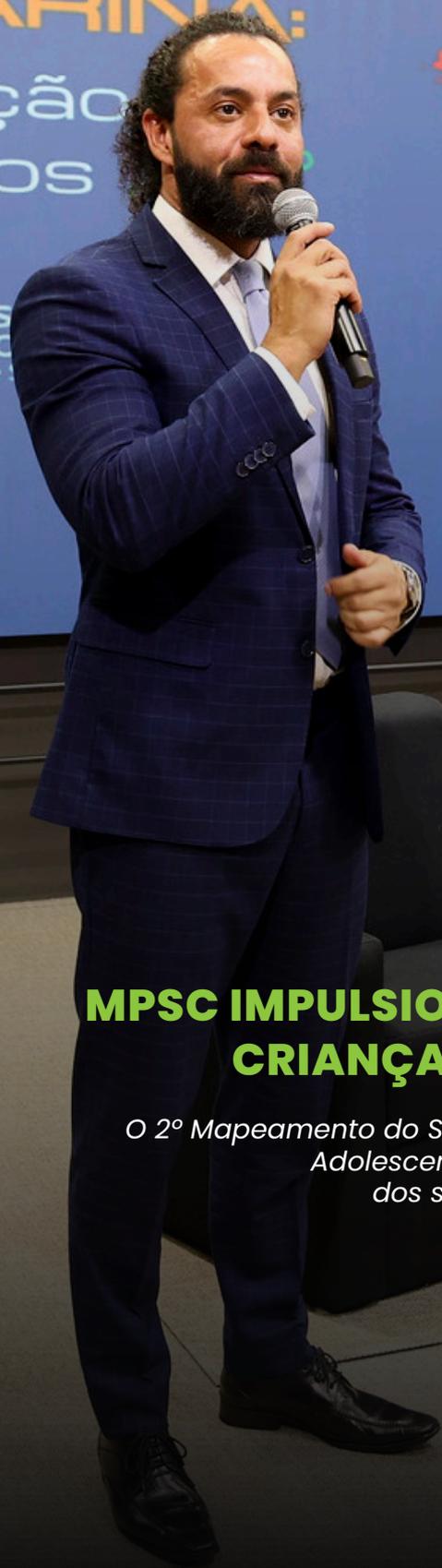
O TEAR também propõe a utilização de técnicas e estratégias de articulação em rede para facilitar o diálogo horizontal, fortalecer o trabalho intersetorial e otimizar recursos públicos. O programa busca evitar a judicialização e a burocratização, prezando por uma atuação resolutiva, bem como pela criação de grupos de trabalho interdisciplinares e outras iniciativas.



PARA
CIAS E
NCIAS
ARINA:

ação
arios

ES
CC
de



MPSC IMPULSIONA AVANÇOS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SC

O 2º Mapeamento do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes mostra avanços na organização dos sistemas municipais de proteção

Com o objetivo de aprimorar a implementação do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, estabelecido pela Lei nº 13.431/2017, o Centro de Apoio Operacional de Infância, Juventude e Educação (CIJE) realizou o segundo Mapeamento do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. O projeto, realizado no fim de 2024, é uma ação vinculada ao Programa Escuta Protegida.

Em uma parceria entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC), com apoio da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), foi distribuído um formulário aos conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente. O objetivo foi promover um debate entre o colegiado e os integrantes da rede de proteção responsáveis pela execução do protocolo

de atendimento às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

Ao todo, 266 municípios responderam à pesquisa. Com os dados obtidos, o CIJE pôde analisar os avanços do programa e identificar as lacunas que ainda precisam ser superadas para aprimorar a organização dos sistemas municipais de garantia de direitos desses jovens.

Os resultados apontam evoluções significativas no cenário de Santa Catarina desde a última pesquisa, realizada em 2021. Comparando os anos de 2021 e 2024, houve um aumento de 120% no número de municípios com Comitês de Gestão Colegiada, um crescimento de 293% no número de municípios com protocolos de fluxos de atendimento integrado formalizados e um impressionante aumento de 1.113% no número de municípios com entrevistadores capacitados para a realização da escuta especializada.



ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: VENCEDORES DO PRÊMIO LUME MOSTRAM A FORÇA DA EDUCAÇÃO

Evento realizado pelo CIJE, em Florianópolis, destacou projetos que unem inclusão, inovação e qualidade na educação.



Incentivando o desenvolvimento da educação, o Centro de Apoio da Infância, Juventude e Educação (CIJE) promoveu a cerimônia de premiação da edição de 2024 do Prêmio Lume, realizada no edifício do Ministério Público de Santa Catarina, em Florianópolis. Com uma palestra do escritor e jornalista Fabrício Carpinejar, o evento contou com 218 inscrições e foi aberto às escolas vencedoras e às instituições participantes do Grupo Estratégico de Monitoramento dos Planos de Educação.

O Prêmio Lume é promovido pelo Grupo Estratégico de Monitoramento dos Planos de Educação, do qual o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) é um dos coordena-

dores. O objetivo é premiar uma escola pública municipal e uma escola pública estadual de cada mesorregião do estado que se destacam na alfabetização de seus estudantes, com base em indicadores de alfabetização, infraestrutura e validação por meio de questionários e entrevistas com as escolas.

No Sul do estado, as escolas Professor Mota Pires, de Araranguá, e Rubens de Aruda Ramos, de Criciúma, foram vencedoras do Prêmio Lume 2024. Referência em acessibilidade, a Escola Professor Mota Pires é destaque na alfabetização em braile, com uma metodologia que mistura estudos com muita diversão. Já em Criciúma, a Escola Ru-

bens de Arruda Ramos alcançou altos índices graças ao ensino integral e às atividades complementares que unem cultura e lazer.

Inclusão e capacitação de professores foram os diferenciais que tornaram o Centro Educacional Municipal Interativo, em São José, na Grande Florianópolis, uma das vencedoras da 2ª edição do Prêmio Lume. A escola oferece acompanhamento psicopedagógico às crianças durante o processo de alfabetização e, atualmente, atende 569 estudantes no ensino fundamental. A instituição se orgulha de contar com alunos da educação especial em todas as turmas.

Na região da Grande Florianópolis, a Escola de Educação Básica Professora Zulma Becker, em Santo Amaro da Imperatriz, também foi uma das vencedoras do Prêmio. Fundada em 1963, a escola atende 381 alunos do primeiro ao nono ano. Para incentivar a alfabetização, a escola estimulou a leitura de autores brasileiros por meio de obras dispostas na biblioteca. As aulas de informática, realizadas no mesmo ambiente, complementaram a alfabetização com o uso de computadores, jogos e tablets.

No Vale do Itajaí, as escolas vencedoras da 2ª edição do Prêmio Lume são de Blumenau e Luiz Alves. Fundada em 1970 e com 740 alunos do Ensino Fundamental I e II, a Escola de Educação Básica Professora Izolete Eliza Gouveia Muller fica no bairro Valparaíso, em Blumenau. Além das obrigações previstas na Base Nacional Comum Curricular, a instituição desenvolve diversos projetos que incentivam a alfabetização. Já a Escola Municipal Vendelino Schweitzer, inaugurada em 2003, atende atualmente 408 estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. A escola acredita que o incentivo à leitura faz toda a diferença na vida dos alunos, auxiliando

especialmente aqueles com dificuldades em aprender a ler e escrever.

No Oeste, a Escola de Educação Básica João XXIII, de Maravilha, e a Escola Municipal Professora Jacy Falchetti (PROJAF), de Arroio Trinta, foram as premiadas. Na Escola Municipal Professora Jacy Falchetti, todo início de ano é realizada uma pesquisa com os alunos para identificar o nível de conhecimento com que chegaram ao 2º ano e as dificuldades que apresentam. Já a Escola de Educação Básica João XXIII, com 973 estudantes, oferece anualmente atividades que vão além do básico e promovem a evolução tanto na leitura quanto na escrita.

Além do MPSC, outras 10 instituições também compõem o grupo, instituído por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 007/2019. São elas: Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC); Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC/SC); Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc); Governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação; Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC); Conselho Estadual de Educação (CEE/SC); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Santa Catarina (Uncme/SC) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



PROJETO APRENDER A EMPREENDER CAPACITA ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO

Iniciativa foi a vencedora da 3ª edição do Prêmio José Daura, que tem o objetivo de estimular e disseminar a atuação inovadora e resolutiva, orientada por uma cultura institucional direcionada para a entrega de resultados socialmente relevantes.

O projeto “Aprender a Empreender”, implementado pelo Promotor de Justiça Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes, tem o objetivo de promover a permanência na escola, bem como a inserção de adolescentes no mercado de trabalho em São Lourenço do Oeste. A iniciativa realizada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca é a grande vencedora da 3ª edição do Prêmio José Daura. Em 2024, o projeto foi aplicado em todas as turmas de 8º e de 9º ano da rede municipal de ensino, bem como em três turmas do 1º ano do Ensino Médio, atingindo cerca de 900 alunos e contando com o apoio de 26 parceiros externos.

A iniciativa teve origem com o crescente número de casos de evasão escolar no Município, além da ineficácia da punição dos pais, em processo judicial, como meio de garantir a permanência dos filhos na escola. Buscou-se, então, ouvir o outro lado: qual era o problema que gerava o desinteresse do aluno em comparecer na aula? Quase que de forma unânime, as reclamações se focaram nas dificuldades de relacionar o conteúdo ensinado em aula com o futuro profissional do aluno.

Assim, a partir de uma ideia iniciada pela professora Rosi Mari Brandalize de Mi-

randa, o projeto trouxe grandes empresas, inclusive multinacionais, para dentro da escola. Durante uma aula por semana, cada uma das empresas parceiras vai até as instituições e oferece, aos alunos, ensinamentos práticos sobre o mercado de trabalho. Igualmente, as empresas parceiras disponibilizaram novas vagas de “jovem aprendiz” para os alunos que tiverem melhor desempenho e interesse durante o ano letivo. Dessa forma, diversas contratações foram realizadas em vagas de Jovem Aprendiz, proporcionando oportunidade, conhecimento e uma nova perspectiva de vida pessoal e profissional. Além disso, o projeto fomenta o respeito aos professores e a importância do comportamento dentro e fora da escola.

O projeto “Aprender a Empreender” atingiu 29 turmas na rede municipal de ensino e nove turmas na rede estadual, sensibilizando quase 900 alunos. Ao todo, 21 empresas privadas e cinco empresas públicas participam da iniciativa e já foram criadas 43 novas vagas de jovem aprendiz no município. Depois da implementação do projeto, seis das nove escolas do Município não registraram nenhum caso de evasão escolar durante todo o ano letivo, atingindo a melhoria esperada.



QUIZ ANTIBULLYING PROMOVE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TEMA EM ESCOLAS CATARINENSES

O intuito do jogo de perguntas e respostas é tratar de forma lúdica o tema do bullying no ambiente escolar, estimulando o engajamento dos alunos na dinâmica.



Conscientizar crianças e adolescentes em idade escolar a respeito do bullying, combatendo o fenômeno junto com as escolas, diminuindo casos de evasão escolar, demandas de saúde mental e violência nas escolas. Esse é o objetivo do projeto “Quiz antibullying: uma proposta lúdica de enfrentamento ao bullying nas escolas”, desenvolvido pela Promotoria de Justiça de Pinhalzinho. A iniciativa foi premiada com a terceira colocação da 3ª edição do Prêmio José Daura, em dezembro de 2024.

O projeto foi capitaneado pela Promotora de Justiça Raquel Marramon da Silveira, contando com a parceria de escolas privadas, municipais e estaduais. O intuito do jogo de perguntas e respostas é tratar de forma lúdica o tema do bullying no ambiente escolar, estimulando o engajamento dos alunos na dinâmica. Além disso, a iniciativa divulga a campanha “Bullying - isso não é brincadeira”, do Ministério Público de Santa Catarina, e promove o diálogo a respeito do tema, inclusive

sobre o papel da instituição e a noção de responsabilização da criança e do adolescente.

Em 2024, a iniciativa esteve presente na Escola Centro de Educação Objetivo, em Pinhalzinho, e na Escola de Educação Básica Rudolfo Luzina, em Nova Erechim. No total 190 alunos participaram do quiz. Durante a atividade, os estudantes são divididos em grupos e devem responder a diferentes questões sobre o tema. Para estimular a participação, o grupo que responder de forma mais completa e destacar palavras-chave importantes ganha uma premiação simbólica ao final.

Nas dinâmicas já realizadas, muitos alunos informaram que não tinham conhecimento a respeito da possibilidade de procurar o MP para tratar de casos de bullying, que desconheciam as noções de ato infracional e de medida socioeducativa, que a dinâmica contribuiu para saberem o que fazer quando identificarem que um colega sofre bullying.

PROJETO “CONSTRUINDO MINHA VOZ” CONSCIENTIZA E ACOLHE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM URUBICI

Iniciativa promoveu palestras aos adolescentes que frequentam o serviço de convivência da Assistência Social e aos pais de crianças e adolescentes do serviço de Fortalecimento de Vínculos.

O projeto “Construindo Minha Voz” visa diminuir a incidência e melhorar o acolhimento em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Urubici. Para isso, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio da Promotoria de Justiça de Urubici, busca aprimorar a atuação com a rede de proteção, além de conscientizar a comunidade local e engajar crianças e adolescentes ao debate sobre a prevenção do crime.

A iniciativa, da Promotora de Justiça Raíza Alves Rezende, surgiu pelo alto número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes constatados na comarca.

Para promover essa melhora, são articulados integrantes da Rede de Proteção da Infância e da Juventude e da área da Educação e da Assistência Social. O MPSC trabalha em parceria com a Prefeitura, o Governo do Estado e as escolas estaduais de Urubici.

O projeto promoveu palestras aos adolescentes que frequentam o serviço de convivência da Assistência Social e aos pais de crianças e adolescentes do serviço de Fortalecimento de Vínculos. Outra conquista foi a participação de mais de mil alunos de ensino fundamental e ensino médio em um concurso de redação sobre o tema e as formas de denúncia.

PROJETO TRABALHANDO JUNTOS LEVA OPORTUNIDADES PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE FRAIBURGO

Como resultado da iniciativa da Promotoria de Justiça, 180 vagas de jovens aprendizes foram ofertadas na Comarca de Fraiburgo, das quais 165 foram preenchidas.

O projeto “Trabalhando Juntos” valoriza a permanência de jovens de Fraiburgo nas escolas e oferece oportunidades de ingresso ao mercado de trabalho. O projeto, desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça da cidade, leva novas oportunidades para jovens e adolescentes.

A rede de proteção do município de Fraiburgo tem um trabalho intenso de acolhimento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente em casos de evasão escolar. Para a Promotora de Justiça Rafaela Mozzaquattro

Machado, a marginalização se intensifica quando não há formação no ensino médio, o que prejudica na conquista do primeiro emprego e, muitas vezes, leva ao envolvimento com ações que conflitam com a lei.

Como resultado da iniciativa da Promotoria de Justiça, 180 vagas de jovens aprendizes foram ofertadas na Comarca de Fraiburgo, das quais 165 foram preenchidas. Também foram capacitados 18 adolescentes da rede socioassistencial do município para inserção no mercado de trabalho.

PROJETO ACOLHIMENTO FAMILIAR EM MORRO DA FUMAÇA GARANTE ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

As principais ações do projeto incluíram monitorar a aprovação do projeto de lei municipal e acompanhar a implementação do serviço, desde o desenvolvimento do projeto político-pedagógico até a contratação e capacitação da equipe técnica exclusiva.

O projeto “Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município de Morro da Fumaça”, desenvolvido pela 1ª Promotoria de Justiça de Urussanga. A iniciativa, criada pelo Promotor de Justiça Eliatar Silva Junior, teve como objetivo garantir assistência a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, afastados de suas famílias por medida protetiva.

A Comarca de Urussanga dispõe de apenas um abrigo institucional com capacidade para 15 crianças. Como a maioria das crianças e adolescentes acolhidos é do município de Morro da Fumaça, a Promotoria de Justiça instaurou um Termo de Ajustamento de Conduta para garantir que seja oferecido o serviço de acolhimento por família acolhedora como alternativa ao abrigo institucional.

As principais ações do projeto incluíram monitorar a aprovação do projeto de lei municipal e acompanhar a implementação do serviço, desde o desenvolvimento do projeto político-pedagógico até a contratação e capacitação da equipe técnica exclusiva. Além disso, o projeto promoveu a readaptação das crianças e adolescentes ao convívio familiar e social, possibilitando o retorno à família de origem ou a adoção, conforme cada caso.

Com a efetividade das ações, o município de Morro da Fumaça publicou a Lei Municipal n. 2.357, que estabelece o serviço de acolhimento familiar. Além disso, diversas famílias foram cadastradas, prontas para receber e cuidar dos jovens que necessitam de um lar temporário.



PROJETO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ EXPLICA A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO PARA ESTUDANTES

A proposta é promover o debate sobre os princípios, fundamentos, direitos e deveres estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil com os estudantes de 11 a 18 anos das redes municipal e estadual de ensino do município.

Entender a importância da Constituição e o que ela representa no nosso dia a dia, nem sempre é fácil, mas o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Alan Boettger, da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú criou um projeto para traduzir e explicar o que significa e o quanto esse conjunto de regras é importante. O projeto Constitua-se foi pensado para chegar aos estudantes de escolas públicas municipais e estaduais do município. A proposta é promover o debate sobre os princípios, fundamentos, direitos e deveres estabelecidos

na Constituição da República Federativa do Brasil com os estudantes de 11 a 18 anos (incompletos) das redes municipal e estadual de ensino do município.



De acordo com o Promotor de Justiça, a ideia surgiu no ano passado a partir de uma conversa com direção e orientadoras a fim de saber, previamente, sobre os assuntos mais relevantes para cada escola. Mais de 1.500 alunos já foram sensibilizados em 20 escolas da cidade. De forma lúdica e interativa, os alunos aprendem e ainda conseguem explicar a importância do conteúdo.

Segundo o Promotor de Justiça a ideia é despertar a curiosidade dos jovens para o estudo da Constituição e reforçar a importância do papel cidadão que cada um deve exercer. Além de discutir os princípios constitucionais, o projeto também trata de temas cotidianos, como problemas enfrentados no ambiente escolar, aproximando o conteúdo jurídico da realidade dos jovens.



APADRINHAMENTO FAMILIAR CHEGA ATÉ CIDADES DO VALE DO ITAJAÍ

Iniciativa proporciona vínculos afetivos estáveis para os meninos e meninas que vivem em instituições de acolhimento.

O projeto “Apadrinhamento Familiar” tem a iniciativa de cuidar e proteger as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Vale do Itajaí. Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o programa de apadrinhamento proporciona vínculos afetivos estáveis para os meninos e meninas que vivem em instituições. Esse serviço é um modo de estimular, pelo convívio externo, o desenvolvimento social, emocional e educacional das crianças e adolescentes acolhidos.

A Comarca de Ascurra abrange os municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, no Vale do Itajaí, e não contava com o apadrinhamento. Nas cidades, já havia em média 14 crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou familiar.

Desde que o programa foi impulsionado com a atuação da Promotora de Justiça Cristina Nakos, a visibilidade do serviço aumentou e sensibilizou a comunidade. Nove crianças e adolescentes já foram acolhidos, além de oito padrinhos e madrinhas que foram habilitados a participarem do serviço.

Através do Termo de Cooperação Técnica n. 020/2018/MP, assinado entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), atual Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Defensoria Pública do Estado e a OAB Seccional de Santa Catarina, foram definidas diretrizes e critérios mínimos para o funcionamento e a supervisão do programa.



8. DEFESA DO CONSUMIDOR

Os Promotores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desempenham função importante na defesa dos direitos dos consumidores. As Promotorias de Justiça investigam casos de práticas abusivas, de propaganda enganosa, além de outras violações aos direitos do consumidor. Além de buscar a reparação de danos coletivos, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também trabalha para implementar políticas públicas que fortaleçam a proteção ao consumidor.

PROGRAMA DE APOIO AO SUPERENDIVIDADO É LANÇADO EM 2024

Iniciativa visa auxiliar consumidores que não podem pagar suas dívidas sem comprometer o limite mínimo para subsistência.

Receipt / Tax Invoice

Company : Company Supply, Inc.
4006 Howard Street, San Francisco,
CA 94103, USA

No 4095200434532453 P 1/1
Ref. Invoice No. 302-000996
INT : 03593591-425425-6-75-0

Company : Curabtur suscipit, LTD
456 Pellentesque, Alliquet
2W st., SUC, 9999
987-654-321

Date xx/xx/xx
Invoice No. 0000001
Customer ID 223

No.	Description	Quantity	Amount
1234	Id rutrum	2	246.53
2567	Sed interdum odio	5	855.75
0034	Pellentesque	3	594.67
0460	Maecenas molestie	4	492.74
4729	Integer varius nisi	7	356.40
4893	Quisque luctus turpis	3	400.00
			456.00

Subtotal	Tax Rate	Tax	Other	TOTAL DUE
4500.45	6.78%	740.67	-	5241.12

Amount	Percentage	Total
\$1063.00	8.60%	\$1154.18

CRASA NISIMAXIMUS, DICTUM NULLA UT, GRAVIA SAPPIEN.
Make all checks payable to Your Company Name.
Donet auctor libero ac mollis etritur.
Aenean placerat nulla nec iorum luctus varius.Sed interdum odio vel molestie suscipit.Mollis quisque ipsum vel, fringilla nisi, Fusce 00029
Fringilla nisi, Fusce 00029
Tel 123-456-789-0
Fax 123-456-789-1
Business Company
Date xx/xx/xx
Invoice No. 0000001
Customer ID 223

Auxiliar gratuitamente os consumidores superendividados de Santa Catarina, orientar sobre a renegociação de dívidas com credores, promover a conciliação e a mediação de conflitos oriundos do superendividamento, além de medidas psicossociais, educacionais e culturais de proteção ao consumidor. Esses são os objetivos do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), criado a partir do Termo de Cooperação Técnica n. 051/2024/MPSC, em julho de 2024. São signatários do termo: Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Poder Judiciário de Santa Catarina, Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviço, e o Município de Florianópolis.

O programa, que tem alcance estadual, foi criado a partir de um projeto-piloto lançado em 2022. Essa iniciativa original foi desenvolvida pelo MPSC, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO), juntamente com a Defensoria Pública e o Procon de Florianópolis. Assim como o PAS, o projeto-piloto, que atende exclusivamente a população da Capital, busca auxiliar consumidores que não podem pagar suas dívidas, sem comprometer o limite mínimo para subsistência.

Atualmente, o PAS está em fase de desenvolvimento de um projeto para atender os consumidores superendividados no município de Florianópolis. Dessa forma, objetiva-se aprimorar as metodologias de triagem, análise de documentação e desenvolvimen-

to de fluxo de pagamento, procedimentos extrajudiciais e processos judiciais. Entre 2022 e 2023, foram realizadas 36 audiências e firmados 23 acordos por meio do projeto-piloto.

Além do projeto-piloto de Florianópolis, a criação do PAS em Santa Catarina também foi influenciada pelo programa de mesmo nome desenvolvido em Minas Gerais. Em dezembro de 2024, o CCO organizou um encontro virtual com as instituições envolvidas nos dois estados para promover a troca de experiências e o debate sobre as respectivas atuações.

Segundo dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil, disponibilizado pelo Serasa, em janeiro de 2025, o país alcançou a marca de 74,60 milhões de endividados. Santa Catarina, apesar de ser o estado com o menor índice de inadimplentes do Brasil, possui 35,68% de sua população em estado de endividamento, o que corresponde a mais de um terço de seus habitantes.

A criação do PAS está em conformidade com a Lei do Superendividamento (Lei Federal n. 14.181/21), que viabiliza, para pessoas físicas, a renegociação de dívidas com vários credores em um único plano de pagamento. O objetivo também é promover efetividade às inovações do Código de Defesa do Consumidor. Nesse cenário, o CCO vem desenvolvendo articulações com órgãos componentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com o intuito de elaborar estratégias em nível estadual para combater o superendividamento.

01 Inadimplentes no Brasil

Ranking dos Estados com população mais inadimplente:

AP 61,82%	RO 48,37%	PR 41,50%
DF 58,75%	RN 46,56%	BA 41,40%
RJ 55,81%	PE 46,13%	ES 41,08%
AM 53,88%	AC 45,26%	PB 41,02%
MS 53,51%	AL 44,02%	RS 40,87%
TO 51,13%	SE 43,95%	PI 36,55%
RR 50,40%	PA 43,72%	SC 35,68%
MT 49,03%	GO 43,44%	
SP 48,97%	MA 42,66%	
CE 48,85%	MG 42,60%	

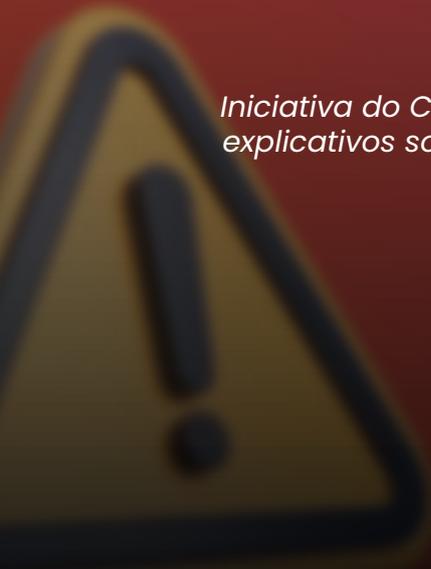
FONTE: SERASA | JANEIRO 2025



Não clica que é 
GOLPE!

**NÃO CLICA QUE É GOLPE: CAMPANHA DO MPSC
ALERTA SOBRE PRÁTICAS CRIMINOSAS
NA INTERNET**

Iniciativa do Centro de Apoio Operacional do Consumidor divulga materiais explicativos sobre temas como rifas e sorteios, anúncios falsos de produtos e venda ilegal de medicamentos na internet.



Em setembro do ano passado, o Ministério Público catarinense, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO), lançou a campanha “Não clica que é golpe”. A iniciativa busca desenvolver mecanismos e ações destinados ao combate das práticas cibernéticas lesivas aos consumidores. A partir disso, o CCO, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC, produziu reportagens especiais e conteúdos para as redes sociais da Instituição. No total, foram produzidas cinco matérias em 2024, com continuidade do projeto em 2025. A data de lançamento da campanha foi escolhida em alusão ao aniversário do Código de Defesa do Consumidor.

Os conteúdos abordados nas matérias do ano passado foram definidos a partir de um diagnóstico das principais condutas ilícitas no ambiente virtual. Os temas tratados foram: anúncios de rifas, sorteios e ações virtuais que não contam com aprovação dos órgãos competentes; venda ilegal de medicamentos, “curas” e tratamentos sem comprovação científica; bem como soluções para questões estéticas e tratamentos para doenças graves, medicamentos sem apro-

vação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Em seguida, as matérias abordaram anúncios falsos que levam o consumidor a adquirir um produto que não será entregue. Por fim, em dezembro, a reportagem especial do “Não clica que é golpe” destacou a venda de cursos suspeitos, que se apresentam como solução para problemas financeiros. Todo o material está disponível na página da campanha, no site do MPSC.

Além dos conteúdos especiais, a campanha também envolve a elaboração de estratégias de atuação e materiais de apoio técnico-jurídico direcionados para as Promotorias de Justiça.

O combate aos crimes cibernéticos está entre as prioridades do Plano Geral de Atuação (PGA) do Ministério Público de Santa Catarina, cujo objetivo é qualificar a atuação para desenvolver mecanismos e ações que visem combater práticas lesivas aos consumidores no ambiente virtual. O CyberGaeco já atua em parceria com as Promotorias de Justiça, e o MPSC estuda a criação de uma Promotoria de Justiça especializada no combate às fraudes digitais.



PROGRAMA COMBUSTÍVEL LEGAL MONITORA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS EM SANTA CATARINA

Coordenado pelo Ministério Público de Santa Catarina, iniciativa contribui para colocar o Estado entre os que apresentam os menores índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis no Brasil.

Incrementar a fiscalização do comércio de combustíveis em Santa Catarina, bem como prevenir e reprimir infrações à ordem econômica, às relações de consumo e às normas de segurança. Esse é o objetivo do programa Combustível Legal. A iniciativa é capitaneada pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO), e conta com a parceria de seis entidades.

Em 2024, foram realizadas fiscalizações em 64 postos de combustíveis, localizados em 28 municípios. Nessas fiscalizações, 200 amostras de combustíveis foram coletadas. Das amostras coletadas, apenas uma apresentou irregularidade, representando 0,5% de desconformidade. Isso mantém o Estado

de Santa Catarina entre os que apresentam os menores índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis no país.

Em relação à variedade, entre as amostras de 2024, 49 foram de diesel S10, 48 de gasolina comum, 38 de gasolina aditivada, 37 de diesel S500 e 28 de etanol. Fevereiro e julho foram os meses com o maior número de análises, 39 em cada. O programa teve abrangência estadual, atendendo 28 cidades no Litoral, na região Nordeste, no Vale do Itajaí, no Planalto Serrano, no Meio-Oeste e no Oeste. As cidades com maior número de amostras analisadas foram Camboriú, Joinville e São José, com 17, 16 e 16 amostras, respectivamente.



Parcerias

O Combustível Legal conta com a parceria de seis entidades: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviço (SICOS), Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor de Santa Catarina (Procon/SC), Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC), Polícia Científica de Santa Catarina e Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Na prática, o programa funciona da seguinte maneira: a partir de denúncias ou solicitações de Promotores de Justiça, o Ministério Público catarinense solicita ao Procon/SC e ao Imetro/SC a coleta de combustíveis em postos revendedores do Estado para análise no Laboratório de Análises de Combustíveis Automotivos da Universidade Federal do Paraná. Essa análise é custeada pela Agência Nacional de Petróleo. Todos os laudos são enviados aos Promotores de Justiça do local onde o posto está situado, que avaliam a necessidade de medidas judiciais cíveis e criminais.

Novo Termo de Cooperação Técnica

Em 2024, o MPSC assinou o novo Termo de Cooperação Técnica n. 40/2023/MPSC, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviço (SICOS), a Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (Procon/SC), o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC) e a Polícia Científica de Santa Catarina (PCI/SC).

Além de organizar fiscalizações e análises de combustíveis, o documento solidifica o trabalho desenvolvido e amplia o escopo de atuação, abrindo novas frentes, especialmente para combater infrações quantitativas no comércio de combustíveis em Santa Catarina.

No final de 2024, o CCO iniciou o processo de Registro de Preços. A iniciativa visa consolidar e ampliar o programa por meio da contratação de laboratórios credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para análises físico-químicas de combustíveis automotores líquidos. Isso trará maior autonomia ao

programa e melhor atendimento às demandas das Promotorias de Justiça, garantindo a fiscalização contínua do setor no Estado.

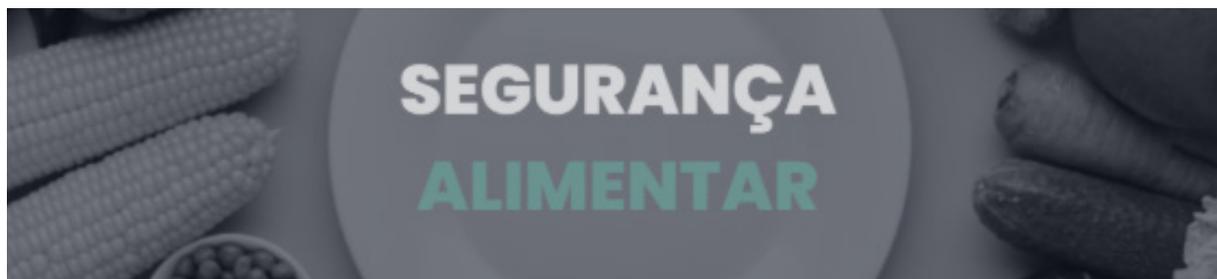
Histórico

O Combustível Legal foi implementado em 2003 por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 20/2003, renovado em 2010. Quatorze anos depois, em 2024, um novo acordo foi firmado para ampliar a atuação conjunta na fiscalização de combustíveis no Estado. Desde então, além do MPSC, do Procon Estadual e do Instituto de Metrologia de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Fazenda e a Polícia Científica de Santa Catarina tornaram-se parceiras da iniciativa.

As instituições comprometem-se a enviar documentos e informações que possibilitem melhor atuação cooperativa, relatar irregularidades na produção, distribuição e comércio de combustíveis e priorizar o trabalho conjunto nas operações de fiscalização e coleta de combustíveis para análises laboratoriais ou periciais.

PROGRAMA DO CCO OFERECE PROTEÇÃO JURÍDICO-SANITÁRIA PARA CONSUMIDORES DE MERCADORIAS DO GÊNERO

No ano passado, cerca de 60 toneladas de produtos impróprios ao consumo foram apreendidos e inutilizados.



Trezentos e sessenta e oito. Esse foi o número de estabelecimentos de produção e comércio de alimentos fiscalizados em 2024 pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA), coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor. A iniciativa tem como objetivo proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e a comercialização de alimentos que não atendem às normas sanitárias e orientando manipuladores, comerciantes e consumidores sobre os riscos à saúde advindos do consumo de alimentos impróprios, além da necessidade de adequação às exigências legais.

As mais de 360 fiscalizações realizadas em 2024 ocorreram em 58 municípios catarinenses, abrangendo 28 comarcas. Como resultado, cerca de 60 toneladas de produtos impróprios ao consumo foram apreendidas e inutilizadas. Esses alimentos estavam estragados, vencidos, fora da temperatura indicada de armazenagem ou sem qualquer indicação de procedência. Assim, o POA alcançou seu objetivo de proteger a saúde dos consumidores e promover a regularização dos estabelecimentos. No total, aproximadamente dois milhões de pessoas residem nos 58 municípios fiscalizados.

Em relação à atuação das Promotorias de Justiça de tutela consumerista, o foco prioritário é, costumeiramente, a autocomposição. Durante o segundo ano de gestão da Administração Superior do biênio 2022-2024, mais de 60 Termos de Ajustamento de Conduta foram celebrados com responsáveis por estabelecimentos que descumpriram a legislação sanitária, produzindo ou comercializando alimentos impróprios ao consumo. Desde o início do programa, estima-se que mais de 2.000 Termos de Ajustamento de Conduta tenham sido celebrados.

Desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o programa conta com apoio de órgãos de fiscalização sanitária e agropecuária em âmbitos federal, estadual e municipal. Desde o início das atividades, em 1999, mais de mil operações foram realizadas, abrangendo todos os municípios do estado e retirando do mercado mais de 1.700 toneladas de alimentos impróprios ao consumo. Entre os produtos apreendidos, destacam-se alimentos de origem animal sem identificação de procedência (em grande parte oriundos de indústrias clandestinas), produtos com prazo de validade vencido e/ou fora das especificações de armazenagem indicadas pelos fabricantes.

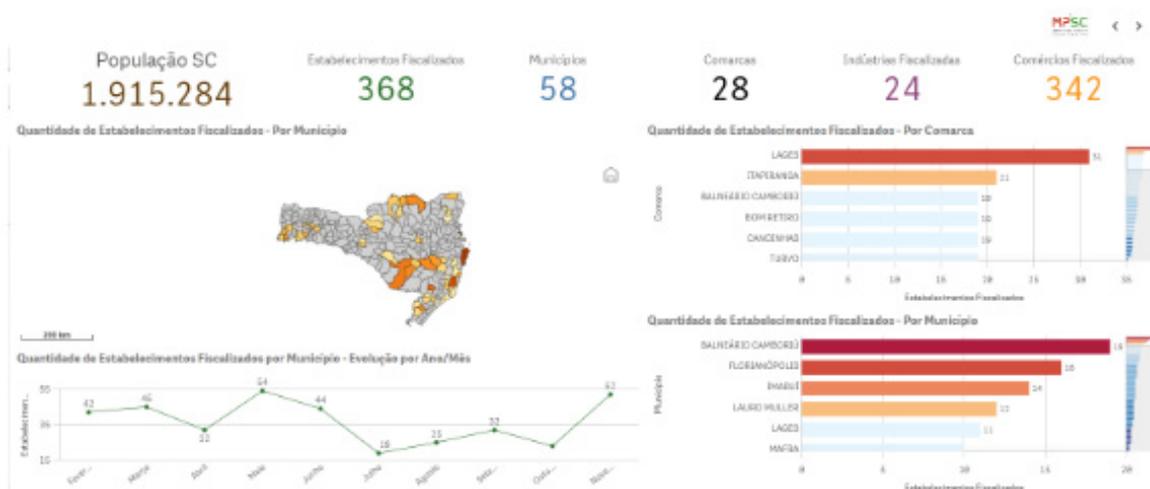
Em 2024, o programa completou 25 anos de atuação ininterrupta a serviço da população catarinense. Durante esse período, o número de estabelecimentos agroindustriais regularizados perante os Serviços de Inspeção Oficiais (Selo de Inspeção Federal, Estadual e Municipal) aumentou de cerca de 50 para aproximadamente 3.000, refletindo uma mudança significativa na produção e comércio de alimentos no estado catarinense.

O programa conta com o apoio de diversas entidades, incluindo o Ministério da

Agricultura e Pecuária, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Civil, a Polícia Militar de Santa Catarina, a Polícia Militar Ambiental, a Secretaria de Estado da Saúde, a Vigilância Sanitária Estadual, as Vigilâncias Sanitárias Municipais, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço e o Instituto de Metrologia de Santa Catarina.

MPSC **MINISTÉRIO PÚBLICO Santa Catarina**

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR



PROGRAMA ALIMENTO SEM RISCO MONITORA RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

No ano passado, foram realizadas 856 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal.

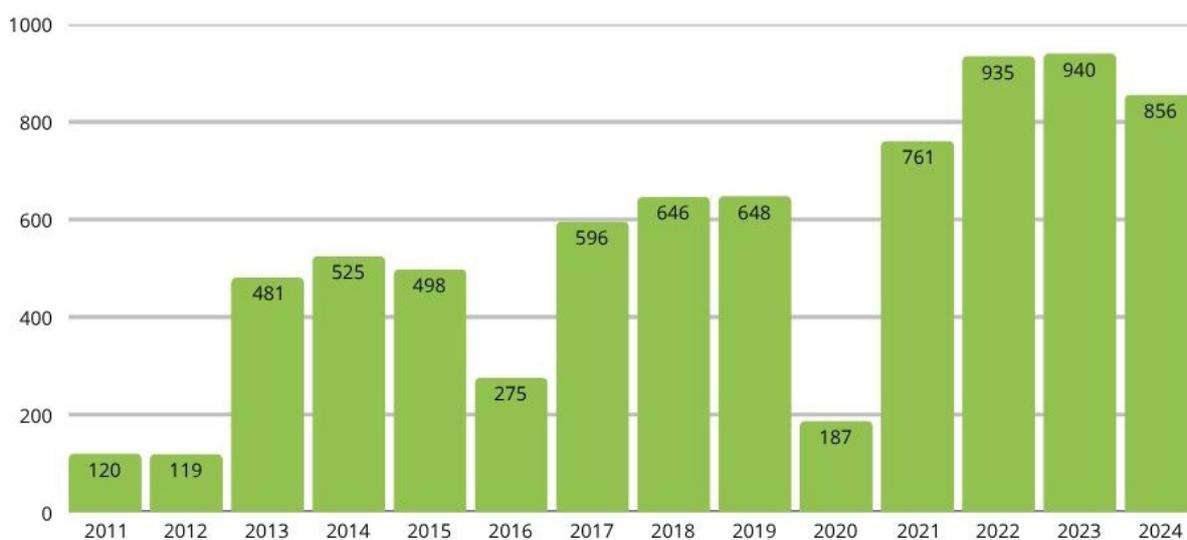
O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) do Ministério Público de Santa Catarina coordena o Programa Alimento Sem Risco (PASR). Por meio da iniciativa, são realizadas campanhas de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos produzidos e comercializados no mercado atacadista e varejista, bem como atuações diretas nas lavouras, visando verificar aspectos como a rastreabilidade do produto vegetal desde a origem do cultivo e a fiscalização do comércio e da aplicação dos agrotóxicos.

O programa tem como objetivo proteger a saúde dos consumidores contra o consumo de resíduos tóxicos fora da conformidade legal, resultantes do uso indiscriminado de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal. Também busca promover a racionalização do uso desses compostos químicos na

produção agrícola, especialmente nas áreas de cultivo de alimentos, refletindo na redução dos riscos de contaminação ambiental e na melhoria das técnicas empregadas nas atividades rurais. Dessa forma, o programa protege não apenas os consumidores, mas também os próprios trabalhadores rurais.

Em 2024, foram realizadas 856 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal por meio do PASR. Os alimentos foram coletados no campo (produção), em estabelecimentos varejistas e atacadistas (comércio). Os resultados demonstraram uma redução significativa no índice de irregularidades detectadas nas análises. No ano passado, o índice de irregularidades foi de cerca de 16%, comparado aos 34,5% observados no início do programa, em 2011. Essa redução é atribuída principalmente à atua-

QUANTITATIVO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS POR ANO



ção conjunta do Ministério Público de Santa Catarina e dos órgãos de fiscalização sanitária, por meio da orientação aos produtores sobre boas práticas de fabricação e uso de agrotóxicos, além de medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais aplicadas quando irregularidades são detectadas.

O Programa Alimento Sem Risco consolida-se como uma ferramenta essencial na defesa da saúde do consumidor catarinense contra a ingestão de ingredientes tóxicos provenientes da produção agrícola. A iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e do Ministério da Agricultura e Pecuária.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES (PERCENTUAL)



PROJETO NA ÁREA DO CONSUMIDOR ALERTA SOBRE GOLPES DE PIRÂMIDE FINANCEIRA

*Cartilha “Alerta antipirâmide: conhecimento e proteção para todos”
foi divulgada nas versões física e digital.*

Velha fraude, nova roupagem. Assim podemos descrever os golpes envolvendo esquemas de pirâmides financeiras, que migraram para o ambiente virtual e ficaram ainda mais convincentes e perigosos. Por conta do número cada vez maior de vítimas no Brasil - o tema foi objeto de uma CPI no Congresso Nacional (CPI das Pirâmides) -, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, acaba de lançar a campanha “Alerta antipirâmide: conhecimento e proteção para todos”.

A iniciativa da 29ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital consiste na criação de uma cartilha com informações e dicas de segurança para transações financeiras. O objetivo principal é prevenir os consumidores quanto aos golpes envolvendo pirâmides

financeiras, especialmente com criptomoedas. A cartilha foi disponibilizada nas versões digital e impressa, para distribuição em eventos temáticos na área do consumidor.

O projeto Antipirâmide foi idealizado pelo titular da 29ª PJ da Capital, Promotor de Justiça Wilson Paulo Mendonça Neto. A ideia surgiu a partir da Operação Cripto X, deflagrada em abril de 2023 para apurar uma suposta pirâmide financeira envolvendo uma empresa de investimentos em criptomoedas. Na época, o MPSC ajuizou ações nas esferas civil e criminal contra oito pessoas, acusadas de lesar milhares de consumidores por meio de uma pirâmide financeira sob o pretexto de investir recursos em criptoativos, o que configura crime contra a economia popular.

9. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) atua na fiscalização da constitucionalidade das leis estaduais e municipais em Santa Catarina. Por meio das Promotorias de Justiça, é analisada a conformidade das legislações com as Constituições da República e do Estado de Santa Catarina, buscando a garantia de sua constitucionalidade. Caso identificadas irregularidades, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) pode ingressar com ações judiciais para corrigir desconformidades e assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais. Essa atuação é essencial para manter a ordem jurídica e proteger os interesses da população no Estado.

CECCON FAZ CONTROLE DE DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

Por meio do programa CEADI, foram ajuizadas 64 ações diretas de inconstitucionalidade municipais e estaduais em 2024.

O programa Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADI) é realizado pelo Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). O objetivo da iniciativa é diagnosticar os casos em que não são adotadas as medidas necessárias ao cumprimento das decisões proferidas no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, promovendo as providências cabíveis para garantir a efetividade dessas decisões. Em 2024, o MPSC ajuizou 64 ações dessa classe, sendo 61 de âmbito municipal e três de âmbito estadual.

Além disso, no ano passado, o CECCON expediu 61 certificações aos Órgãos de Execução do MPSC para a adoção das providências previstas no artigo 11, inciso II, do Ato n. 531/2019/PGJ. Esse artigo atribui a competência para instaurar o Procedimento Administrativo de Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade ao “representante do Ministério Público de primeiro grau com atribuições na área de controle de constitucionalidade, quando a lei declarada incons-

titucional for municipal ou se tratar de ato normativo editado pelo Poder Público municipal, ainda que a ação tenha sido proposta pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Coordenador do CECCON, isoladamente ou em conjunto com outro órgão do Ministério Público”. Em dois casos, houve a instauração do Procedimento Administrativo de CEADI de ofício pelas Promotorias de Justiça de origem.

O Ato n. 531/2019/PGJ também está relacionado a outras atuações do CECCON. Em 2024, o Centro de Apoio instaurou 69 procedimentos administrativos por meio do CEADI, referentes a leis municipais, no âmbito das Promotorias de Justiça de origem. Além disso, participou da instauração de três Procedimentos Administrativos de CEADI relacionados a leis estaduais.

Quanto aos arquivamentos dos Procedimentos Administrativos CEADI, 63 foram realizados no âmbito das Promotorias de Justiça de origem, referentes a leis municipais, e seis no âmbito do CECCON, relacionados a leis estaduais.

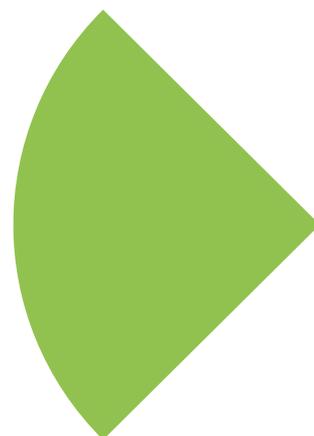
CECCON REALIZA CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS

Estão sob essa alçada as legislações e atos que ultrapassem os limites da competência suplementar dos municípios.

Em 2024, o Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON) do Ministério Público de Santa Catarina priorizou o tema “usurpação de competência”. Isso significa que o CECCON é responsável por realizar o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais que ultrapassem os limites da competência suplementar dos municípios. A limitação de competência é definida pelo artigo 112, inciso II, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Com base nessa definição, em casos de leis e atos incompatíveis, o CECCON provoca os órgãos do MPSC para que atuem.

No ano passado, o Centro de Apoio elaborou 61 estudos técnico-jurídicos, ajuizou 21 Ações Diretas de Inconstitucionalidade e produziu 21 pareceres relativos às Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

A priorização do tema “usurpação de competência” foi estabelecida pelo Plano Geral de Atuação (PGA), que define os principais projetos que serão desenvolvidos pelo Ministério Público de Santa Catarina entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. O PGA representa um recorte de curto prazo das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2029 e reúne uma seleção de programas que deverão ser prioritários por dois anos.



10. OUTRAS INICIATIVAS COM IMPACTO AO CIDADÃO

Além da atuação voltada à sociedade, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também desenvolve iniciativas internas que têm impacto direto no cidadão. Isso inclui programas de capacitação contínua para os seus membros e os seus servidores, garantindo que estejam sempre atualizados para promover justiça de forma eficiente. Além disso, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) investe em tecnologia para melhorar o acesso à informação e agilizar processos judiciais, o que contribui diretamente para a eficiência e a transparência dos serviços oferecidos à população. Essas e outras iniciativas internas são essenciais para o fortalecimento da atuação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade catarinense.

Veja a seguir algumas das nossas iniciativas.



CAT ELABOROU ESTUDO SOBRE CAMPOS DE ALTITUDE DA SERRA CATARINENSE

O trabalho, realizado após solicitação da 13ª Promotoria de Justiça de Lages, detalhou os campos de altitude em Santa Catarina.

A equipe do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) elaborou um estudo acerca dos campos de altitude localizados na Serra Catarinense, em razão do conflito existente entre a Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006) e o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n. 14.675/2009). O trabalho, realizado após solicitação da 13ª Promotoria de Justiça de Lages, detalhou os campos de altitude em Santa Catarina, explorando sua caracterização e localização.

A partir deste trabalho, foi concluído que o Código Estadual flexibilizou a proteção da Lei da Mata Atlântica. Entre os benefícios do estudo da equipe do CAT, estão o desenvolvimento sustentável e a melhor fiscalização ambiental pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o que garante a preservação e a aplicação eficaz das leis ambientais.

O estudo elaborado pelo CAT sobre os campos de altitude da Serra Catarinense incentivou a formação de grupos de trabalho e discussão sobre o assunto, promovendo um ambiente colaborativo e de troca de

conhecimentos. Os grupos contribuíram na elaboração de estratégias mais eficazes de fiscalização e conservação, garantindo que as normas ambientais sejam aplicadas de forma consistente e que o desenvolvimento sustentável seja promovido na região.

O trabalho sobre os campos de altitude da Serra Catarinense gerou resultados, especialmente no âmbito pedagógico, para Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça. O estudo procurou fornecer, de maneira simplificada, uma visão técnica de um tema complexo,

além de buscar facilitar a compreensão das implicações legais e ambientais associadas a esses campos.

A abordagem, realizada de forma mais acessível, permitiu que os profissionais do Ministério Público adquirissem um entendimento mais profundo e prático sobre a proteção e gestão desses ecossistemas.



CAT ELABOROU ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA EFEITOS DA LEI N. 14.285/2021

O estudo analisou condições socioambientais e riscos em aplicativos e núcleos urbanos, garantindo desenvolvimento sustentável.

O Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresentou as diretrizes que orientam a elaboração do Estudo Técnico Socioambiental (ETSA), conforme Lei n. 13.465/2017, Lei n. 12.651/2012 e Enunciados de Delimitação de Áreas de Preservação Permanente em Núcleos Urbanos Consolidados.

O material foi elaborado por solicitação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), com o apoio da Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional (CISI), Imagem GIS, Visiona Geoespacial, além do Target e sua solução GedWeb. A atualização do Estudo Técnico Socioambiental analisou condições socioambientais e riscos em aplicativos e núcleos urbanos, com o propósito de garantir desenvolvimento sustentável e uma melhor fiscalização ambiental.

O Estudo Técnico Socioambiental buscou proporcionar os dados necessários a um diagnóstico e a um prognóstico. Além de diagnosticar tecnicamente as condições socioambientais existentes, o ETSA procurou apresentar um prognóstico, com a justificativa das melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, que subsidiou tecnicamente as demais etapas do projeto de regularização.

Em 2024, o principal resultado obtido foi a redução do estoque de pendências na

Gerência de Análise Multidisciplinar (GAM). Os registros indicaram um pico de 167 solicitações pendentes em agosto de 2024. No fim de ano, havia apenas 53 solicitações nas filas de trabalho da GAM, o que se atribui em razão da redução do número de pedidos de priorização deferidos, além do novo Ato n.518/2024/PGJ, que regulamentou a contratação de perícias externas por parte do CAT, através de recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

Mapeamento e Geoinformação

- **Inc. I** - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, [...], que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
- **Inc. II** - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

ETSA - Estudo Técnico Socioambiental

- **Inc. III** - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
- **Inc. VII** - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
- **Inc. VIII** - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

Soluções e Projeto

- **Inc. IV** - projeto urbanístico;
- **Inc. V** - memoriais descritivos;
- **Inc. VI** - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

Artigo 36 Inc. I a IX

Cronograma

- **Inc. IX** - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e
- **Inc. X** - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

SIMBA ANÁLISE: FERRAMENTA TECNOLÓGICA PROPORCIONA AUTONOMIA AOS MEMBROS DO MPSC PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES EFICIENTES

Iniciativa visa auxiliar consumidores que não podem pagar suas dívidas sem comprometer o limite mínimo para subsistência.

Em outubro de 2024, durante uma edição do MP na Prática, o Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresentou e divulgou para o público interno da Instituição a ferramenta SIMBA Análise, desenvolvida pela equipe do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) do CAT, utilizando a plataforma QlikSense. A ferramenta permite a análise detalhada dos dados bancários transmitidos ao Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA).

Como principais funções, a ferramenta SIMBA Análise atua para facilitar a análise de dados bancários, o que proporciona autonomia aos membros do MPSC para investigações eficientes. A ferramenta também tem como funcionalidade transformar dados complexos em gráficos, melhorando a precisão das análises, além de contribuir para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com maior transparência nas operações financeiras.

Na edição do MP na Prática que o SIMBA Análise foi apresentado, procurou-se demonstrar a usabilidade



e funcionalidades da ferramenta, que se destaca pela capacidade de transformar dados bancários complexos em informações acessíveis e compreensíveis.

Após a apresentação do SIMBA Análise, a ferramenta registrou 132 acessos, o que evidenciou o crescente interesse e aceitação por parte dos usuários. Os resultados obtidos pelo SIMBA Análise em 2024 destacam a importância da ferramenta na luta contra os crimes financeiros, fortalecendo as ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, além de empoderar os membros do Ministério Público com as ferramentas necessárias para garantir a transparência e eficácia das investigações.

POR DENTRO DO MPSC PROMOVE CIDADANIA E APROXIMA INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Projeto conduzido pelo CEAF, que recebeu 370 alunos em 2024, apresenta a estrutura e atuação do Ministério Público a universitários de diferentes cursos e instituições.

Apresentando o papel constitucional do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o programa Por Dentro do MPSC recebeu, ao longo de 2024, 12 instituições de ensino, totalizando 370 alunos.

Estudantes de diversos cursos e instituições participaram do programa, como os alunos da pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também estiveram presentes acadêmicos do curso de Direito da UFSC, da Unicesusc, UNIVALI, Estácio de Sá, UNOESC de Joaçaba, entre outras universidades.

O projeto, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), oferece a estudantes do ensino superior uma visita guiada à sede do MPSC, em Florianópolis. Além de esclarecer dúvidas sobre a atuação do Ministério Público, o programa possibilita aos universitários conhecerem o papel constitucional da Instituição e receberem orientações sobre o exercício de seus direitos e da cidadania, fortalecendo o vínculo entre o MPSC e a democracia.

MPSC RECEBE PREMIAÇÕES NACIONAIS NA ÁREA DA INOVAÇÃO

Reconhecimento destaca avanços na modernização e transformação digital da instituição

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) obteve reconhecimento nacional em 2024 por suas iniciativas de inovação. A instituição foi premiada em diferentes eventos, destacando-se na modernização da gestão pública e no uso da tecnologia para aprimorar os serviços prestados à sociedade.

Um dos destaques foi o Programa de Inovação Aberta, que conquistou o 3º lugar no Prêmio CNMP, na categoria “Governança e Gestão”, a mais concorrida da premiação, com 128 projetos inscritos. O programa, parte da Estratégia Digital do MPSC, tem como objetivo a modernização dos processos institucionais e a criação de um ambiente que fomente a inovação contínua.

Outro reconhecimento foi concedido ao InovaGov SC, uma rede de inovação do serviço público catarinense criada em 2021 por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MPSC, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), o Tribunal de Con-



tas do Estado (TCE), o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Em novembro de 2024, o projeto recebeu menção honrosa no Prêmio J. Ex, em Brasília, pela sua atuação na Transformação Digital no setor público de Santa Catarina.

No âmbito da inovação tecnológica, o MPSC também foi premiado no Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos (Enastic MP). A Instituição recebeu o prêmio de destaque no Diagnóstico da Destreza Digital do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na categoria “Liderança”, que reconhece o comprometimento dos gestores na transformação digital do Ministério Público brasileiro.





PROMOTORES DE JUSTIÇA LEVAM O PROGRAMA CULTIVANDO ATITUDES PARA ESCOLAS DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO

Durante o ano de 2024, foram realizadas 49 ações com a participação de cerca de 6.641 estudantes de escolas estaduais, municipais e particulares de várias regiões de Santa Catarina.

Semear noções de cidadania entre crianças e adolescentes: essa foi a principal missão que o Cultivando Atitudes cumpriu nas escolas de todo o Estado de Santa Catarina no ano de 2024. O programa, promovido pelo Grupo de Valorização à Cidadania e à Ética (GVEC) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), estimulou o exercício de direitos e buscou mostrar a importância do protagonismo da sociedade civil, ao mesmo tempo em que expôs as funções do MPSC.

Durante o ano de 2024, foram realizadas 36 ações com a presença de cerca de 4.901 alunos, além de 13 ações no Dia Internacional de Combate à Corrupção, que contou com a participação de aproximadamente 1740 alunos. No total, foram realizadas 49 ações com a participação de cerca de 6.641 estudantes de escolas estaduais, municipais e particulares de várias regiões de Santa Catarina no ano passado.

As atividades nas escolas foram conduzidas por Promotores de Justiça locais, que realizaram apresentações e entregaram para os alunos kits com mochila ecológica, marca-páginas com mensagens do projeto, folders que explicam as atividades do MPSC, um estojo e um lápis-semente. Nos vários modelos de lápis-semente, estão impressas frases de incentivo à cidadania; na ponta, sementes de plantas frutíferas que podem ser plantadas pelos alunos depois que o lápis acabar.

Esta iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina teve como objetivo a interação da Instituição com os alunos e professores nas escolas, por meio de um bate-papo, para tratar de temas cotidianos, como o respeito às leis, cuidado com o meio ambiente, bullying, cidadania, ética e combate à violência e aos crimes. Nos encontros, também foram repassadas informações sobre a atuação do Ministério Público. O programa existe desde 2018 e já alcançou mais de 25 mil alunos catarinenses.

Dia Internacional de Combate à Corrupção

Em 9 de dezembro de 2024, no Dia Internacional de Combate à Corrupção, o MPSC foi às escolas, realizou 13 ações e alcançou, somente neste dia, cerca de 1740 estudantes catarinenses nas palestras com os Promotores de Justiça da Instituição. O objetivo era fortalecer o envolvimento com a comunidade escolar em busca de uma sociedade mais justa, íntegra e transparente. A iniciativa contou com a participação do Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano.

A ação do MPSC fez parte de uma iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça, do Grupo de Valorização da Ética e da Cidadania, da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, do programa Cultivando Atitudes e da Coordenadoria de Comunicação Social.

O Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano, esteve na Escola de Educação Básica Bela Vista, em São José, na Grande Florianópolis. Trajano conversou com cerca de 30 alunos de duas turmas do 1º ano e do 2º ano do Ensino Médio.

“Estamos em escolas em todas as regiões do Estado para mostrar para a comunidade escolar e para sociedade que a prevenção é a melhor opção. Vamos prevenir à corrupção se nossas crianças e nossos adolescentes estiverem a dimensão do que é um pequeno gesto quando usado para levar vantagem”, explicou.

Trajano destacou a satisfação desta iniciativa. “Fico muito feliz de passar nossa experiência de vida, falar sobre o nosso Ministério Público para que esses jovens contribuam com um mundo melhor. Os Promotores de Justiça estão hoje engajados em projetos como este. Queremos muito participar cada vez mais desta transformação social, levando este projeto para nossas crianças e adolescentes”, disse.

Sobre o GVEC

O Grupo de Valorização à Cidadania e à Ética (GVEC) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) promove a educação e a conscientização acerca de valores e temas relevantes ao convívio social, além de melhorar a compreensão das pessoas em relação à atuação do MPSC. Em 2024, o grupo retomou o Programa Cultivando Atitudes e a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, modernizando os casos ao momento atual e fortalecendo o trabalho de difusão aos públicos de interesse.



Grupo de Valorização à Ética e à Cidadania



BIBLIOTECA RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA: ESPECIALIZAÇÃO E ACESSO AO DIREITO

Organizada pelo CEAf e pelo Setor do Memorial, a Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira conta com um amplo acervo especializado na área do Direito.

Com 20.356 exemplares de livros, seis bibliotecas digitais, além de títulos periódicos com quase 63 mil artigos catalogados, a Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira, organizada pelo centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com o Setor do Memorial, conta com um amplo acervo especializado na área do Direito.

O acervo da Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira é centrado nas principais áreas de atuação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC): Constitucional, Criminal, Cível, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Idoso, Família, Consumidor, Moralidade Administrativa, Terceiro Setor, entre outras.

Todo o material bibliográfico que compõe o acervo físico está disponível para pesquisa, tanto para membros, servidores e colaboradores do MPSC, quanto para o público externo.

A biblioteca oferece ainda o serviço de pesquisa, presencial ou on-line, onde são realizados levantamentos bibliográficos de acordo com a necessidade do usuário, empréstimos de obras e o serviço de orientação ao uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Localizado no Edifício Campos Salles, no Centro de Florianópolis, o espaço

funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. Para entrar em contato com a biblioteca ou tirar dúvidas, basta enviar um e-mail para biblioteca@mpsc.mp.br ou gebib@mpsc.mp.br, ou até mesmo ligar para o telefone (48) 3229-9124.

Como resultados, em 2024, foram identificados 2.430 empréstimos e renovações de livros e artigos físicos e mais de 180 mil acessos ao acervo das bibliotecas digitais. Ao todo, foram atendidas 330 pessoas da comunidade externa.



CEAF OFERTOU MAIS DE 140 CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM 2024

Visando a formação contínua dos profissionais que atuam em defesa dos cidadãos, quase 60% dos membros e servidores do MPSC foram capacitados pelo CEAF.

Em 2024, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) ofertou mais de 140 cursos de capacitação, além de diversos eventos, visando a formação contínua dos profissionais que atuam em defesa dos cidadãos. Ao todo, quase 60% dos membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) foram capacitados pelo CEAF.

No total, a capacitação atingiu 1.521 Promotores de Justiça e servidores da Instituição. Mais de 2.700 membros da comunidade externa também participaram dos cursos. Ao todo, foram emitidas mais de 10 mil certificações.

O seminário “Mudanças Climáticas e desastres socioambientais: ciência, lei e ação por um futuro sustentável nas cidades” foi o evento de maior relevância e destaque no ano de 2024. O seminário constituiu um palco de palestras e debates de alcance global, além da assinatura do Termo de Cooperação do Grupo Especial de Defesa dos Direitos Relacionados a Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas (GEDCLIMA) com entidades públicas e privadas de destaque nas temáticas abordadas ao longo do evento.

Outro evento de sucesso realizado no ano passado foi o seminário “Visibilidade, políticas e direitos na tradição de matriz africana”, visando a prevenção e o combate ao racismo e a todas as formas de intolerância. Promovido em parceria com o Núcleo de

Enfrentamento aos Crimes de Racismo e de Intolerância (NECRIM) do MPSC e pela 40ª Promotoria de Justiça da Capital, o evento reuniu autoridades e sociedade civil, buscando promover amplo debate e compartilhamento de ensinamentos relacionados ao racismo religioso e o impacto desta prática para as religiões de matriz africana.

O CEAF, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE), também promoveu o “Maio Laranja”, curso on-line para qualificar a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência. Os conteúdos foram orientados pela Lei da Escuta Protegida (13.431/2017). A lei é um marco na proteção de crianças e adolescentes e estabelece o sistema de garantia de direitos desse público vítima ou testemunha de violência.

Internamente, as edições do “MP na Prática” foram destaques em 2024. Desenvolvido pelo CEAF, o “MP na Prática” busca promover a capacitação em assuntos do cotidiano da Instituição, com um viés prático e voltado à atividade finalística. O projeto está previsto no Plano de Gestão Institucional.

No ano passado, o “MP na Prática” abordou, entre outros assuntos, a defesa dos animais em Santa Catarina, a atuação das Promotorias de Justiça na defesa da fauna, a Lei Anticorrupção, o Painel de Análise Bancária e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

COM DOIS NOVOS POSTOS, MPSC AMPLIA CANAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ E BRUSQUE

Novos postos do SEAC garantem mais eficiência no encaminhamento de demandas à Promotoria de Justiça.

Para ampliar e facilitar a comunicação com a sociedade, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC), inaugurou, em 2024, dois novos postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão. As unidades foram instaladas nas sedes do MPSC em Balneário Camboriú e Brusque.

A criação desses postos fortalece a aproximação entre os órgãos de execução do MPSC e a população. Neles, ocorre o primeiro atendimento ao cidadão e o encaminhamento para a Promotoria de Justiça responsável pelo caso ou, quando necessário, para órgãos municipais e estaduais competentes.

O primeiro posto foi inaugurado em Balneário Camboriú, em 2 de abril de 2024, junto com a instalação da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca.

Já em Brusque, a inauguração ocorreu em 13 de novembro, coincidindo com a abertura da nova sede do MPSC no município. Além do SEAC, o espaço abriga o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes (NAVIT) e todas as seis Promotorias de Justiça locais.

O SEAC é responsável pela gestão e monitoramento dos requerimentos de acesso à informação dirigidos ao MPSC. O setor garante o acesso da sociedade a dados armazenados pela instituição, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) e na Resolução n. 89/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO: SEAC REGISTRA MAIS DE 9,5 MIL SOLICITAÇÕES EM 2024

Serviço oferece múltiplos canais para facilitar o acesso da população ao Ministério Público de Santa Catarina.

Em 2024, o Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC) realizou, ao todo, 9.516 atendimentos ao público. Dessa forma, o SEAC estabelece uma maior proximidade com os cidadãos ao encaminhar os pedidos de forma qualificada e oferecer o melhor direcionamento às pessoas que solicitam os serviços do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Além disso, para um atendimento mais especializado e preciso, o MPSC conta com o apoio de redes de assistência social municipais e estaduais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações.

De acordo com o relatório publicado pelo SEAC, dos 9.516 atendimentos, 3.548 foram feitos por telefone, 3.376 por e-mail e 1.401 pelas redes sociais. Também foram contabilizados 625 atendimentos presenciais, 522 por meio do preenchimento do formulário eletrônico e 44 por contato virtual.

O levantamento aponta ainda que, considerando apenas os atendimentos pre-

senciais e telepresenciais, o Posto de Atendimento de Lages (que abrange também os municípios de Bocaina do Sul, Paineira e São José do Cerrito) recebeu 588 pedidos. Os dados mostram que Joinville registrou 533 pedidos, enquanto Balneário Camboriú contabilizou 525 e Brusque recebeu 309.

Os atendimentos ao cidadão podem ser realizados por diversos canais de comunicação, como o formulário eletrônico do Serviço de Atendimento e Informações ao Cidadão (SIC), disponível no Portal do MPSC; o endereço eletrônico do SEAC (e-mail: seac@mpsc.mp.br), que também recebe mensagens encaminhadas pelo robô Catarina; mensagens reservadas e publicações dos visitantes nas redes sociais do MPSC (Facebook e Instagram); telefones (48) 3330-2570 (linha principal e WhatsApp), (48) 3330-2585, (48) 3330-2580 e (48) 3330-2502; carta; e atendimentos presenciais e virtuais/telepresenciais realizados no Posto de Atendimento ao Cidadão.



SEAC 2024: AVANÇOS NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Grupo interno de 55 membros promove aceleração e padronização das demandas mais frequentes.

Entre os principais resultados alcançados pelo Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC) em 2024, destaca-se a criação de um grupo interno composto por servidores que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão e nas Secretarias de Promotorias das Comarcas. Composto por 55 pessoas (servidores, residentes, estagiários e contratados), o grupo tem como objetivo acelerar e padronizar o atendimento das demandas mais frequentes.

Assim, durante o ano, o grupo possibilitou o compartilhamento de informações sobre o atendimento ao público, com a disponibilização e criação de 188 modelos de respostas às demandas mais frequentes dirigidas ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

PROJETO ESCOLA RESTAURATIVA TRANSFORMA COMUNIDADES ESCOLARES

Iniciativa do NUPIA promove a prevenção e a resolução de conflitos e capacita milhares de alunos e professores através de Círculos de Construção de Paz.

O Projeto Escola Restaurativa, uma das principais iniciativas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), tem se expandido pelo Estado. Desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Auto-composição (NUPIA), levou a metodologia de Círculos de Construção de Paz a várias escolas catarinenses, alcançando milhares de alunos e professores.

A ação visa promover a prevenção, resolução e transformação de conflitos e situações de violência nas comunidades escolares do Estado de Santa Catarina, por meio da sensibilização em práticas da Justiça Restaurativa.

Por meio da metodologia dos Círculos de Construção de Paz foram alcançados em 2024 sete escolas do Estado, 2.944 alunos e 506 professores e convidados.

Também, 115 profissionais vinculados direta ou indiretamente à rede de ensino foram capacitados na metodologia de círculos de Construção de Paz.

Renovação do Convênio Grupo Gestor da Justiça Restaurativa

Em dezembro de 2024, foi renovado o Convênio nº 117/2024, reafirmando o compromisso institucional com a Justiça Restaurativa como política pública em Santa Catarina. O convênio reúne diversas instituições estaduais e federais, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Estado de Santa Catarina, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil-SC, a FECAM, entre outros.



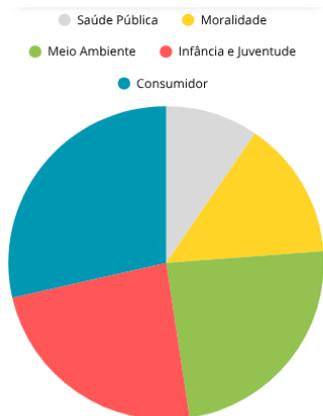
Coordenado pelo Grupo Gestor de Justiça Restaurativa (GGJR-SC), o convênio prevê a implementação de ações estruturadas para a promoção da Justiça Restaurativa no Estado. Entre os principais compromissos assumidos, destacam-se a aprovação do Plano Geral de Ações de Justiça Restaurativa (PGA-JR), a capacitação de profissionais e o desenvolvimento de projetos interinstitucionais. A renovação fortalece a cooperação entre os órgãos envolvidos e reafirma a importância da adoção de práticas restaurativas na resolução de conflitos, promovendo a cultura de diálogo e pacificação social.



NUPIA ALCANÇA RESULTADOS EXPRESSIVOS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM 2024

Acordos, Cooperação e Justiça Restaurativa: atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) gera impactos para a sociedade.

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em auxílio aos Promotores de Justiça, registrou importantes resultados em 2024 na resolução de conflitos por meio da negociação e de projetos que envolvem ferramentas da Justiça Restaurativa. Foram sete acordos completos e dois parciais, movimentando R\$ 393.498.512,46. Com isso, as resoluções se tornam rápidas, menos custosas, reduzem a judicialização e geram benefícios à sociedade.



Termo de cooperação com o Estado
Uma outra ação importante que envolveu o NUPIA foi o Termo de Cooperação Técnica nº 83/2024 firmado com o Estado de Santa Catarina, que visa à gestão, transformação e resolução de conflitos e controvérsias comuns às instituições, por meio do alinhamento de procedimentos, fortalecendo a resolutividade.

Esses resultados reforçam a eficácia da negociação na resolução de conflitos, trazendo benefícios significativos para a sociedade e para o MPSC, e contribuindo para a promoção da justiça e da paz social. O acordo viabilizou a atuação integrada entre o NUPIA e a Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos (CASC) da Procuradoria Geral do Estado (PGE), assegurando um alinhamento de procedimentos que fortalece a cultura da autocomposição.



SUBADM PROMOVE EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO MPSC

Iniciativa foi desenvolvida com o objetivo de otimizar a acomodação das Procuradorias, Promotorias de Justiça e demais áreas da Instituição nas diversas Comarcas do estado de Santa Catarina.

Ao passo em que aumenta a procura da sociedade catarinense por serviços prestados pelo Ministério Público, surge a necessidade de ampliação do número de Procuradorias e Promotorias de Justiça, bem como o ingresso de novos colaboradores nos quadros funcionais da instituição. Conseqüentemente, surge também a necessidade de expansão da estrutura física para acompanhar o referido quadro, seja por meio de reforma e adequação de layouts nos Órgãos de Execução instalados dentro do Fórum, seja por meio da aquisição, locação, e construção de edificações em endereço externo às instalações do Poder Judiciário.

No ano de 2024, o Ministério Público de Santa Catarina deu seguimento ao planejamento e à execução das medidas necessárias para o atendimento de tais necessidades. Para isso, a Instituição aprimorou o processo de planejamento, focando na análise da estimativa de crescimento do número de Promotorias de Justiça com base em metodologia estatística desenvolvida pela COPLAN, capaz de aferir a tendência de crescimento das demandas em uma determinada comarca para os próximos 10 e 25 anos.

Cabe destacar a utilização por parte da COENG e da COAD de procedimentos administrativos desenhados para conferir agilidade e eficácia no atendimento do objetivo pretendido. Um bom exemplo é o regime de execução por contratação integrada, modalidade na qual o mesmo contratado é responsável não só por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, como também por executar as obras e serviços de engenharia, sob a fiscalização da Administração, pro-

movendo economia de recursos públicos e eficiência na entrega final do objeto.

Ainda em relação a expansão da estrutura física é importante destacar que a Instituição redobrou os esforços para garantir o melhor ambiente laboral para as equipes das Promotorias de Justiça. Nesse sentido, ao longo de 2024 foram formalizados seis novos contratos de locação para instalação de Promotorias de Justiça e órgãos de apoio, bem como a ocupação de três novos espaços dentro dos Fóruns. Nesse montante, temos englobadas as Comarcas de Capivari de Baixo, Herval do Oeste, Florianópolis, Rio do Oeste, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul e Garuva, bem como formalização de contratos para Trombudo Central e Palhoça que terão obras concluídas em 2025.

Cita-se, também, o convênio com o Ministério Público Federal para instalação do GAECO de Blumenau, possibilitando a desocupação do imóvel locado naquela Comarca e concentrando todas as unidades locais em uma mesma edificação. Além dessas novas ocupações por meio de locações e convênios, houve a aquisição de dois novos imóveis, sendo a Sede Própria do MPSC na Comarca de Brusque, com espaço para nove Promotorias de Justiça, bem como três andares do Ed. Palas, localizado na Capital, com o objetivo de abrigar as estruturas de investigação e segurança institucional.

Nas Comarcas de Joinville, Chapecó e Porto União, o Ministério Público realizou licitação para a elaboração dos projetos complementares para a construção de sedes próprias, cujas entregas encontram-se em fase

avançada. Em breve, será possível dar início à construção das novas sedes do Ministério Público nessas respectivas localidades.

Além de representar um marco para a instituição, a exemplo das construções das sedes próprias de Mafra, Jaraguá do Sul e Lages, as novas edificações atenderão ao anseio público da sociedade catarinense, com ambiente amplo e cuidadosamente planejado para atender às necessidades da Instituição e da população local.

Por fim, no âmbito das grandes obras promovidas no período cita-se a reforma do Edifício Paço da Bocaiuva, cuja inauguração se deu no mês de abril de 2025, destinado à

instalação dos Centros de Apoio Operacional e Procuradorias de Justiça. Tal investimento promoverá a desocupação de imóveis locados na Comarca da Capital, concentrando as Promotorias de Justiça em um mesmo edifício, a fim de facilitar o acesso dos serviços à população e aproximando ainda mais o Ministério Público do cidadão. Durante o exercício anterior, houve reformas e melhorias da estrutura física das instalações do MP em 27 Comarcas.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM O CARTÓRIO VIRTUAL

Ampliação do Cartório Virtual, notificações de ANPPs e notificação de vítimas.

Em 2024, os serviços do Cartório Virtual foram ampliados a partir da contratação de 10 residentes em direito para auxiliar nas notificações, promovendo a redução da carga de trabalho cartorial, especialmente das notificações judiciais e extrajudiciais. Foram atendidas 132 Promotorias de Justiça, com a promoção de notificação de arquivamento em 10.572 procedimentos e a notificação de 1.838 procedimentos para acordo de não persecução penal - ANPP.

O Cartório Virtual surgiu a partir da necessidade de auxiliar as Promotorias de Justiça que, nas suas atribuições criminais, tiveram incremento de fluxo cartorial, sobretudo com o advento da Lei n. 13.964/2019 e o julgamento das ADI n. 6298, 6299, 6300 e 6305, responsáveis por incluir no âmbito do Ministério Público o acordo de não persecução penal (ANPP) e a notificação da vítima,

do investigado e da autoridade policial sobre o arquivamento.

Além de notificações e intimações para audiências de acordos de não persecução penal, no final de 2023 o Cartório Virtual passou a atender demandas de arquivamento, com o propósito de dar mais agilidade aos processos de notificações e desburocratizar as atividades das Promotorias de Justiça com atribuições na área criminal.

Portanto, as Promotorias de Justiça que não tiverem condições de realizar as notificações por sua equipe ou pela equipe da Secretaria das Promotorias podem enviar para o Cartório Virtual os procedimentos ou processos para realizar as notificações de arquivamentos, total ou parcialmente, inclusive em relação aos arquivamentos já promovidos e peticionados.

MPSC CRIA PRIMEIRA CÂMARA DE REVISÃO CRIMINAL E INFRACIONAL DO BRASIL

A revisão criminal pode acontecer quando houver recurso da vítima, de seu representante ou do Juízo em relação ao arquivamento ou em caso de negativa do oferecimento de acordo de não persecução penal. Ato que regulamenta o funcionamento da instância de revisão criminal e infracional foi assinado em 23 de abril de 2024.

A Câmara Revisora Criminal do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) é a primeira do Ministério Público estadual brasileiro e funciona de forma piloto a fim de atender as mudanças estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o arquivamento de procedimentos investigatórios criminais e as inovações legislativas do Pacote Anticrime.

Composta pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, como presidente, e por quatro Procuradores de Justiça, a Câmara Revisora Criminal tem atribuição de exercer a função revisional criminal e infracional prevista nos arts. 28 e 28-A, § 14, do CPP e art. 181, § 2º, do ECA, garantindo agilidade e segurança jurídica nos julgamentos dos recursos de arquivamento, negativa de ANPP e hipóteses análogas.

Assim, a função revisional criminal e infracional, de atribuição do Procurador-Geral de Justiça, será exercida por delegação pela Câmara Revisora Criminal. A revisão criminal poderá ser feita quando houver recurso da vítima, de seu representante ou do Juízo em relação ao arquivamento ou em caso de negativa do oferecimento de acordo de não persecução penal ao réu ou investigado. Nesses

casos, a Promotoria de Justiça deverá remeter procedimento específico à Câmara Revisora Criminal caso não reconsidere a decisão.

As revisões são distribuídas igualmente entre os integrantes, com o primeiro Procurador de Justiça atuando como Relator e o segundo como Revisor. Se Relator e Revisor concordarem, a decisão da Câmara estará formada. Caso haja empate, um terceiro Procurador de Justiça profere o voto decisivo

O Relator pode decidir monocraticamente o não conhecimento da revisão, a determinação de diligências específicas e o mérito da revisão quando sobre o tema existir precedente. A Câmara conta com sistema para formação de precedentes, consolidando seu entendimento sobre as matérias em que atua.

O resultado constatado foi mais segurança jurídica, mediante decisões colegiadas. De janeiro a dezembro de 2024 foram analisadas 714 revisões de arquivamento e 417 revisões de Acordo de Não Persecução Penal, além da análise de três declínios criminais e da criação de 11 Enunciados (ANPP)/ Recursos das vítimas.

SUBINST LANÇA PROJETO “DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS INTERNOS”

Iniciativa visa promover a cooperação e incentivar a atuação uniforme dos órgãos do Ministério Público catarinense.

O projeto “Diálogos institucionais internos” faz parte do Plano de Gestão Institucional e busca estimular a interação entre o primeiro e o segundo graus, promovendo uma troca contínua e efetiva de experiências e conhecimento. Além disso, internamente, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (SubInst) busca fomentar a adoção uniforme de enunciados, súmulas de entendimento, notas técnicas e teses institucionais. Os encontros visam estreitar o relacionamento com os membros do Conselho Superior, com as Coordenadorias de Recursos e com as Procuradorias Cíveis e Criminais.

Ao todo foram realizadas 19 reuniões, além de outras cinco já programadas, que produziram os seguintes resultados ao longo do período:

Alinhamentos institucionais, evitando conflitos de resolutividade;

Edição pelo CSMP do Assento n. 001/2023/CSMP, que trata dos prazos dos Inquéritos Cíveis da área da Moralidade Administrativa;

Revisão da Nota Técnica Conjunta n. 01/2023/COT/CCR, a respeito da contumácia como fator indicativo do dolo de apropriação no tipo penal descrito no art. 2º, II, da Lei n. 8.137/90;

Articulação para desenvolvimento do Projeto Abordagem Efetiva pelo CCR;

Edição da Nota Técnica n.0001/2024/COT, que trata sobre a necessidade de afixação, em sentença, da obrigatoriedade de reparação do dano nos crimes contra a ordem tributária;

Edição da Nota Técnica n. 0002/2024/COT sobre a Aplicação do Princípio da Insignificância;

Colaboração para a Edição do Precedente no IC n. 06.2018.00000917-2, relativo à Aplicação do Tema n. 1010 em cotejo com os preceitos estabelecidos na Lei n. 13.465/17 c/c art. 65 da Lei 12.651/12 e Lei n.14.285/21;

Edição do Ato n.513/2024/PGJ, que regulamenta o ANPC;

Realização de reunião do CSP, SubInst, CRCível e Procuradores Cíveis a respeito do autismo e da competência nas ações de medicamentos;

Realização de reunião do CME, SubInst, CRCível e Procuradores Cíveis a respeito da Lei 14.285/2021, Lar Legal e ADIs em face do Código Estadual do Meio Ambiente.

NOVA SISTEMÁTICA PARA CRIAÇÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA É IMPLEMENTADA NO MPSC

Novo formato permite maior agilidade na instalação e criação de PJs para atender demandas da sociedade que regulamenta o funcionamento da instância de revisão criminal e infracional foi assinado em 23 de abril de 2024.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) adotou uma nova sistemática para a criação e instalação de Promotorias de Justiça, permitindo que a definição de suas sedes, abrangências e atribuições seja realizada por ato interno da instituição. A medida, resultado de um trabalho da Subprocuradoria-Geral para Assuntos de Planejamento e Inovação, busca atender com mais rapidez as necessidades da sociedade, garantindo que a alocação das unidades ocorra de forma estratégica e baseada em critérios técnicos.

A proposta foi aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça em agosto de 2024 e, em seguida, encaminhada à Assembleia Legislativa na forma de projeto de lei complementar. O texto foi aprovado em 16 de outubro de 2024. Com a sanção da nova legislação, foram criadas 19 novas Promotorias de Justiça, distribuídas da seguinte forma: dez Promotorias de Justiça de Entrância Especial; seis Promotorias de Justiça de Entrância Final e três Promotorias de Justiça de Entrância Inicial.

Com a implementação desse modelo, a escolha das comarcas para a instalação das novas unidades passou a ser baseada em estudos técnicos detalhados. Esses estudos consideram fatores sociais relevantes, bem como dados numéricos registrados em painéis de monitoramento, o que permite a definição de métricas objetivas para nortear a distribuição das Promotorias de Justiça de maneira justa e transparente.

Ainda em 2024, cinco novas Promotorias de Justiça foram efetivamente instaladas, sendo quatro de Entrância Especial nos municípios de Chapecó, Itajaí, Criciúma e São José e uma de Entrância Inicial em Presidente Getúlio.

A nova sistemática possibilitou ao MPSC responder de forma mais ágil a situações que demandam uma rápida atuação da Administração Superior. Com isso, a instituição ganhou maior flexibilidade para estruturar sua atuação conforme as necessidades da população catarinense, garantindo eficiência na prestação dos serviços e otimização dos recursos disponíveis.

MPSC CONSOLIDA ESTRATÉGIA DIGITAL PARA OTIMIZAR SERVIÇOS

Plano estabelece bases para inovação e adoção de novas tecnologias no Ministério Público.



Escriba, uma plataforma inovadora de transcrição automática de audiências e depoimentos. A ferramenta, baseada em inteligência artificial, permite maior precisão e agilidade na gestão de informações processuais.

Outro avanço significativo foi o Projeto Céos, um projeto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A ferramenta realiza a análise inteligente de grandes volumes de dados, contribuindo para o combate à corrupção e a fiscalização do uso de recursos públicos.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) reforçou o compromisso com a inovação ao consolidar sua Estratégia Digital, estabelecida pelo Ato n. 529/2024. A iniciativa definiu os pilares, princípios e diretrizes que orientam a transformação digital da Instituição, visando ampliar a eficiência, acessibilidade e transparência dos serviços prestados à população.

Com esses avanços, o Ministério Público de Santa Catarina se consolida como uma instituição alinhada às necessidades do presente e preparada para os desafios do futuro, garantindo à sociedade um serviço público cada vez mais moderno, acessível e eficiente.

A modernização tecnológica do MPSC tem como destaque a adoção da inteligência artificial, tornando-se referência nacional nesse campo. Em fevereiro de 2024, a instituição implementou o Copilot, da Microsoft, ferramenta que potencializa a análise de informações jurídicas e otimiza fluxos de trabalho, garantindo maior celeridade e inteligência na atuação ministerial.

Além do Copilot, outras tecnologias foram incorporadas para fortalecer a atividade finalística do MPSC. Entre elas, destaca-se o



PRÊMIO JOSÉ DAURA VALORIZA INICIATIVAS RESOLUTIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Premiação reconhece projetos com impacto social e incentiva a replicação de boas práticas nas Promotorias de Justiça



Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), Federação das Indústrias (FIESC), Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE) e Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT).

Projetos vencedores

Os vencedores foram anunciados no dia 12 de dezembro de 2024, em evento comemorativo ao Dia Nacional do Ministério Público. O **primeiro lugar** foi concedido ao projeto **“Aprender a Empreender”**, idealizado pelo Promotor de Justiça Mateus Minuzzi da Fontura Gomes, da 2ª Promotoria de Justiça de São Lourenço do Oeste.

As demais colocações foram atribuídas aos seguintes projetos:

2º lugar: “Protocolo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica no Município de Fraiburgo”, da Promotora de Justiça Andreia Tonin, da 3ª Promotoria de Fraiburgo.

3º lugar: “Quiz Antibullying: Uma Proposta Lúdica de Enfrentamento ao Bullying nas Escolas”, da Promotora de Justiça Raquel Marramon da Silveira, da Promotoria de Justiça de Pinhalzinho.

4º lugar: “Voz Cidadã”, da Promotora de Justiça Lanna Gabriela Bruning Simoni, da Promotoria de Rio do Oeste.

5º lugar: “Semeando Saúde Única”, do Promotor de Justiça Mateus Minuzzi da Fontura Gomes, da 2ª Promotoria de São Lourenço do Oeste.

Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) realizou, em 2024, a terceira edição do Prêmio José Daura, que tem como objetivo estimular e divulgar iniciativas resolutivas desenvolvidas por Promotores de Justiça, reconhecendo projetos que solucionam problemas locais com impacto social relevante. A premiação busca incentivar a replicação dessas práticas por outras Promotorias, promovendo uma atuação institucional mais eficiente e colaborativa.

Dezenove projetos foram inscritos, todos previamente certificados pelo Programa Transformação MP. A primeira etapa de avaliação foi conduzida pela Comissão Classificatória, composta pelos Subprocuradores-Gerais de Justiça, que analisou os projetos com base nos critérios de resolutividade, ineditismo, possibilidade de réplica e alinhamento estratégico.

Os cinco projetos mais bem classificados avançaram para a segunda fase, sendo avaliados pela Comissão Julgadora, que contou com representantes da Federação dos Municípios de Santa Catarina (FECAM),

Histórico do Prêmio José Daura

O Prêmio José Daura foi lançado em 2022 e leva o nome do ex-Procurador-Geral de Justiça José Daura, em homenagem ao seu legado no MPSC. Desde então, a premiação tem reconhecido projetos inovadores que trazem soluções concretas para desafios enfrentados pela sociedade catarinense.

O Prêmio se consolida, assim, como uma ferramenta essencial para valorizar e disseminar boas práticas no Ministério Público, incentivando a replicação de projetos bem-sucedidos e fortalecendo a atuação institucional em prol da sociedade catarinense.





11. PESSOAS NO MPSC





CORH LANÇOU GUIA "LIDERANÇA NO MPSC" EM 2024

O guia aborda temáticas de gestão de pessoas que fazem parte do cotidiano de trabalho de gestores do Ministério Público.

No fim de agosto de 2024, a Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) lançou o guia “Liderança no MPSC - Gestão de Equipes com Foco em Resultados e Bem-Estar no Trabalho”. O guia faz parte do programa MP Lidera, que busca atender às necessidades de desenvolvimento dos profissionais e às demandas relacionadas à gestão de equipes.

Durante um evento de confraternização em agosto do ano passado, o guia foi entregue a todos os gestores administrativos. O documento aborda temáticas de Gestão de Pessoas que fazem parte do cotidiano de trabalho de gestores do Ministério Público. O material busca fornecer conhecimentos e ferramentas para que os gestores possam desenvolver e aprimorar o perfil de liderança, promovendo a diversidade de perspectivas nas equipes.

A criação do guia foi resultado de um esforço colaborativo de várias equipes do MPSC. A Gerência de Desenvolvimento de Pessoas (GEDEP) do CORH foi responsável pela elaboração e revisão do conteúdo, a

Gerência de Pesquisa, Extensão e Revisão (GEPER) realizou a revisão textual. A equipe da Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO) desenvolveu a programação visual e diagramação, a Gerência de Biblioteca (GEBIB) providenciou a ficha catalográfica, o setor de protocolo foi responsável pela distribuição para todas as comarcas do estado, e a Administração Superior do MPSC deu apoio e aprovação ao projeto.



Os assuntos do guia trazem informações, mas, sobretudo, buscam promover reflexões. O objetivo é que o conhecimento sirva de base e estímulo para que cada chefe de equipe possa interpretar sua realidade e, assim, desenvolver estratégias, aprimorar ações, repensar práticas e encontrar solu-

ções para seus desafios cotidianos.

Foram distribuídos exemplares dos guias para os Coordenadores Administrativos das comarcas que compõem o MPSC, além de ter ocorrido a entrega para integrantes da Administração Superior e para outros Membros e Servidores da instituição, reforçando o aperfeiçoamento em gestão de pessoas dos colaboradores.





SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: MOVA-SE+ COM O MPSC

O programa, que teve início em maio de 2024, visou incorporar a atividade física e o acompanhamento nutricional à rotina dos integrantes da Instituição, promovendo qualidade de vida no trabalho.

Iniciado em maio de 2024, o programa MOVA-SE+ com o MPSC, desenvolvido por meio da Gerência de Atenção à Saúde (GE-SAU) da Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH), visou promover a qualidade de vida no trabalho, incorporando a atividade física e o acompanhamento nutricional à rotina dos integrantes do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

Com profissionais de Educação Física e Nutrição, o projeto contou com uma assessoria especializada, que desenvolveu programas de treinamento personalizadas e ofereceu orientações on-line sobre exercícios físicos e acompanhamento nutricional aos colaboradores participantes.

A assessoria desenvolveu treinos específicos e adaptou os exercícios para a realidade de cada pessoa, visando a melhora da condição de saúde em geral. O projeto também incentivou a atividade física como uma ferramenta eficaz para aprimorar a concentração, a criatividade e a eficiência, atuando diretamente na gestão do estresse e na promoção do bem-estar.

Como resultado, 30 colaboradores do MPSC (entre membros, servidores e estagi-

ários) receberam assessoria especializada de educador físico, incluindo orientações on-line sobre exercícios físicos e acompanhamento nutricional. O programa inspirou uma cultura voltada aos cuidados com a saúde. Além disso, foram realizados dois eventos abertos ao público, com atividades ao ar livre e foco no bem-estar dos colaboradores.

A última edição do projeto aconteceu no fim de outubro de 2024, com uma série de atividades ao ar livre, no Parque da Luz, no centro de Florianópolis. O evento, aberto ao público, buscou fortalecer os laços entre os colaboradores do MPSC, seus amigos, familiares e pessoas da comunidade. O principal objetivo era proporcionar um espaço para a prática de atividades físicas e a troca de conhecimentos sobre saúde e nutrição, além de oportunizar a solidariedade.



CENTRAL DE IDEIAS & SUGESTÕES: A FERRAMENTA QUE INCENTIVA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O objetivo da ação, disponibilizada em maio de 2023, é reforçar a cultura de valorização do quadro de colaboradores do MPSC.

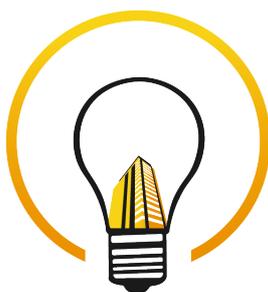
A Central de Ideias & Sugestões, desenvolvida em maio de 2023 pela Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH), é uma ferramenta que busca promover a apresentação de iniciativas pensadas, planejadas e implementadas, em menor escala, por membros, servidores e demais colaboradores do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). As iniciativas têm o potencial de modificar a realidade do ambiente ou dos processos de trabalho de toda a Instituição.

O principal objetivo desta ação é incentivar as pessoas que trabalham no MPSC a refletirem sobre qualquer assunto que envolva o ambiente organizacional e a dinâmica dos respectivos processos de trabalho. O propósito é propor sugestões para melhoria, além de reforçar a cultura de valorização do quadro de colaboradores.

Se os integrantes do MPSC possuem alguma ideia que poderia alterar dinâmicas organizacionais no MPSC, sugerir economias, otimizar o ambiente de trabalho ou replicar na Instituição ações bem-sucedidas já implementadas, basta preencher um formulário específico.

As ideias ou sugestões, sobre qualquer tema, de simples implementação ou não, serão remetidas à Administração Superior por meio deste formulário. Após análise, se a ideia for considerada relevante e viável, poderá ser implementada. Todas as propostas ficam disponíveis na central, para conhecimento de toda a Instituição.

Como resultado, foram apresentadas várias propostas e ideias que, após análise da Administração Superior, foram implementadas ou compartilhadas com a Instituição.



**CENTRAL DE IDEIAS
& SUGESTÕES**

A network diagram on a dark green background. It features several circular icons of a person's silhouette, connected by thin white lines. The icons vary in size, with a larger one in the center-right. The overall shape of the network is roughly triangular, pointing downwards.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

(Data de referência: 31/3/2025).

Procurador-Geral de Justiça

Fábio de Souza Trajano

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Durval da Silva Amorim

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Paulo Antonio Locatelli

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Marcelo Gomes Silva

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação

Luciana Uller Marin

Secretária-Geral do Ministério Público

Claudine Vidal de Negreiros da Silva

Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Alan Rafael Warsch

Andreza Borinelli

Carlos Eduardo Tremel de Faria

Carlos Renato Silvy Teive

Caroline Cristine Eller

Diego Roberto Barbiero

Felipe Martins de Azevedo

Felipe Prazeres Salum Müller

Gilberto Assink de Souza

Giovanni Andrei Franzoni Gil

Luciana Cardoso Pilati Polli

Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

Renee Cardoso Braga

Sandro de Araujo

Colégio de Procuradores de Justiça

Fábio de Souza Trajano – Presidente

Julio André Locatelli – Secretário

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Basílio Elias De Caro

Tycho Brahe Fernandes

Paulo Ricardo da Silva

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Paulo de Tarso Brandão

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Ivens José Thives de Carvalho

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Vânio Martins de Faria

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini

Genivaldo da Silva

Rui Arno Richter

Cristiane Rosália Maestri Böell

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

Murilo Casemiro Mattos

Fábio Strecker Schmitt

Sonia Maria Demeda Groisman Piardi

Marcílio de Novaes Costa

Monika Pabst

Jorge Orofino da Luz Fontes

Onofre José Carvalho Agostini

Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Ernani Dutra
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schiefler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
André Fernandes Indalencio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto
Rosemary Machado Silva
Marcelo Truppel Coutinho
Margaret Gayer Gubert Rotta

Ângela Valença Bordini
Marcelo Wegner
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Andreas Eisele
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Fernando Linhares da Silva Júnior
Thais Cristina Scheffer
Maury Roberto Viviani
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Felipe Martins de Azevedo
Daniel Paladino
Francisco de Paula Fernandes Neto
Vânia Augusta Cella Piazza
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht
Andrey Cunha Amorim

Conselho Superior do Ministério Público

Membros natos
Presidente: Fábio de Souza Trajano – Procurador-Geral de Justiça
Fábio Strecker Schmitt – Corregedor-Geral do Ministério Público

Representantes do Colégio de Procuradores
Vânio Martins de Faria
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Onofre José Carvalho Agostini

Representantes da Primeira Instância
Rui Arno Richter
Abel Antunes de Mello
Carlos Henrique Fernandes
Ary Capella Neto
Paulo Antonio Locatelli
Marcelo Truppel Coutinho
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Eliana Volcato Nunes – Suplente

Secretária
Claudine Vidal de Negreiros da Silva

Corregedoria-Geral do MPSC

Corregedor-Geral do MPSC
Fábio Strecker Schmitt

Subcorregedora-Geral
Cristiane Rosália Maestri Böell

Secretária
Mônica Lerch Lunardi

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral
Aline Dalle Laste
Ana Paula Cardoso Teixeira
Cristine Angulski da Luz
Laudares Capella Filho
Roberta Magioli Meirelles
Rogério Ponzi Seligman

Coordenadoria de Recursos

Coordenadoria de Recursos Cíveis
Marcelo Wegner – Coordenador
Leonardo Henrique Marques Lehmann - Coordenador Adjunto

Promotores de Justiça Assessores
Lia Nara Dalmutt
Marcela Hülse Oliveira

Coordenadoria de Recursos Criminais
Ary Capella Neto – Coordenador

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador Adjunto
Carlos Henrique Fernandes – Coordenador Adjunto
Cid Luiz Ribeiro Schmitz – Coordenador Adjunto
Eduardo Paladino – Coordenador Adjunto

Promotores de Justiça Assessores
André Barbuto Vitorino
João Paulo de Andrade
Mateus Erdtmann

Ouvidoria do MPSC

Ouvidora
Rosemary Machado Silva

Centros de Apoio Operacional e órgãos auxiliares

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional
Paulo Antonio Locatelli

Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública
Bianca Andrighetti Coelho – Coordenadora
Alessandro Rodrigo Argenta - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação
Eder Cristiano Viana – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa
André Teixeira Milioli – Coordenador
Marcos Augusto Brandalise - Coordenador Adjunto
Pedro Roberto Decomain - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária
Guilherme Luiz Dutra – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública
Douglas Roberto Martins – Coordenador
Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Leonardo Cazonatti Marcinko – Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade
Maury Roberto Viviani – Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Fernanda Broering Dutra – Coordenadora
Alceu Rocha - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor
Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting – Coordenadora

Centro de Apoio Operacional Técnico
George André Franzoni Gil – Coordenador
Lucas dos Santos Machado – Coordenador Adjunto

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Lara Peplau – Diretora

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional
Sandro de Araujo – Coordenador

GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Durval da Silva Amorim – Coordenador-Geral do GAECO

Marcio André Zattar Cota – Coordenador Estadual do GAECO

Diego Roberto Barbiero – Coordenador Estadual Adjunto do GAECO

GAECO da Capital

Alexandre Carrinho Muniz – Coordenador

GAECO de Blumenau

Daniel Granzotto Nunes – Coordenador

GAECO de Chapecó

Fabiano David Baldissarelli – Coordenador

GAECO de Criciúma

Ricardo Figueiredo Coelho Leal – Coordenador

GAECO de Itajaí

Diego Rodrigo Pinheiro – Coordenador

GAECO de Joinville

Diogo Luiz Deschamps – Coordenador

GAECO de Lages

Joel Rogério Furtado Júnior – Coordenador

GAECO de São Miguel do Oeste

Edisson de Melo Menezes – Coordenador

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ex-Procuradores-Gerais de Justiça
Pedro Sérgio Steil

Representante do Segundo Grau
Rui Arno Richter (titular)
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol (suplente)

Representantes do Primeiro Grau

Região Extremo-Oeste: Karen Damian Pacheco Pinto (titular) e Felipe Brüggemann (suplente);

Região Oeste: José Orlando Lara Dias (titular) e Julio André Locatelli (suplente);

Região Meio-Oeste: Luciana Leal Musa (titular), Douglas Dellazari (suplente);

Região do Planalto Serrano: Luis Suzin Marini Júnior (titular) e Vinícius Silva Peixoto (suplente);

Região do Alto Vale do Itajaí: João Paulo Bianchi Beal (titular) e José Geraldo Rossi da Silva Cecchini (suplente);

Região do Médio Vale do Itajaí: Patricia Dagoistin (titular) e Marcionei Mendes (suplente);

Região do Vale do Rio Itajaí e do Tijucas: Milani Maurilio Bento (titular) e Luis Felipe de Oliveira Czesnat (suplente);

Região da Grande Florianópolis: Marcelo de Tarso Zanellato (titular) e Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck (suplente);

Região do Planalto Norte: Pedro Roberto Decomain (titular) e Fernanda de Ávila Moukarzel (suplente);

Região Norte: Ricardo Paladino (titular) e Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros (suplente);

Região Sul: Anderson Adilson de Souza (titular) e Bruna Gonçalves Gomes (suplente);

Região do Extremo-Sul: Marcos Batista De Martino (titular) e Samuel Dal Farra Naspolini (suplente);

Órgãos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça

Coordenador de Auditoria e Controle
Fernando Fabro Tomazine

Coordenadora de Comunicação Social
Sílvia Pinter Pereira

Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa
Luciane do Valle

Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia
Marcela Rosa Santos da Silva Marcon

Coordenador de Engenharia e Arquitetura
Fabrício Kremer de Souza

Gerente de Fiscalização de Obras
Jordao Alexandre Craveiro Curado

Gerente de Manutenção Predial
Valmir Righetto Junior

Gerente de Projetos e Edificações
Jader Henrique de Santiago

Coordenador de Finanças e Contabilidade
Sérgio Luiz Kraeski

Gerente de Contabilidade
Luana Henrique Nunes

Gerente de Finanças
Giovani Carlos André

Coordenador de Logística
Ricardo Alexandre Oliveira

Gerente de Almoxarifado
Luís Antônio Buss

Gerente de Arquivo e Documentação
Elis Regina Biazin

Gerente de Patrimônio
Ângelo Vitor Oliveira

Gerente de Transportes
Robson Nicoleit Stipp

Coordenadora de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggemann

Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais

Luciano Flores da Rosa

Gerente de Compras

Gerson da Silva Júnior

Gerente de Contratos

André Venturi Pereira

Coordenador de Planejamento

Paulo Cesar Allebrandt

Gerente de Informações e Projetos

Marina Guterro da Silva

Coordenador de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Coordenador de Recursos Humanos

Andreas Jumes

Gerente de Admissão e Movimentação Funcional

Sílvia Fatima da Luz

Gerente de Atenção à Saúde

Juliana Martins Barreto Abreu

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

Danielle Durieux Reitz

Gerente de Estágio e Residência

André Luiz Grams

Gerente de Legislação de Pessoal

Maria Luiza Silva Valério

Gerente de Remuneração Funcional

Renato Kraus

Coordenador de Tecnologia da Informação

Orlando da Silva Baptista

Gerente de Atendimento ao Usuário
Leandro Zanella Marcon

Gerente de Ciência de Dados e Inovação
Patrick de Macedo Varela

Gerente de Governança e Qualidade em TI
Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Infraestrutura Tecnológica
Júlio Cesar Moriguti
Gerente de Segurança da Informação e Gestão de Riscos
Filipe Souza Régis

Gerente de Sistemas de Informação
Ricardo Araujo Palhares

Gerente de Transformação Digital
Rodrigo de Souza Zeferino

Corregedoria-Geral do MPSC

Gerente de Acompanhamento Funcional
Carlos Andriago Paes

Gerente de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar
Berenice Chaves Gomes

Centro de Apoio Operacional Técnico

Gerente de Análise Contábil
Douglas da Silveira

Gerente de Análise Multidisciplinar
Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Gerente de Biblioteca
Andrea Aparecida Silva

Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento
Vanessa do Amaral

Gerente de Eventos
Thiago José da Silva

Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão
Lucia Anilda Miguel

Promotores de Justiça de Entrância Especial Criminosas

Donaldo Reiner
 Moacir José Dal Magro
 James Faraco Amorim
 Paulo Roberto Luz Gottardi
 Neori Rafael Krahl
 Ricardo Marcondes de Azevedo
 Sérgio Ricardo Joesting
 Gustavo Mereles Ruiz Diaz
 Fabiano David Baldissarelli
 Marcelo Brito de Araújo
 Juliana Padrão Serra de Araújo
 Rafael de Moraes Lima
 Luiz Augusto Farias Nagel
 Joel Rogério Furtado Júnior
 Rogério Ponzi Seligman
 Helen Crystine Corrêa Sanches
 Geovani Werner Tramontin
 George André Franzoni Gil
 Kátia Rosana Pretti Armange
 Luciano Trierweiller Naschenweng
 Rosangela Zanatta

Cristina Balceiro da Motta
 Fabrício Nunes
 Nazareno Bez Batti
 Affonso Ghizzo Neto
 Celso Antonio Ballista Junior
 Fabrício José Cavalcanti
 Marcelo Gomes Silva
 Diana Spalding Lessa Garcia
 Fabiano Henrique Garcia
 Wilson Paulo Mendonça Neto
 Benhur Poti Betiolo
 Fernando da Silva Comin
 Ana Paula Cardoso Teixeira
 Alexandre Piazza
 Ricardo Paladino
 Hélio Sell Júnior
 Jackson Goldoni
 Luciana Rosa
 André Otávio Vieira de Mello
 Mauricio de Oliveira Medina
 Jádél da Silva Júnior

Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Noll
Debora Wanderley Medeiros Santos
Ricardo Luis Dell Agnolo
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonnathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner
Jean Michel Forest
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Rodrigo Silveira de Souza
Amélia Regina da Silva
Milani Maurilio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz Corrêa
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo
Vânia Lúcia Sangalli
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior
Wagner Pires Kuroda
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Jadson Javel Teixeira
Marcelo de Tarso Zanellato
Caroline Moreira Suzin
Guilherme Luis Lutz Morelli
Luciana Uller Marin
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim
Aristeu Xenofontes Lenzi
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Alexandre Carrinho Muniz
Ricardo Viviani de Souza
Susana Perin Carnaúba
Andrea Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Marcio André Zattar Cota
Cristiano José Gomes
Rafael Meira Luz
Fabrício Franke da Silva
Eduardo Chinato Ribeiro
André Teixeira Milioli
Fernanda Crevanzi Vailati
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal Farra Napolini
Belmiro Hanisch Júnior
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Sens dos Santos
Germano Krause de Freitas
Júlio Fumo Fernandes
Diógenes Viana Alves
Henrique da Rosa Ziesemer
Diego Rodrigo Pinheiro
Mônica Lerch Lunardi
Alexandre Estefani
Henrique Laus Aieta
Arthur Koerich Inacio
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Cesar Augusto Engel
André Braga de Araújo
Alessandro Rodrigo Argenta
Felipe Prazeres Salum Müller
Elaine Rita Auerbach
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Aline Dalle Laste
Roberta Magioli Meirelles
Anderson Adilson de Souza
Caroline Cristine Eller
Fernanda Broering Dutra
Patricia Dagostin
Luciana Schaefer Filomeno

Débora Pereira Nicolazzi
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Barbara Elisa Heise
Caroline Sartori Velloso Martinelli
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Candida Antunes Ferreira
Marina Modesto Rebelo
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Diego Roberto Barbiero
Felipe Schmidt
Giselli Dutra
Giancarlo Rosa Oliveira
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Glauco José Riffel
Cássio Antonio Ribas Gomes
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Eder Cristiano Viana
Graziele dos Prazeres Cunha
Átila Guastalla Lopes
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Viviane Soares
Simão Baran Junior
Marcio Gai Veiga
Douglas Roberto Martins
Andrea Gevaerd
Andreza Borinelli
Marcionei Mendes
Fred Anderson Vicente
Gilberto Assink de Souza
Marcelo Francisco da Silva
Marcela Hülse Oliveira
Guilherme Schmitt
Joaquim Torquato Luiz
Maria Claudia Tremel de Faria
Rodrigo Andrade Viviani
Maria Cristina Pereira Cavalcanti
Laudares Capella Filho
Fernando Wiggers
Guilherme André Pacheco Zattar
Diana da Costa Chierighini
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Carlos Alberto da Silva Galdino

Cristiane Weimer
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Marcos Batista De Martino
Daniel Granzotto Nunes
Gláucio José Souza Alberton
Pablo Inglês Sinhori
Rafael Pedri Sampaio
Camila Vanzin Pavani
Lara Zappelini Souza
Luciana Cardoso Pilati Polli
Luis Otávio Tonial
Jaisson José da Silva
João Luiz de Carvalho Botega
José Orlando Lara Dias
Raul Gustavo Juttel
Julia Trevisan de Toledo Barros
Daniele Garcia Moritz
Felipe Nery Alberti de Almeida
Rafaela Denise da Silveira Beal
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros
Roberta Trentini Machado Gonçalves
João Paulo de Andrade
Alan Rafael Warsch
Bruna Gonçalves Gomes
Diogo Luiz Deschamps
Filipe Costa Brenner
Renato Maia de Faria
Mariana Pagnan Silva de Faria
Vinícius Secco Zoconi
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Marcela Pereira Geller
Michel Eduardo Stechinski
Ana Paula Destri Pavan
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
Bruno Bolognini Tridapalli
Andréia Soares Pinto Favero
Djônata Winter
Fabrício Pinto Weiblen
Mirela Dutra Alberton

Promotores de Justiça de Entrância Final

Alexandre Daura Serratine	Danielle Diamante
Pedro Roberto Decomain	Marciano Villa
Karla Bárdio Meirelles	Bianca Andrighetti Coelho
João Carlos Linhares Silveira	Thiago Alceu Nart
Sandra Goulart Giesta da Silva	Naiana Benetti
José Renato Côte	Leonardo Fagotti Mori
Rodrigo Kurth Quadro	João Paulo Bianchi Beal
Marco Antonio Schütz de Medeiros	Leonardo Cazonatti Marcinko
Alicio Henrique Hirt	Juliana Degraf Mendes
Ana Cristina Boni	Thiago Napolini Berenhauser
Jorge Eduardo Hoffmann	Marcos Schlickmann Alberton
João Alexandre Massulini Acosta	Francisco Ribeiro Soares
Carla Mara Pinheiro	Dimitri Fernandes
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro	Eliatar Silva Junior
Maycon Robert Hammes	Rafaela Vieira Bergmann
Caroline Cabral Zonta	Flávio Fonseca Hoff
Greicia Malheiros da Rosa Souza	Sandra Faitlowicz Sachs
Gabriel Ricardo Zanon Meyer	Rodrigo Dezengrini
Luis Felipe de Oliveira Czesnat	Luísa Niencheski Calviera
Nilton Exterkoetter	André Barbuto Vitorino
Fabiano Francisco Medeiros	Lia Nara Dalmutt
Cristina Elaine Thomé	Chrystopher Augusto Danielski
Lara Peplau	Augusto Zanelato Júnior
Lenice Born da Silva	Marcio Vieira
Kariny Zanette Vitoria	Lucas dos Santos Machado
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro	Paulo Henrique Lorenzetti da Silva
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari	Rene José Anderle
Guilherme Brodbeck	Ana Carolina Ceriotti
Rodrigo Cesar Barbosa	Saulo Henrique Aléssio Cesa
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes	Alexandre Penzo Betti Neto
Tehane Tavares Fenner	Renata de Souza Lima
Rejane Gularte Queiroz Beilner	Douglas Dellazari
Marcos Augusto Brandalise	Aline Boschi Moreira
Tiago Davi Schmitt	Luan de Moraes Melo
Francieli Fiorin	Mateus Erdtmann
Juliana Ramthun Frasson	Fernanda Morales Justino
Ana Laura Peronio Omizzolo	Guilherme Luiz Dutra
Raquel Betina Blank	Rafaela Mozzaquattro Machado
Fabiana Mara Silva Wagner	Guilherme Back Locks
Fernando Guilherme de Brito Ramos	Karen Damian Pacheco Pinto
Alexandre Volpatto	Daianny Cristine Silva Azevedo Pereira
Pedro Lucas de Vargas	Luciana Leal Musa
Leandro Garcia Machado	Marco Antonio Frassetto
Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos	Antonio Junior Brigatti Nascimento
Joel Zanelato	Otavio Augusto Bennech Aranha Alves
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes	Roberta Seitenfuss
Matheus Azevedo Ferreira	Fernanda Priorelli Soares Togni
Rafael Fernandes Medeiros	Gabriela Cavalheiro Locks
Thiago Madoenho Bernardes da Silva	Aline Restel Trennepohl

Mariana Mocelin
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting
Andréia Tonin
Luis Felipe Fonseca Católico
Juliano Bitencourt Pinter
Silvana do Prado Brouwers
Vitor Abras Siqueira
Thiago Ferla
Giovanna Wolf Davelli
Renata Bezerra Marinho de Oliveira
Gabriela Arenhart
Ana Maria Horn Vieira Carvalho
Stephani Gaeta Sanches
Vinicius Silva Peixoto
Raíza Alves Rezende

Felipe Brüggemann
Fernanda Silva Villela Vasconcellos
William Valer
André Ghiggi Caetano da Silva
Bruno Poerschke Vieira
Caio Rothsahl Botelho
Rafael Dutra Silveira Martins
Albert Medeiros Karl
Lanna Gabriela Bruning Simoni
José da Silva Junior
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Tiago Prechlhak Ferraz
Stefano Garcia da Silveira
Liliana Schuelter Vandresen
Marco Aurélio Morosini
Marcos José Ferreira da Cruz

Promotores de Justiça de Entrância Inicial

Elizandra Sampaio Porto
Symone Leite
Cleber Lodetti de Oliveira
Edisson de Melo Menezes
Larissa Zomer Loli
Raísa Carvalho Simões Rollin
Guilherme Brito Laus Simas
Caroline Regina Maresch Conte
Marta Fernanda Tumelero
Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes
Juliana Eid Piva Bertolotti
Felipe de Oliveira Neiva
Cristina Nakos
Iara Klock Campos
Thiago Moura Furtado
Bruna Vieira Pratts
Fernanda de Ávila Moukarzel
Laura Ayub Salvatori
Gustavo Moretti Staut Nunes
Marcelo José Zattar Cota
Leonardo Lorenzton
Alceu Rocha
Letícia Vinotti da Silva
Juliana Goulart Ferreira
Edileusa Demarchi
Lucas Broering Correa
Gabriel Cavalett

Ana Carolina Schmitt
Analú Librelato Longo
Vanessa Rodrigues Ferreira
Marco Antônio da Gama Luz Junior
Pedro Francisco Mosimann da Silva
Raquel Marramon da Silveira
Gustavo Carlos Roman
Vanessa Cristine da Silva de Oliveira
Susane Ramos
Jessica de Souza Rangel Fernandes
Cassilda Maria De Carvalho Santiago Dallagnolo
Marcus Vinicius dos Santos
Juliana da Costa Lima Cangussu
Daniela Böck Bandeira
Felipe Lambert de Faria
Wesley da Silva
Murilo Rodrigues da Rosa
Nicole Lange de Almeida Pires
Estevão Vieira Diniz Pinto
Thayse Goedert Pauli
Daniela Carvalho Alencar
Ana Paula Rodrigues Steimbach
Rafael Rauen Canto
João Augusto Pinto Lima
Jaqueline Dal Magro
Dirceu Alves Rodrigues Filho

Promotores de Justiça Substitutos

Raul Rogério Rabello
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Letícia Baumgarten Filomeno
Daniel da Costa Rabello
Isabela Ramos Philippi
Geruza Isoton
Bartira Soldera Dias
Ariane Bulla Jaquier
Priscila Teixeira Colombo
Adriane Nicoli Graciano
Leonardo Silveira de Souza
Marina Saade Laux
Barbara Machado Moura Fonseca
Fernanda Golin Luiggi
Felipe Luz
Rafaela Póvoas Cardozo Lehmann
Greice Chiamulera Cristianetti
Renata Lima da Silva
Larissa Zimmermann
Priscila Rosário Franco
Juliano Antonio Vieira
Larissa Moreno Costa
Wallace França de Melo

Victor Ribeiro Debastiani
Kelly Vanessa De Marco Deparis
Camila da Silva Tognon
Guinte de França Nast
Thiago Ruano Toassi Costa
Rafael Baltazar Gomes dos Santos
Louise Schneider Lersch
Diego Bertoldi
Caio Henrique Sanfelice Sena
Bruna Amanda Ascher Razera
Micaela Cristina Villain
Rafael Scur do Nascimento
Patrícia Castellem Strebe
Juliana Jandt
Vanderley José Bolfe
Paulo Roberto Colombo Junior
Luana Pereira Neco da Silva
Márcio Ribeiro Borges
Vinicius Barreto Pinho
Patricia Zanotto
Simone Rodrigues da Rosa
Laura Emelianne Noronha Pin
Felipe Rodrigues da Silva Sanches

